



**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL:
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS E REALIDADE EM
UNIDADES DE FORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

**GOIÂNIA
OUTUBRO/2017**



**PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL:
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS E REALIDADE EM
UNIDADES DE FORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós – Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás/2017, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social sob orientação da professora Dra. Denise Carmen de Andrade Neves.

GOIÂNIA

OUTUBRO/2017

S586e

Silva, Maria de Fátima dos Santos

Estágio curricular obrigatório em Serviço Social[
recurso eletrônico]: pressupostos teóricos metodológicos
e realidade em unidades de formação do Distrito Federal/
Maria de Fátima dos Santos Silva.-- 2017.

147 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Serviço Social, Goiânia, 2017

Inclui referências f. 124-131

1. Serviço social - Estudo e ensino. 2. Programas
de estágio - Diretrizes curriculares de Serviço Social
- Distrito Federal (Brasil). I. Neves, Denise Carmen
de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica de
Goiás. III. Título.

CDU: 364:378.046(043)



PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL:
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS E REALIDADE EM
UNIDADES DE FORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Serviço Social, defendida em 06 de Abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dr^a. Denise Carmen de Andrade Neves/ PUC – GO Orientadora

Prof^a.Dr^a. Darcy Roldão de Carvalho Sousa / PUC – GO (Membro)

Prof^a.Dr^a. Eleusa Bilemjian Ribeiro /UFG – GO (Membro)

Prof^a. Dr^a. Maria José Rocha / PUC- GO (Suplente)

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social

CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa e Políticas Sociais e Serviço Social

CEP – Comitê de ética em Pesquisa

CFAS - Conselho Federal de Assistência Social

CF– Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS - Conselho Regional de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CSE - Câmara Superior de Educação

DC - Desenvolvimento de Comunidade

DF – Distrito Federal

DOC - Desenvolvimento e Organização de Comunidade

EaD – Ensino à Distância

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social no Brasil

EUA - Estados Unidos EUA

FHC – Fernando Henrique Cardoso

LBA - Legião Brasileira de Assistência (LBA)

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social –

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento – PND

PNE - Política Nacional de Estágio

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPGSSSS - Programa de Pós Graduação Stricto Senso em Serviço Social

PUC GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

TCLE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

UFAs – Unidades de Formação Acadêmica

UFG – Universidade Federal de Goiás

DEDICATÓRIA

À minha mãe, irmã e filho, Daniel, por estar sempre comigo

AGRADECIMENTO

Foram tempos desafiantes. A vida não para e muda muito. Algumas pessoas permaneceram comigo, outras se distanciaram. Algumas se foram para outro plano e outras surgiram me surpreendendo quando nunca esperei. Foi um processo de amadurecimento e aprendizado, profissional e pessoal.

À minha orientadora profa. Dra. Denise Carmen de Andrade Neves, pela paciência, pelo conhecimento e pela aposta na orientação em um tempo mínimo. Às professoras, membros da banca examinadora, Dra. Darci Roldão de Carvalho Sousa e Dra. Eleusa Bilemjian Ribeiro pelo compartilhar do saber, valiosas reflexões e contribuições.

À docente da Universidade de Brasília, prof^a. Dr^a Miriam de Souza Leão Albuquerque pela disponibilidade nas discussões sobre o tema. Foram importantes suas contribuições e apoio. Sua pronta disponibilidade fez muita diferença.

A todas as docentes do programa de Pós Graduação do mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que muito acrescentou com seus amplos e aprofundados saberes.

À coordenadora prof^a. Dr^a. Máisa Miralva da Silva pela compreensão diante dos percalços vivenciados e em especial à Sandra Faria que me encorajou a sair da minha zona de conforto. Foi difícil e doloroso. Mas tive um processo de crescimento e encorajamento ímpar.

À Unidades de Formação Acadêmicas que permitiram meu acesso aos documentos para realização deste trabalho. Fui muito bem recebida fico muito grata. Se citar os nomes identifico e rompo o sigilo.

Ao Magnífico Sr. Reitor José Sergio de Jesus, Prof^o. Pierre Tramontini, diretor da Escola de Ciências Jurídica e Social, colegas de trabalho, aqui incluo todos e em todos os cargos, do Centro Universitário Projeção pelo apoio prestado e incentivo. Sentir-se valorizada e reconhecida por todos vocês provoca em mim a busca e vontade de superação.

A minha família que me acolheu e me apoiou sempre manifestando uma torcida para que tudo ficasse bem, em especial Aparecida (que me acolheu em sua casa), Rosimar (me transportava), Valéria (trazia palavras de incentivo). Foram muitos deslocamentos de Brasília à Goiânia. O apoio de vocês foi de significativa importância.

À Nelita Ramos de Oliveira amiga desde a adolescência que com sua família linda me acolheu para pousos em sua casa e me proporcionava muitas boas risadas e lembranças.

À Vanessa Tornich, tranquilidade em pessoa, o anjo que salvou parte quase todos os meus arquivos e fez sobreviver meu computador depois de um vírus violento. Amo ter sua amizade. Bravo Zulu! Aos amigos Douglas Gomes e Gerson Martins pelo ombro, pelo abraço e pela firmeza em fazer eu mesma acreditar em mim.

A amiga com a qual fui apresentada nesta etapa de estudo, Wanessa Landó, pelas palavras de aconchego e fortalecimento. Que nossa amizade dure cada vez mais.

E a todas as demais pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho. Seja como tiver sido!

À Deus, por providenciar tudo o que foi necessário.

“Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa”

Guimarães Rosa

RESUMO

A presente dissertação analisa o Estágio obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas presenciais do Distrito Federal segundo o que está determinado na Política Nacional de Estágio - PNE (ABEPSS, 2010). A pesquisa foi bibliográfica e documental tendo como objeto os instrumentos e instrumentais utilizados no estágio supervisionado. Foi realizada a comparação sobre os parâmetros do estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social entre os Planos Pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmica alvo da observação em relação às Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) e PNE (ABEPSS, 2010). Buscou-se verificar existência de Manual de Estágio e sua consonância com as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e PNE (ABEPSS, 2010). Pretendeu-se discriminar os instrumentais que estão contidos nas pastas individuais de estágio em relação aos estabelecidos na Política Nacional de Estágio. Considerou-se, por meio dessa pesquisa que há um elenco significativo de apontamentos que interferem na rotina de registro da documentação que é validador da ocorrência do estágio. O apontamento principal é que este quesito fica comprometido. O que é significativamente sério é colocar a documentação e sua organização em pastas e arquivo serem um validador oficial da realização do estágio. A intenção da observação e a conseqüente análise não foi a de apontar as discrepâncias ou nomear como sendo incompetência profissional os pontos frágeis identificados. O que não deixou de significar e atribuir a importância devida por ser o período de estágio curricular obrigatório um local de vivência profissional, mas, sobretudo de aprendizado. Notou-se nos resultados encontrados existem fragilidades que precisam ser olhadas, os nós que precisam ser desfeitos e as mudanças que necessitam acontecer. Acredita-se que essa pesquisa contribui para repensar, a partir da forma e do modo como os instrumentais são documentados.

Palavras chave: Diretrizes Curriculares de Serviço Social; Política Nacional de Estágio; Supervisores; documentos; formação.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the Mandatory Stage of the Academic Training Units in the Federal District according to what is determined in the National Internship Policy - PNE (ABEPSS, 2010). The research was bibliographical and documentary having as object the instruments and instrumental used in the supervised stage. A comparison was made of the parameters of the compulsory supervised internship in the course of Social Work between the Pedagogical Plans of the Academic Training Units that are the target of observation in relation to the Social Service Curriculum Guidelines (ABEPSS, 1996) and PNE (ABEPSS, 2010). It was sought to verify the existence of an Internship Manual and its consistency with the Curricular Guidelines (ABEPSS, 1996) and PNE (ABEPSS, 2010). The intention was to discriminate the instruments that are contained in individual training folders in relation to those established in the National Training Policy. It was considered, through this research, that there is a significant list of notes that interfere in the routine of registration of the documentation that is validator of the occurrence of the stage. The main point is that this question is compromised. What is significantly serious is putting the documentation and your organization into folders and file being an official validator of the completion of the internship. The intention of the observation and the consequent analysis was not to point out the discrepancies or to name the fragile points identified as professional incompetence. What did not fail to signify and attribute the importance due to being the period of compulsory curricular traineeship a place of professional experience, but especially of learning. It was noted in the results found there are weaknesses that need to be looked at, the nodes that need to be undone and the changes that need to happen. It is believed that this research contributes to rethinking, from the form and the way the instruments are documented.

Key words: Internship Social Work Curricular Guidelines. National Policy of Internship. Supervisors Instrumental. instrumental. documents.formation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1	
SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: as condições históricas e diretrizes curriculares.....	21
1.1 Formação profissional do Serviço Social: Breve contextualização histórica.....	21
1.2 Breve contextualização histórica da emergência do Serviço Social no Brasil.....	47
CAPÍTULO 2	
Projeto ético-político profissional do Serviço Social: diretrizes curriculares, formação profissional e Estágio curricular obrigatório.....	57
2.1 Projeto ético-político-profissional, as Diretrizes curriculares e a formação profissional.....	58
2.2 O processo de regulamentação do estágio curricular obrigatório em Serviço Social.....	71
CAPÍTULO 3	
ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: pressupostos teóricos-metodológicos e realidade em unidades de formação acadêmica do distrito federal.....	85
3.1 Contextualização dos cursos de formação em Serviço Social no Distrito Federal e processo de mercantilização do ensino superior.....	85

3.2 O Estágio Curricular obrigatório em Serviço Social: pressupostos e realidade.....	94
3.3 Documentação do Estágio curricular obrigatório do Serviço Social: realidade percebida e considerações à luz do estabelecido pela PNE.....	98
CONSIDERAÇÕES	117
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES.....	132

INTRODUÇÃO

Essa dissertação analisa o Estágio obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas presenciais do Distrito Federal segundo o que está determinado na PNE (ABEPSS, 2010) com recorte na documentação arquivada acerca do estágio. A temática envolve pensar e discutir o estágio como parte significativa da formação profissional em que a teoria e a prática se articulam numa mesma unidade como atividade acadêmica construída dentro de um processo histórico, teórico e metodológico do qual a profissão emerge e se posiciona dentro de um projeto ético-político-profissional construído.

O estágio é parte constitutiva da formação para o exercício profissional que articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O campo de estágio é o lugar onde inúmeras questões são discutidas, como, a intervenção profissional, a postura ética profissional, como o aprendizado deve se vivenciado pelos estudantes na condição de estagiário. O estágio é, ao mesmo tempo, um lugar onde devem ser pensadas e refletidas as suas contribuições, reflexões, desafios que o envolvem, as Unidades de Formação Acadêmicas, os espaços sócio ocupacionais, enquanto campo de estágio e todos os sujeitos envolvidos, ou seja, a coordenação de estágio, o supervisor acadêmico, o supervisor de campo e o estagiário.

A discussão sobre essa etapa de aprendizado na formação tem importância impar, sempre inquieta, os envolvidos nesse processo, e desafia. Há sempre inúmeras reflexões postas sobre os problemas que permeiam essa etapa da formação profissional que envolve não somente a categoria, mas as suas entidades. Nelas se incluem o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O estágio não pode ser pensado e analisado sem considerar a conjuntura na qual esteve e está inserido ao longo do seu processo histórico por ser necessário

pensar a profissão, desde sua origem até os dias de hoje, sem que seja analisado o passado numa conjuntura que envolve aspectos sociais, econômicos, culturais e cenário político.

Também não é possível pensar os impactos que o processo histórico teve para a profissão e como esta se forjou, durante sua construção, continua materializado no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), na Lei de Regulamentação da profissão nº. 8662 (BRASIL, 1993), nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), nas diversas resoluções, entre elas o destaque para a de nº 533 (CFESS 2008) sobre o estágio e a PNE (ABEPSS, 2010). Permeando todas elas está o projeto ético-político-profissional. Todos sustentados pela conjuntura com sua historicidade e as leis que provocaram mobilizações e reivindicações através dos movimentos sociais, entre elas, a nossa Constituição Federal – FB (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Base – LDB (Brasil, 1996), e a Lei n.º 11.788 (BRASIL, 2008).

A pesquisa teve como objeto o estudo dos instrumentos e instrumentais utilizados no estágio supervisionado nas Unidades Federativas Acadêmicas privadas e públicas presenciais do Distrito Federal segundo o estabelecido na PNE (ABEPSS, 2010). Seu objetivo foi analisar os instrumentos e instrumentais do estágio obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas do Distrito Federal, segundo o que está determinado na PNE (ABEPSS, 2010). Assim os objetivos específicos foram: comparar os parâmetros que determinam o estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social nos Planos Pedagógicos de Curso – PCC nas Unidades de Formação Acadêmica (UFA), a partir das determinações das diretrizes curriculares; investigar se o Plano Pedagógico de curso está em consonância com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social; verificar a existência de Manual de Estágio e sua consonância com as Diretrizes curriculares e PNE (ABEPSS, 2010); discriminar, nas pastas individuais, os instrumentais nelas contidos em relação aos estabelecidos na PNE (ABEPSS, 2010).

O tema pesquisado justifica-se pela necessidade de conhecer e investigar o estágio na realidade cotidiana das UFAs no que tange aos instrumentos e instrumentais que validam e oficializam essa etapa da formação e sua consonância com o estabelecido na PNE (ABEPS, 2010). A hipótese é a de que existam discrepâncias entre o que está estabelecido na PNE (ABEPSS, 2010) e a realidade dos estágios supervisionados curriculares obrigatórios das UFAs privadas e pública do Distrito Federal – DF.

O problema que se coloca é como se os instrumentos e instrumentais do estágio obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas do Distrito Federal, estão sendo documentados segundo o que está determinado na PNE (ABEPSS, 2010). As análises dos instrumentos e instrumentais observados estão pautados no inicial aprofundamento de estudo do tema e a partir da vivência como supervisora acadêmica, na disciplina de Estágio Supervisionado, nos anos de 2012 a 2014 que, por sua vez, não ficou restrito às atividades demandadas, mas expandiram-se quando da colaboração para a elaboração do Manual de estágio curricular obrigatório, revisão e construção dos instrumentais componentes da pasta individual do estudante.

Trata-se de pesquisa documental, realizada a partir de um roteiro previamente elaborado com base nas exigências estabelecidas pela PNE (ABEPSS, 2010), a qual foi utilizada como referência para a análise dos dados. Destaque-se que tais exigências estão citadas no tópico correspondente. Outros dispositivos legais também subsidiam essa análise, tais como as Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996), a Lei de Estágio n.º 11.788 (BRASIL, 2008) e a Resolução n.º 533 (CFESS, 2008).

A pesquisa documental foi realizada por meio da análise de documentos de cada UFA, tais como: o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), do Manual de Estágio, da listagem encaminhada ao CRESS informando o campo de estágio, os supervisores acadêmicos e de campo designados, número de registro profissional, nome da instituição no campo de estágio. Foram observados e analisados os instrumentais contidos nas pastas individuais que constavam no arquivo de cada UFA.

Severino (2007, p.127) afirma que técnicas “são procedimentos operacionais que servem de mediação para a realização das pesquisas.” E esclarece ainda que documentação são formas de dados sistematizados que estão colocados de modo a permitirem condições de análise. É uma exploração dos apontamentos que servem como fonte de informação.

A pesquisa documental ocorreu com a busca de dados nas UFAs que foram alvos da observação e da análise nas pastas individuais de estudantes que concluíram o estágio curricular obrigatório no ano de 2016. Foram analisados também o PPC e outros documentos afins relacionados ao Estágio curricular Obrigatório de cada UFA.

Além do PPC e checagem da existência de documentos relacionados ao estágio supervisionado, foram observados os instrumentais específicos do estágio curricular obrigatório do curso de serviço social, no caso, pastas individuais, e que foram produzidos e documentados pelas (os) discentes, docentes supervisoras (es) acadêmicos e supervisoras (es) de campo de estágio.

A partir da busca realizada nesses documentos foi realizada uma análise para a compreensão da realidade. Severino (2007, p.127) esclarece que as mensagens documentais são subsídios registrador nas diferentes formas de comunicação e interlocução. Nesse caso, a observação foi exploratória. Ela levantou informações sobre um determinado objeto e mapeou suas condições de manifestação.

O primeiro contato realizado foi telefônico com as coordenações do curso de Serviço Social, nas respectivas UFAs, possíveis alvos da observação e análise. Foram dez as instituições contatadas inicialmente. Três permitiram a busca de dados. Outras três foram descartadas por fazerem parte de um mesmo grupo de faculdades ou centro universitário. Nesse caso, os registros e documentos eram idênticos e não iriam apresentar análises diferenciadas por contarem com as mesmas profissionais responsáveis pela coordenação do estágio. Outras duas apresentaram particularidades que as descartaram: uma fechou o curso e a outra tornou o curso de serviço social antes na modalidade presencial para a modalidade

EaD. E outras três não responderam às solicitações por contato telefônico, nem por meio presencial¹.

As três UFAs que permitiram a busca de dados para a análise foram nomeadas como Instituição A, Instituição B e Instituição C, a fim de preservar o anonimato de sua identidade. Entre elas a Instituição C foi analisada parcialmente por ter sido constatado que não há pastas individuais com documentação dos estudantes estagiários arquivadas não sendo possível observar e analisar os dados em sua forma física documental.

Ao chegar à instituição, foi apresentada a Carta de Anuência (Apêndice I) para formalizar a seriedade da pesquisa. Embora tivesse prevista a utilização de roteiro piloto, não houve necessidade de alteração deste, sendo mantido o roteiro inicial.

Foi realizado um levantamento bibliográfico para constatar se havia pesquisas semelhante a que será apresentada. Servirão de base também artigos em periódicos, artigos, teses de doutorado e livros que abordaram o referencial teórico e fundamentação da análise de dados desta pesquisa.

A intenção inicial foi apresentar dados qualitativos e quantitativos. Mas acatando sugestões da banca examinadora no projeto de qualificação foram verificadas pastas individuais dos estudantes do estágio curricular obrigatório concluídos. Desse modo, não haverá a apresentação de dados quantitativos por meio de gráficos e tabelas. Os dados serão qualitativos com destaque para o que seja considerado mais relevante tomando por base principal a PNE (ABEPSS, 2010).

Inicialmente foi realizado um levantamento das Unidades de Formação Acadêmica na plataforma do Ministério de Educação – MEC, no mês de outubro de 2016 e verificada a existência do quantitativo de instituições credenciadas para ofertar o curso de bacharel Serviço Social. As UFAs foram classificadas em relação aos seguintes aspectos: se são presenciais ou de Ensino à Distância (EaD) e se são públicas ou privadas (Apêndice III).

¹ Foi buscado contato telefônico com as instituições H, I e J por quatro vezes e contato pessoal com as coordenações de curso por duas, três e duas vezes respectivamente, sem sucesso.

A partir desse levantamento, optou-se por investigar apenas as UFAs da modalidade presencial, entre privadas e públicas localizadas no Distrito Federal - DF. Todas as presenciais foram contatadas e inseridas ou não, de acordo com os critérios estabelecidos para a inclusão e a exclusão.

Após novo levantamento, em outubro/2017, foi constatada a existência de 10 UFAs na modalidade presencial (01 pública e 09 privadas) e 16 na modalidade EaD (todas privadas) que consta no Quadro 03. O alvo da pesquisa envolveu somente as UFAs presenciais, que tinham turmas concluídas de estágio curricular obrigatório e que fizeram vestibular para abertura de novas turmas no 2º/2016 e 1º/2017.

É de pleno conhecimento a expressa manifestação das instituições na obtenção dos resultados da pesquisa. Todos os documentos produzidos pelo estudo serão armazenados por cinco anos e após esse período, serão incinerados.

Esta pesquisa não envolveu seres humanos em entrevista presencial. Dentro da sua realidade, estes foram resguardados e obedecidos e considerados os princípios éticos. Por não, envolver seres humanos não foi utilizado o Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido (TCALE), conforme preconiza a resolução vigente uma vez que a observação e análise da pesquisa foi documental.

Como critério de inclusão, foram considerados os cursos reconhecidos e autorizados pelo MEC, na modalidade presencial na ocasião da observação documental. Essas unidades deveriam ter realizado vestibular, nos primeiros e segundos semestres de 2016 e 2017. Foram observados documentos por frequência e por repetição. Quando houver frequência de ocorrência de cinco vezes do mesmo fato foi cessada a observação.

Foram também considerados a existência do PPC e os documentos produzidos que se referiam ao estágio curricular obrigatório. Como último critério foi apontada a expressa anuência da UFAs para o acesso e a investigação dos documentos. Considerando-se esses critérios, apenas duas instituições fizeram parte da pesquisa.

Entre as referências constam: Iamamoto (2003; 2010; 2014), Netto (1996; 1999; 2005), Boschetti (2015), Silva e Silva (1995), Martinelli (2001), Guerra (2010), Matos (2015), entre outros, além de teses, artigos em periódicos e decretos,

resoluções que sejam ligadas às temáticas sobre história, teoria e metodologia do serviço social, educação, formação profissional e estágio.

A composição desta dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro traz uma contextualização histórico-teórico-metodológico da profissão, no Brasil, desde a primeira Escola de Serviço Social perpassando pelo início da construção das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), no contexto da ruptura como o conservadorismo. Nesse capítulo a profissão é analisada, a partir do resgate da do seu processo histórico e da capacidade organizativa da categoria que forja a profissão e, ao mesmo tempo, a formação que é refletida, articulada e são propostas algumas mudanças.

O segundo capítulo aborda a construção do Projeto ético-político-profissional do Serviço Social e das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996), no processo de formação profissional, com ênfase no estágio curricular obrigatório. Faz-se necessário compreender a profissão composta por sujeitos coletivos que iniciaram a construção de um projeto profissional numa realidade composta por sujeitos plurais, numa categoria profissional não homogênea e diversa, que ao mesmo tempo reflete a construção das Diretrizes de sua própria formação e no processo dessa formação que não dissocia teoria e prática.

No terceiro capítulo é apresentado o resultado da pesquisa com destaque para as observações e análise sobre o estágio em serviço social e seus pressupostos teórico-metodológico e a realidade das UFAs do Distrito Federal. São verificadas a coerência entre as Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) e o PPC de cada UFA, outros documentos e a coerência com aquilo que está estabelecido na PNE (ABEPSS, 2010)

Por fim, nas considerações finais, espera-se que as contribuições, a partir dos apontamentos examinados sobre o objeto pesquisado, possa contribuir para uma reflexão da categoria, CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, UFA (docentes e discentes) e profissionais responsáveis pela supervisão de campo do estágio curricular obrigatório. Fazendo referência à ABEPSS Itinerante, que possam ser desfeitos os nós e construídos os laços.

CAPÍTULO 1

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: as condições históricas e Diretrizes Curriculares

Neste capítulo dois são trazidos trazem ma breve contextualização de dois aspectos. O primeiro que envolve a formação profissional que trará uma breve contextualização histórica em aspectos significantes da profissão da/o assistente social no Brasil, que teve início com a criação da primeira Escola de Serviço Social, de que modo se consagrou sua emergência, enfrentamento dos desafios e conquistas que envolveram a reflexão da profissão em si mesma.

No segundo momento, serão contextualizados alguns aspectos históricos referentes ao processo de formação da profissão que serviram de cenário para a construção do projeto ético-político profissional no mesmo instante em que foi materializado o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), em vigência, e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) do século passado.

1.1 Formação profissional do Serviço Social: Breve contextualização histórica

Durante o processo de industrialização do Brasil, ocorrido na década de 1930 associado ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural, o Serviço Social mostrou-se imprescindível sendo iniciado pela aliança entre a igreja e o Estado que atendia aos interesses da sociedade capitalista, participando diretamente da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas.

Para Iamamoto (1996, p. 75), o profissional de serviço social “participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração quanto, ao mesmo tempo e pela

mesma atividade, dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora”.

A atuação desses profissionais reproduzia a polarização de interesses de classes, contrapondo e vivenciando tensões que exigiam respostas demandadas pelo capitalismo. A igreja que queria permanecer ocupando seu espaço com relativo poder aliou-se ao Estado e ampliou seus espaços de formação, já com o propósito de que os profissionais que em suas escolas se formassem já fossem direcionados a atender, na sua atuação profissional, às exigências do Estado. Durante o governo de Vargas², marcado pelo autoritarismo e pelo paternalismo, a profissão emergiu como uma prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada. Segundo Netto (2011), foi a junção de interesses entre o Estado e a igreja que permitiu, incentivou e impulsionou a expansão das Escolas de Serviço Social. Se por um lado, por parte do governo, ampliou-se os espaços de atuação desse profissional por meio da criação de instituições estatais e paraestatais com a finalidade de operacionalizar as políticas governamentais (Institutos de Pensões e Caixas de Previdência), por outro lado demandou-se mais profissionais para atuarem nesses espaços, fazendo com que a igreja ampliasse o número de escolas no Brasil, ao mesmo tempo em que a atuação profissional se fazia cada vez mais necessária.

Havia uma concorrência no capitalismo ocupado pelos monopólios que conseqüentemente elevou as contradições da ordem burguesa nos seus traços de exploração, alienação e transitoriedade histórica. Esse cenário constituiu as condições históricas e sociais da emergência do Serviço Social. (Netto, 2005).

Nas décadas de 1930 e 1940, o Serviço Social foi reconhecido pelo Estado como estratégia para a garantia do controle social e político do proletariado e dos segmentos sociais mais pauperizados com atuação profissional direcionada às famílias no lar ou no trabalho, ou ainda, atuando na situação sofrimento dos “desvalidos”. Os interesses atendidos eram capitalistas (Iamamoto 1996).

²O período Vargasista é dividido em três grandes fases: primeira entre 1930 - 1934 conhecido como governo provisório; segundo entre 1934 – 1937 Governo constitucional e terceiro entre -1937 – 1945 Governo Ditatorial.

A realidade posta, suas mudanças e interferências políticas, sociais e econômicas impactavam e determinavam a direção da profissão de assistente social. Vargas, no Estado Novo³, no ano de 1937, favoreceu os interesses da burguesia e trouxe para si a missão de restabelecer a harmonia social. A pretensão da burguesia era reduzir a tensão existente entre ela e os trabalhadores. Para tanto, fortaleceu alianças com o Estado a igreja e buscou a estrutura organizacional de movimentos leigos com representatividade para atuar com os operários. (Martinelli, 2011)

O processo de industrialização gerou, entre os trabalhadores, o aumento do número daqueles que não conseguiam sobreviver do seu salário ou, ainda, de desempregados que compunham o exército industrial de reserva, passando a depender das políticas sociais. Carvalho e Yamamoto (1996) evidencia que as políticas públicas que antes traziam aspectos como caridade tradicional, passou a exibir características de abrangência tímidas e pulverizadas que aconteciam por iniciativa da classe dominante, cujo objetivo era a centralização e a racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado.

Mesmo com a consolidação de políticas públicas por parte do Estado, não foi possível conter as expressões da questão social que não deixaram de surgir e ter manifestas insatisfações por parte dos trabalhadores. Dentro do contexto do desenvolvimento industrial e da expansão urbana, afirmou-se a hegemonia do capital industrial e financeiro. Ao se afirmar essa hegemonia surgiram desafios para a atuação do profissional de Serviço Social perante a classe operária, exigindo outros tipos de intervenção para além da caridade e da repressão. A parceria entre os interesses do estado da igreja resultou na criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS SP, em 1932, para que fosse realizada a qualificação de agentes para a prática social (Yamamoto 1996).

³ Rodrigues, Natália. Estado Novo (2017). O Estado Novo foi um regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, instituído em 10 de novembro de 1937. Desde 3 de novembro de 1930, Vargas governava o país. O primeiro período foi o Governo Provisório (1930-1934) que perdurou até a reconstitucionalização do país. Com a decretação da Constituição de 1934 iniciou-se o Governo Constitucional. A previsão das eleições presidenciais era para o ano de 1938, e em 1937 iniciaram as campanhas dos candidatos ao cargo. Candidataram-se às eleições o integralista Plínio Salgado, o governador de São Paulo Armando Vieira Sales, e o candidato situacionista José Américo Almeida. Getúlio Vargas não havia se candidatado, pois pretendia dar continuidade ao governo por meio de um golpe de Estado. Disponível em <<http://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>> acesso em 25/09/2017.

Depois de instaurado o Estado Novo, ou seja, num momento pós-golpe, foi que o Serviço Social iniciou o processo de profissionalização. Sua identidade havia sido forjada numa prática social com funções ideológicas de controle social que atendiam às exigências do capitalismo. Martinelli (2011) aponta:

Fortemente infiltrado na estrutura da sociedade capitalista e exercendo um nefasto efeito alienador, esse era o padrão que determinava a inserção da profissão no tecido das relações sociais mais amplas, suas formas de prática, suas relações políticas com o Estado e com as classes sociais. A identidade atribuída era assim, plenamente justificada, pois reproduzia a alienação política, social, econômica, cultural, presente no espaço mais amplo da sociedade burguesa. Fixando-se pelo uso e ganhando um estatuto ontológico próprio, essa foi a identidade assumida pelo Serviço Social, que com ela operou, ao longo do tempo, desenvolvendo um percurso alienante e alienador e que distanciou a trama das relações sociais, impedindo-o de participar de uma prática política e social autêntica. (2011, p. 125)

O Estado demandava mais profissionais para atuar perante o proletariado por estar no processo de expansão industrial e aliou-se à igreja. A fim de que houvesse a formação de profissionais para ocupar os espaços institucionais houve um processo de expansão e consolidação das escolas de Serviço Social que possuíam vantagens obtidas na interação com este mesmo Estado na pessoa de Vargas. Entre as bases do poder instaurado, dentro da própria igreja, a Confederação Católica foi a instituição responsável que promoveu a formação profissional.

O Estado Novo responsabilizou-se por restabelecer a harmonia social. Para isso, organizou o Ministério da Educação e Saúde, por meio do Decreto n.º 525 (Brasil, 1938), o Serviço Social como estrutura de serviço público e passou a atender a disposições estabelecidas na Carta Constitucional de 1934. Ou seja, os desamparados passaram a ser de responsabilidade do Estado com a atuação dos profissionais do Serviço Social oficialmente institucionalizada (Iamamoto 1996).

Foram criadas as Escolas de Serviço Social de São Paulo, em 1936, e no Rio de Janeiro, em 1937. Afirma Iamamoto (1996) que neste último estado, foram inauguradas duas escolas: uma pelo Grupo de Ação Social e outra pelo Juizado de Menores. Mais tarde houve a incorporação do curso de preparação ao Serviço Social à Escola de Enfermagem Ana Nery.

Autores como Castro (2016), lamamoto (1996) e Martinelli (2011) contextualizam e afirmam que o Serviço Social constitutivo desenvolveu-se como escola de formação com bases doutrinárias católicas em seus princípios e moral fundamentado no apoio representativo do Estado que se fazia presente autoridades representativas como a primeira dama, Darcy Vargas, esposa do então presidente da República, Getúlio Vargas, que participou da primeira semana de Ação Social sob o patrocínio do Grupo de Ação Social (GAS), por exemplo.

O processo de emergência das Escolas de Serviço Social como espaço de formação estava estreitamente ligado à expansão espaços sócio ocupacionais das profissionais que, em 1935, segundo Martinelli (2011, p. 129), “desenvolviam atividades profissionais legalmente inseridas no serviço público como o Departamento de Assistência Social subordinado à Secretaria de Justiça”.

A partir do Estado Novo, o Decreto número 525 de 01/07/1938, do Ministério da Educação e Saúde organizou o Serviço Social como estrutura de serviço público e passou a atender a disposições estabelecidas na Carta Constitucional de 1934. Ou seja, os desamparados passaram a ser de responsabilidade do Estado.

A profissão, através da ampliação de espaços sócio ocupacionais, era inserida dentro do processo de divisão social do trabalho especializado e refletia sua formação diante das demandas e desafios existentes. Carvalho e lamamoto (1996) afirma que:

O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados. (1996, p. 82)

Ao final dos anos 1940, o Estado era o grande empregador de assistentes sociais, ao mesmo tempo em que ampliava seu controle sobre a estrutura e a organização da categoria profissional tendo como influência principal a escola européia que, mais tarde, em 1942, foi substituída pela influência da Escola Norte Americana (Martinelli, 2011). Quanto ao processo de profissionalização do Serviço Social, a legislação estadual da Câmara Legislativa do estado de São Paulo

concedeu, a partir de 1938, atribuições privativas ao profissional no desempenho de atividades perante o “menor⁴ e a família na estrutura do Serviço Social de Menores” por meio do Decreto Estadual número 9744, de 19/11/1938.

O foco de intervenção se manteve no indivíduo e foi acrescido o trabalho com grupo, trazendo mudanças ao eixo e à forma de abordagem. A qualificação profissional nesse período, entretanto, permanecia atendendo aos interesses burgueses atendendo às práticas estabelecidas.

Sob o olhar da burguesia, Estado, igreja e o serviço social caminhavam pelo seu processo de institucionalização, que visava de forma conservadora, às relações burguesas de exploração, fundamentais para o processo de acumulação capitalista. Martinelli (2011):

Operando sempre com a identidade atribuída pelo capitalismo e ostentando a face dos detentores do poder a que estava vinculado – Estado, igreja e classe dominante - o Serviço Social caminhava em seu processo de institucionalização, atravessado continuamente pelo signo da alienação, que, como que encobrendo a consciência social dos agentes profissionais com um véu nebuloso e místico, os levava a se envolver com práticas conservadoras, burguesas, que visavam a reprodução das relações sociais de exploração, fundamentais para a sustentação do processo de acumulação capitalista. (2011, p. 135)

À proporção que a acumulação capitalista avançava e, com ela, a modernização do Estado, surgia como consequência a burocratização das atividades, o discurso profissional tornou-se mais técnico e racional, com uma aparência “neutra” e “apolítica”. Desse modo, a profissão foi caminhando em busca do que Carvalho e Iamamoto (1996) definiu como atualização profissional com destaque para a realização do Congresso Pan-Americano de Serviço Social, ocorrido em 1945, com a prevalência de uma perspectiva neutra, que harmonizava o capital e o trabalho com a ação educativa e a conciliação.

O Serviço Social, não somente no Brasil, buscou organizar-se enquanto profissão, para isso contou com diversos representantes no Congresso Interamericano de *Atlantic City*, realizado nos Estados Unidos da América, no ano de

⁴Termo usado de acordo com o primeiro Código de Menores brasileiro que foi promulgado pelo decreto número 17.943 de 12/10/1927 até 1990 quando foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Decreto 8.069 de 13 de julho de 1990.

1941. Esse encontro constituiu um marco na nova hegemonia mundial, afirmando a influência norte americana no Serviço Social da América Latina (Martinelli, 2011).

A organização dos profissionais dessa área, no Brasil, em busca da atualização profissional consagrou-se com a realização do primeiro Congresso Pan-Americano de Serviço Social, ocorrido no Chile, em 1945. Na ocasião, foram abordados três aspectos centrais, a saber, o Serviço Social na indústria, o intercâmbio interamericano e a formação para o serviço social. Este último foi o tema central daquele congresso.

Especificamente no Brasil, o Congresso Brasileiro de Serviço Social foi realizado em 1947, com a participação de representantes de instituições privadas e governamentais, afirma Martinelli (2011). Nesse primeiro evento, embora não tenha tido um tema central, entre outros se abordou a “formação para o Serviço Social”, procurando estabelecer um padrão mínimo para ingresso nas escolas; discutiu-se, ainda, a necessidade de um currículo básico, planos de trabalho prático, funcionamento das escolas especializadas. Outros seis temas relevantes foram abordados: Serviço Social e família; Serviço Social de Menores; Educação popular e lazeres; Serviço Social Médico; Serviço Social na Indústria e Agricultura e comércio e os Agentes do Serviço Social. Carvalho e lamamoto (1996) e Martinelli (2011).

O segundo Congresso Brasileiro de Serviço Social aconteceu em 1961. Teve caráter preparatório para a XI Conferência Internacional de Serviço Social, ocorrido em 1962 na cidade de Petrópolis – RJ. Seu tema central foi o “Desenvolvimento Nacional para o Bem-estar Social”. Ocorreu quatorze anos depois do primeiro e após mais de uma década de “desenvolvimentismo⁵”, afirma Carvalho e lamamoto (1996), sob o governo populista de Jânio Quadros. Tratou-se então no momento em que estava no poder um governo populista de direita, mas que “tentava sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e o Estado em relação à questão social e sua evolução”.

⁵ Carvalho e lamamoto (1996: p. 352 - 353-) o desenvolvimentismo acentuou a marginalização de setores sociais que já eram atingidos pela pobreza, aumentou a discrepância de renda, nível de vida e disparidades regionais. Jânio em seu governo buscou construir um todo harmônico, equilibrado sob a perspectiva de um desenvolvimento integral e equilibrado em todo o país. Ou seja, buscou-se um desenvolvimento mantendo eixos de crescimento econômico centrado no homem e nas suas capacidades.

Este segundo Congresso foi uma estratégia de atualização entre os interesses do setor dominante e as demandas presentes nas instituições que eram espaço de atuação do Serviço Social. Foram postos nesse momento desafios dentro do novo projeto desenvolvimentista que exigiam posições, funções e formas de avaliação para tais desempenhos de modo satisfatório. A expansão da profissão está ligada à ideologia desenvolvimentista na década de 1960, que Yamamoto (1996) define como sendo:

A busca do crescimento acelerado, continuado, auto-sustentando com a proposta de superar a situação de atraso que colocava o Brasil como subdesenvolvido e atrasado. A proposta era atingir a grandeza material, soberania, paz e ordem social a partir da própria riqueza. Para isto, bastava uma política adequada e o trabalho constante. (1996, p. 347)

A autora ainda acrescenta que os resultados econômicos do progresso na ideologia desenvolvimentista⁶ se estenderia ao conjunto da sociedade, Estado e povo numa mesma direção, tendo como consequência o fim do pauperismo e a elevação do meio de vida.

Couto (2010) destaca que o período, com caráter populista e desenvolvimentista, teve características políticas que marcaram a trajetória histórica brasileira e repercutiu na discussão sobre a questão dos direitos civis, políticos e sociais. Getúlio assumiu o poder entre 1930 e 1937, conhecido como Estado Novo no qual teve a formulação de legislações que delinearum um Estado social autoritário que buscava legitimar-se em medidas regulatórias e assistencialistas.

⁶Desenvolvimentismo é a teoria econômica que está centrada no crescimento econômico, baseado na industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado, em detrimento do desenvolvimento social. Tal teoria foi uma resposta aos desafios e oportunidades que surgiram com a Grande Depressão dos anos 30 e está ligada às idéias trazidas pelo keynesianismo. A onda desenvolvimentista teve o seu apogeu nas três décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra, com destaque para as políticas de implantação da indústria pesada nos principais países da América Latina. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/desenvolvimentismo/>>. Acesso em: 18.10.2017.

A regulação das relações capital e trabalho buscavam, via legislação, interferir autoritariamente nos conflitos sociais, ou na tentativa de evitá-los. A validação do governo autoritário se concretizou através da Constituição Federal Brasileira de 1937:

No campo dos direitos sociais, novamente a área trabalhista ganhou ênfase, mas houve uma intervenção maior do Estado, com uma regulamentação mais dura em relação à organização dos trabalhadores, proibindo inclusive manifestações de greve. Também nessa área, ampliou os benefícios às classes menos favorecidas, indicando a obrigatoriedade de o Estado fornecer o ensino pré-vocacional e educacional. Dessa forma, buscou ampliar o leque de opções de mão – de – obra para o projeto de desenvolvimentismo via industrialização em curso e também a legitimidade do governo perante a população pobre. (Couto: 2010, p.102)

A fim de buscar legitimidade perante a população, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) com o objetivo inicial de assistir à famílias dos pracinhas que haviam ido para a guerra. Mais tarde, o trabalho foi estendido à população pobre. As ações da LBA centraram-se na figura da primeira dama Darcy Vargas que coordenou a instituição. Na década de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1946), que reuniu todas as legislações promulgadas desde 1930, foi criada a carteira de trabalho, instituída a jornada de oito horas diárias de trabalho, férias remuneradas, salário maternidade e criada a área de segurança e medicina do trabalho. Já entre 1937 e 1945, período conhecido como ditadura de Vargas teve traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático com traços paternalistas. Getúlio Vargas foi deposto da presidência por um golpe e, entre 1946 e 1950, o Brasil foi governado por Gaspar Dutra de orientação liberal, que promulgou a Constituição de 1946. Essa lei aboliu o cerceamento de liberdade, garantiu os direitos sociais e permitiu a livre atuação dos sindicatos, inclusive garantiu o direito à greve. Também permitiu o direito ao voto a todos os maiores de 18 anos, embora, mantivesse a proibição de voto dos analfabetos e quem não soubesse o idioma português, no caso dos imigrantes (Couto, 2010)

Vargas retornou ao poder entre 1951 e 1954 por meio de voto direto e um governo com características repressivas e de controle aos trabalhadores urbanos, enfrentando manifestações públicas articuladas pelos sindicatos. Após a morte de Vargas, que se deu por suicídio, o poder foi assumido, entre 1954 e 1955, por Café

Filho e depois de realizadas as eleições em 1955 o governo foi ocupado por Juscelino Kubitschek e João Goulart. (Couto: 2010)

O mandato desses últimos que vai até 1961, constituiu-se num projeto baseado no nacionalismo desenvolvimentista. Propuseram-se a governar por meio de seu Plano de Metas, definia a orientação político, econômica e social para o desenvolvimento do Brasil, pretendendo desenvolver cinquenta anos em cinco. (2010, p.110)

Na verdade, esse Plano de Metas referia-se a uma formação profissional ligada à preocupação econômica. A abrangência dos programas políticos que ali estavam previstos deixou de lado o fenômeno “questão social”.): (Dedecca, 2002

O período democrático dos anos 50 até início dos anos 60 foi insuficiente para modificação do padrão de regulação social. Apesar de maior presença da ação sindical, os anos de crescimento do Plano de Metas não foram acompanhados de avanço da questão social. (2002, p. 31)

O serviço Social, embora tivesse inserido na ideologia Desenvolvimentista, no que tange às mesmas propostas de soluções relacionadas ao objeto de preocupações do Estado, esteve alheio a esse processo até a década de 1950, afirma Carvalho e Iamamoto (1996).

As preocupações do Desenvolvimentismo Juscelinista subordinava os problemas sociais existentes à expansão econômica, mantendo-se também alheio ao Serviço Social. Nesse mesmo período, analisa Carvalho e Iamamoto (1996), às/aos Assistentes Sociais consolidaram-se em seus campos de atuação, a necessidade de atualização, principalmente em áreas cujos métodos estavam ligados ao Desenvolvimento de Comunidade (DC) e Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC).

O DC⁷, segundo Ammann (1997), para ser entendido supõe revisitar as condições históricas mundiais e analisar as mediações inseridas no jogo de interesses internacionais e o jogo de interesses existentes no Brasil.

⁷ Esse contexto condiciona a iniciativa da Inglaterra, através do DC, a promover a melhoria de vida da população comunitária a partir de sua própria participação e iniciativa, quer seja espontaneamente ou por meio do emprego de técnicas. Dessa maneira, o DC se afirma como fundamental estratégia de ação de um país sobre outros. Institucionalizado pela Organização das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial. O DC foi postulado num momento histórico marcado pela chamada ‘Guerra Fria’, liderada pelos Estados Unidos e a Rússia. A ONU assumiu a função estratégica de garantir a ordem social e preservar os regimes e as ideologias democráticos. (SOUZA, 2004).

O contexto, nesse período, afirma Souza (2004) demonstrava os países subdesenvolvidos dependentes do capital monopolista dos países desenvolvidos. O que desencadeava nas relações de dependência aos – Estados Unidos EUA, no caso brasileiro. Os EUA havia sobressaído no pós II Guerra Mundial e havia se organizado de modo hegemônico com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948; a Organização das Nações Unidas - ONU, no decorrer dos anos 1950 e 1960, voltou-se a propagar o modelo de DC com a finalidade de capacitar as comunidades para contribuírem com o progresso do país. Assim, ampliou-se o DC, no final da década de 50, numa perspectiva de modernização dos diversos setores de vida das populações subdesenvolvidas. No Brasil, a década de 1940 já registrava o surgimento do trabalho comunitário como um processo técnico-metodológico.

Guilherme (2017) afirma que a disseminação do trabalho comunitário, enquanto prática ocorreu no Brasil entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. A organização de comunidades, destinada à estruturação de grupos e serviços institucionais de bem-estar social⁸, antecedeu o DC via articulação com organismos internacionais e de uma política nacional, com interesse na ampliação do capitalismo e na modernização do meio-rural.

O DC assim, sob um viés funcionalista, é tido como algo a ser resolvido com a educação social do homem rural viabilizada pelo Ministério de Agricultura em 1951, pela criação de missões rurais. As equipes se deslocavam para a área rural, segundo Ammann (1997), para organizar grupos de estudos, a fim de resolver problemas sociais. O DC entre 1956 e 1961 foi implementado no governo Kubitschek como política de modernização que visou o crescimento de 50 anos em cinco, tendo como vertente teórica o funcionalismo e as colocações desenvolvimentistas quando foi iniciados os questionamentos sobre a atuação dos profissionais de Serviço Social e à ditadura militar (1964-1985).

No período entre 1961 e 1964, houve a emergência de uma nova prática do Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica em relação ao “tradicional”. Ou seja, a profissão que antes se apoiava na corrente filosófica positivista buscou

⁸ O termo adequado é instituições de assistência social ao considerar que não temos Estado de Bem Estar. Grifos da autora.

romper com a alienação ideológica a que vinha submetida que visava o rompimento com a prática assistencialista embasada pelo referencial teórico de Karl Marx

Jânio Quadros que, ao assumir a presidência do Brasil havia instigado a necessidade de uma atualização profissional por buscar equilibrar os interesses da classe dominante e, ao mesmo tempo, preocupava-se com a questão social, renunciou e em seu lugar assumiu João Goulart.

O enfrentamento da questão social, nesse contexto, foi abordada por meio da educação de adultos, com concentração na áreas rurais, extensão da previdência e legislação trabalhista com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a redução do valor de alimentos básicos, campanhas de combate a doenças endêmicas e programas de habitação popular. A oposição mais significativa enfrentada se deu por meio da ditadura militar (Silva, 1995).

Desse modo, o Serviço Social, conforme afirma Silva e Silva (1995) atuava entre os interesses do Estado, intervinha nas “disfunções” individuais e sociais, sem considerar os objetivos institucionais e profissionais em relação ao conhecimento. Entre as correntes sociológicas se destacou o positivismo e funcionalismo. Foram utilizados métodos tradicionais de Serviço Social de Caso e Grupo com ênfase na comunidade.

Carvalho (2002) infere que entre 1964 e 1985, período de ditadura militar a profissão ao mesmo tempo em que tinha seu campo de atuação expandido, tinha sua vertente crítica em relação à construção da ruptura com o conservadorismo estagnada.

O governo militar valeu-se de atos constitucionais para cassar direitos políticos com intervenções que impediam manifestações, abolia a eleição direta com o uso do poder repressivo e praticou uma série de violência sobre manifestações populares, fechamento do Congresso Nacional, promovendo a suspensão de eleições diretas, o banimento de sujeitos que transgredissem a ordem, a censura à imprensa, jornais, livros e meios de comunicação.

Carvalho (2002) aduz:

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob a constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava os crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado. (2002, p. 163)

Assim, as possibilidades e avanços impulsionados pelo movimento de reconceituação que ecoava na América Latina, entre o final de 1960 e início de 1970, proporcionaram o pensar e refletir das insatisfações, limites e desafios profissionais no âmbito teórico- instrumental e político-ideológico numa realidade de país subdesenvolvido, dependente, dominado e com uma maioria oprimida e explorada⁹ Neto (2005).

Ao abrir espaço político aos conservadores, segundo Silva e Silva (1995), ocorrido entre 1968 e 1974, as organizações de oposição sobreviveram na clandestinidade. Foi determinado como método interrogatório a tortura. O medo e o silêncio assim tornaram-se recorrentes para o controle da sociedade. Seguiu-se o milagre econômico dentro do que foi chamado de I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁰ que ocorreu entre 1972 e 1974, com articulação entre o governo e os setores privados, tais como, União e estados; regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas com a efetivação de programas sociais como Programa de Integração Social (PIS); Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); Banco Nacional de Habitação (BNH) e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL);

⁹ Segundo Silva (1995) entre 1964 e 1968 foi o período em que ocorreu a definição das bases do Estado de Segurança Nacional com novos mecanismos de controle e reforma constitucional e a institucionalização do Estado Novo. Foi instituído o Ato Institucional - AI 5. Entre 1969 e 1974 o período mais rígido da ditadura militar. E no período de 1974 a 1985 a retirada militar da cena política como atores de frente. (grifos conforme afirmativa da autora).

¹⁰ Silva (1995) aponta a existência de três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND): I PND (1972 – 1974) que definiu a política social em termos de integração social articulando setores já citados no texto; II PND (1975 – 1979) com estratégias de desenvolvimento social com a proposta de resolver o problema da distribuição de renda e III PND (1980 – 1985) que definiu objetivos prioritários como o acelerado crescimento da renda e do emprego; a melhoria da distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem – estar das classes de menor poder aquisitivo; a redução das disparidades regionais; a contenção da inflação; o equilíbrio do balanço de pagamento, o controle do endividamento do setor energético; e o aperfeiçoamento das instituições políticas.

Programa de Colonização na Região Transamazônica (PROTERRA) e Programa de Integração Nacional (PIN).

A continuidade desses programas prosseguiu ainda em 1975 com a criação do projeto Rondon¹¹, ligado diretamente aos programas de DC e Programa Nacional de Centros Sociais (CSU). As políticas sociais implantadas nesse período passaram a contar com o assistente social como categoria profissional e responsável por essa operacionalização em âmbito nacional. Nesse rol, Silva e Silva (1995) afirma que, “entre as instituições que ampliaram o espaço de atuação profissional figuram a LBA¹², a Fundação do Bem-estar do Menor (FUNABEM)¹³, as Secretarias de Bem-estar Social e Previdência Social.” A profissão foi influenciada pelo cenário que Silva e Silva (1995) faz os seguintes apontamentos :

Extrema centralização política e financeira em nível federal; acentuada fragmentação institucional para sua operacionalização; exclusão da participação social nos processos políticos de decisão; forte conteúdo corporativo de demandas, decisões e implementação das políticas e programas; uso clientelístico dos recursos e distribuição dos benefícios; autofinanciamento do investimento social e privatização dos setores rentáveis (educação, saúde e habitação). A partir dessa lógica, verifica-se, também, a institucionalização da assistência social, com subordinação da remanescente rede privada de assistência e de serviços sociais, passando o Estado a manter verdadeiro controle, através de convênios que disciplinam as ajudas financeiras e prestação de assistência técnica, tudo condicionado à apresentação de planos de convênios que disciplinam à apresentação de planos de fiscalização periódicas. (1995, p. 34)

A conjuntura política, sob o âmbito militar, utilizou as empresas privadas para a complementação das políticas sociais do governo ao mesmo tempo em que constituía campos de inserção para o Serviço Social, numa tendência

¹¹ Instituto Projeto Rondon Nacional (2017): Sobre o histórico do projeto afirma que com o objetivo de levar a juventude universitária para conhecer a realidade multicultural e multirracial do Brasil e oferecer a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico das regiões mais carentes do país, nasce em 1967, o Projeto Rondon. Idealizada nos bancos escolares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a ação surge como uma iniciativa precursora de grande importância para a nação. A operação piloto foi planejada pelo professor Celso Chiori, reitor da antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O Projeto foi extinto em 1989, quando o Ministério do Interior, obedecendo a um decreto presidencial, deixa de realizar as atividades. As ações tiveram continuidade graças ao trabalho de um grupo de rondonistas que tinham o desejo e o interesse em manter o projeto em funcionamento, criando então a Associação Nacional dos Rondonistas. A marca registrada Projeto Rondon® foi cedida em 2002 pela associação ao Ministério da Defesa, pelo período de 10 anos, cabendo a este, organizar campanhas nas regiões mais recônditas do país. No mesmo ano, são criadas as Associações Estaduais, que tem como missão, mobilizar a juventude universitária, em estreita articulação com as Instituições de Ensino Superior, os três níveis de governo e a sociedade civil, para despertar consciência crítica a respeito das realidades nacionais. Posteriormente, essa associação passa a ser denominada Instituto Projeto Rondon, classificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

¹²Decreto lei n. 4830, de 15/10/1942.

¹³Decreto Lei n.4513 de 1/12/1964.

modernizadora com o avanço técnico da profissão cuja formação tinha como desafio a busca pela eficiência e, simultaneamente, uma ação profissional moderna que exigia planejamento, coordenação e administração aliado à capacitação e à formação para atuar em equipes inter profissionais. (Silva, 1995).

Foi na década de 1970, que a perspectiva marxista, por meio da vertente do estruturalismo, começou a ser inserida no Serviço Social, sob a influência de Althusser com as instituições compreendidas como aparelhos ideológicos do Estado. O movimento de reconceituação foi sendo engendrado, negando a prática profissional e valorizando a militância política tanto no Serviço Social quanto em outras profissões no âmbito social. (Silva, 1995).

Netto (1996) refere-se ao período do Movimento de Reconceituação como sendo a erosão do Serviço Social tradicional e afirma que o momento foi cumulativo com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolíticos distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se. como aqueles que marcaram o momento de sistematização teórico-prática da profissão. Na mesma década de 1970, um grupo de profissionais em Minas Gerais formulou o método BH e influenciou com sua proposta crítica setores significativos da profissão, inclusive o acadêmico. A partir do método de BH (1971), foi construída uma proposta para a formação profissional apresentada na Convenção da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)¹⁴. Essa proposta pautou sobre o fato de o Serviço Social defender os interesses dos segmentos explorados sob a perspectiva da transformação social. Essa discussão foi retomada no período entre 1974-1985 quando aconteceu a distensão - abertura da ditadura militar. Silva e Silva (1995).

¹⁴Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social que mudou para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa - ABEPSS em dezembro de 1997 quando na XXX Convenção da ABESS/CEDEPSS realizada em Recife, a gestão (1995-1997) alterou o nome da entidade, que passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), extinguindo o CEDEPSS e integrando, na mesma entidade, a tríade ensino, (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão;

O Movimento de reconceituação foi um impulso organizador praticamente monopolizado pelas iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS) - Seminários de teorização. O autor destaca o Seminário de Araxá - MG: 1967; Seminário de Teresópolis - RJ em 1970; Seminário de Sumaré - SP: 1978 e o seminário Alto da Boa Vista - RJ: 1984.

Netto (1996) destaca que:

A renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional. (1996, p. 151)

A erosão da base do Serviço Social tradicional permitiu o desenvolvimento do processo de renovação em três direções, de acordo com Netto (1996), a perspectiva modernizadora; a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional:

A primeira direção conforma uma *perspectiva modernizadora* para as concepções profissionais – um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (1996, p. 154)

Em relação a segunda direção “a reatualização do conservadorismo” Netto (1996) cita que:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórica-metodológica que se conclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxista. (1996, p. 157)

A terceira direção “processo de renovação do Serviço Social” Netto (1996):

A terceira direção identificada no processo de renovação do Serviço Social no Brasil é a perspectiva que se propõe como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”. Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela se manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo positivista). (1996, p. 159)

Netto (1996) infere que na perspectiva modernizadora constituiu a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil que emergiu desde o encontro de Porto Alegre – RS ocorrido em 1965 e que teve sua formulação afirmada no primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social promovido pela CBCISS em Araxá – MG no ano de 1964 sob o tema “A metodologia do Serviço Social” que trazia a preocupação em adequar o Serviço Social ao desenvolvimento da atuação profissional frente a realidade brasileira em conformidade com o contexto econômico e social. As discussões se aprofundaram e prosseguiram sendo realizado em 1970 o Encontro de Teresópolis – RJ (1970). Dividido em quatro temáticas: 1) Teoria do Diagnóstico e da Intervenção Social – A Intervenção em Serviço Social; 2) Diagnóstico e Intervenção em Nível de Planejamento, incluindo situações globais e problemas específicos; 3) Diagnóstico e Intervenção em Nível de Administração e 4) Diagnóstico em Nível de Prestação de Serviços Diretos a Individuais, Grupos, Comunidades e Populações.

Ambos os encontros resultaram no documento de Araxá e Documento de Teresópolis. Netto (1996) diz que o documento de Araxá (1967):

... trata-se mesmo de uma dominância teórica. Uma vez que não se rompe profunda e conseqüentemente com o tradicionalismo, seus traços rebatem e repicam na justificação da ação interventiva, na delimitação dos meios e objetos de intervenção e na própria representação da funcionalidade da profissão. ...Vale dizer: a ausência de uma explicitação teórico-metodológica rigorosa não equivale à afirmação da perspectiva modernizadora, a composição de vetores teóricos-metodológicos e ideoculturais diversos se garante em indicativos prático-operacionais que não deixam de conter feixes de colisões. Somente à sua inteira redução a uma estrita pauta técnico burocrática de intervenção poderia obviar os dilemas dessa composição – e, simultaneamente, conferir uma congruência máxima dessa intervenção à dinâmica da autocracia burguesa. (1996, p. 177)

Foi no documento de Teresópolis (1970) que ocorreu a cristalização da perspectiva modernizadora afirma Netto (1996):

No texto de Teresópolis, o que se tem é o coroamento do transformismo a que já aludimos: nele o “moderno” triunfa completamente sobre o tradicional, cristalizando-se operativa e instrumentalmente e deixando na mais secundária zona de penumbra a tensão de fundo que subjazia no texto produzido em Araxá. No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva. Há mais que continuidade entre dois documentos: no de Teresópolis, o “moderno” se revela como a conseqüente instrumentação da programática (desenvolvimentista) que o texto de 1967 avançava. (1996, p. 178)

Netto (1996) destaca adiante que os encontros de Sumaré – SP (1978) e Alto da Boa Vista – RJ (1984) representaram o deslocamento da perspectiva modernizadora. Nenhum desses seminários e seus resultados obtiveram a repercussão que cercou os dois anteriores. O questionamento teórico presente nos dois seminários trouxe a abertura de um debate menos unívoco e monocolor, bem como uso de uma dinâmica que não resultasse em textos fechados com extrema pobreza teórica em comparação aos documentos de Araxá e Teresópolis. Ao contrário, os seminários de Sumaré – SP (1978) e Alto da Boa Vista – RJ (1984) ressoaram formulações de uma vertente renovadora da reatualização do conservadorismo

O movimento popular da sociedade civil, destacado por Silva e Silva (1995) como movimento popular pela moradia e movimento sindical saíram da clandestinidade e passaram a reivindicar por questões básicas que envolvia economia, anistia política com apoio importante de órgãos como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores progressistas da igreja¹⁵

¹⁵ Levy, Charmain (2009, p. 178). No artigo Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial afirma que “A Igreja Católica Progressista é um conjunto de organizações e indivíduos inspirados pela Teologia da Libertação e engajados em realizar mudanças profundas na Igreja Católica e na sociedade. Ao contrário do que aconteceu em outros países latino americanos, no Brasil a Igreja Católica Progressista esteve e está presente em todos os níveis da Igreja. Entre os progressistas encontram-se cardeais, bispos e padres, além de ordens e

O Serviço Social, ainda no regime militar nas décadas de 1970 e 1980, teve a questão social enfrentada pelo que Silva e Silva (1995) chama de repressão/assistência. Ou seja, a assistência prestada ficou à mercê do militarismo no que tange à doutrina de segurança nacional que acabava por legitimar o regime em voga. Ao mesmo tempo, a profissão teve aumento na demanda pela conquista de direitos de cidadania por setores populares resultantes do aumento da pauperização dos trabalhadores.

Foi precisamente entre os anos de 1979 - 1985 que os profissionais de Serviço Social retomaram a proposta de debate com caráter político sobre a prática profissional, buscando a desmistificação da neutralidade e trazendo possibilidades de atuar a serviço diz Silva e Silva (1995).

O movimento de reconceituação passou a orientar-se sob a perspectiva dialética tendo como base a concepção de Estado ampliado, ou seja, a instituição é uma espaço contraditório e de luta de classes. Nesse bojo houve o desenvolvimento de um caminhar para o fortalecimento da prática institucional a partir de sua articulação perante os movimentos Sociais populares organizados. Foi nesse contexto que o Serviço Social questionou-se, a si próprio, quanto à vinculação histórica da profissão, ao defender interesses do setor dominante e percebeu o quão necessário se fazia desvelar a dimensão política da prática da profissão e construir novas bases que lhe legitimasse.

O caminhar para tais avanços e mudanças da categoria foram influenciadas, segundo Silva e Silva (1995) a partir das greves dos movimentos sindicais no ABC paulista, ano de 1978, que repercutiu de maneira significativa quando foi realizado o terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III

congregações. Em muitos sentidos, a Igreja Católica Progressista foi o ator social mais importante do período de formação da sociedade civil brasileira contemporânea. A Igreja Católica Progressista criou, promoveu e apoiou movimentos sociais modernos em todo o Brasil, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Durante muitos anos - a começar pelo trabalho realizado na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960 -, foi a Igreja Católica Progressista que esteve no centro das lutas de pequenos agricultores deslocados/atingidos por barragens, comunidades indígenas, pescadores, trabalhadores urbanos e donas-de-casa das periferias das grandes cidades, em bairros pobres e favelas. Além disso, a Igreja Católica Progressista atuou em comunidades carentes para organizar as pessoas que perderam com a modernização autoritária da economia do país, denunciando publicamente as injustiças sociais na tentativa de influenciar as decisões da elite política brasileira e chamando a atenção internacional para o problema dos direitos humanos no Brasil”.

CBAS). Esse evento ficou conhecido como o Congresso da Virada (1979). Os membros da direção conservadora foram questionados e os convidados que eram autoridades do regime militar foram substituídas por representantes de organizações populares. O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP) cuja postura era conservadora foi substituída posteriormente, através de eleição, por uma chapa composta por membros da Associação Profissional de Assistentes Sociais com o intuito de fortalecer o movimento sindical.

Mais tarde, em 1983, houve a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) que pressionou o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) ¹⁶ e a ABESS, como parte do quadro organizativo do Serviço Social a proporcionar mudança no quadro de formação e prática profissional e articular no bojo das lutas políticas mais amplas dos trabalhadores e movimentos populares.

O novo currículo mínimo foi instituído pela ABESS em 1979 na Convenção Nacional que aconteceu em 1979, sendo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/1982) tornando-se obrigatório para todos os cursos Silva e Silva (1995).

As publicações do serviço social, utilizadas como base, pertenciam à produção realizada por autores da América Latina, mais tarde passaram a ser divulgadas no Centro Brasileiro de Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) pela revista Debates Sociais e Coleção Temas Sociais e, diante das inquietações que surgiram, foi criada a revista Serviço Social e Sociedade em 1979.

¹⁶CFESS: O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei n.3252/1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994/1962. Foi esse decreto que determinou, em seu art. 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS. Para efeito da constituição dos CRESS, o território nacional foi dividido inicialmente em dez regiões, agregando em cada uma delas mais de um estado e ou território (exceto São Paulo) que progressivamente se desmembraram e chegaram, em 2008, em 25 CRESS e duas seccionais de base estadual. Disponível em: <<http://www.cfess.com.br.Acesso>> em:01.10.2017.

Com o aprofundamento da formação, a partir dos cursos de pós graduação em Serviço Social, no Brasil, as produções e debates intelectuais foram sistematizadas em âmbito Nacional e os cursos de mestrado foram implementados por algumas universidades. A primeira foi a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) seguida pelas Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A primeira turma de doutoramento em Serviço Social na América Latina passou a funcionar em 1981 sob a responsabilidade da PUC/SP e a pesquisa em serviço social foi reconhecida em 1982 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com comitê próprio para a avaliação dos projetos apresentados pelos assistentes sociais. Somente em 1994 a PUC-RJ através da sua faculdade de Serviço Social, instituiu o segundo curso de doutorado em Serviço Social no Brasil (Silva: 1995).

A década de 1980 foi período de mudanças significativas para o Serviço Social. A intervenção profissional buscou articular sua atuação perante os interesses dos setores populares, à luz das particularidades e afinidades com as dimensões político organizativa e acadêmica num processo nada linear nem tampouco homogêneo, mas apresentando confrontos com forças conservadoras e reacionárias no próprio quadro profissional brasileiro com a ocorrência de divergências e contradições de interesses dos setores populares.

A conjuntura que a profissão estava inserida trazia como cenário a Nova República, no período entre 1986 e 1990, com a existência de um Estado intervencionista havia sucumbido a si próprio, sinaliza atuar como Estado mínimo, nos anos de 1990, enfrentando uma realidade de profunda crise econômica e resultados negativos da recessão ocorrida de 1980 a 1983 com dívidas sociais em áreas como saúde e educação. A crise econômica, na década de 1980, foi tratada com alguns choques econômicos que envolveram alteração de moeda interna, congelamento de salários e preços. Assim sendo, pode-se dizer que a classe trabalhadora sempre foi a mais prejudicada. A descrença no sistema político também foi constante e as lutas políticas, travadas desde 1986 até a promulgação

da CF (BRASIL, 1988) mostraram a atuação das classes menos favorecidas, ou seja, trabalhadores, proletários e excluídos que estavam inseridos numa luta que, de um lado havia espaço para o debate democrático, e de outro a crise econômica instaurada e as políticas públicas significativamente comprometidas (Silva, 1996).

Os espaços de movimentos populares, por segmentos, começaram a ser transformados pelo governo em instituições onde se convocava a presença de trabalhadores com a intenção de esvaziar a mobilização das lutas sociais. Ou seja, os movimentos de segmentos populares foram transformados em repassadoras de programas assistenciais (Silva, 1995).

Quem estava na linha de frente na luta e reivindicação coletiva tornou-se um indivíduo na disputa por se beneficiar de programas. Desse modo, a assistência social passou a administrar os benefícios e decidir quem seria o mais merecedor entre os merecedores a serem contemplados.

Por outro lado, a promulgação da CF (BRASIL, 1988) trouxe avanços significativos, como a garantia da Seguridade brasileira no Tripé, a saber, Assistência Social, Previdência Social e Saúde que significaram direitos sociais assegurados e extensivos a todos como o direito universal de acesso aos serviços, ainda que todos esses direitos tenham ficado dependentes de legislação específica ou mesmo complementar.

Ao mesmo tempo em que havia a discussão sobre a CF (BRASIL, 1988), o Brasil se submetia a organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio de orientações contidas no Consenso de Washington que indicava a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados a estruturas estatais e a orientação para os mesmos fossem gerenciados pela iniciativa privada. (Couto, 2010)

Na CF (BRASIL, 1988), o direito ao voto foi estendido ao analfabeto. Foi flexibilizada a formação de partidos políticos. E no campo dos direitos sociais, as desigualdades sociais foram reconhecidas e foi assegurado o sistema de seguridade social no Artigo 194, estabelecendo a seguridade social como “conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” e no Artigo 204

determinou, sob o tripé da seguridade, a Saúde como dever do Estado, a previdência que será devida mediante contribuição e a assistência social que deverá ser prestada a quem dela necessitar independente de contribuição.

Conforme observa Viana (1999):

Significa que o Estado se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades. Ou seja, significa que o risco a que qualquer um, em princípio, está sujeito – de não conseguir prover seu próprio sustento e cair na miséria - deixa de ser problema meramente individual e passa a constituir uma responsabilidade social pública. Por isso a Seguridade Social, em países avançados, fica de uma forma ou de outra, nas mãos do Estado. (1999, p. 91)

A introdução da Seguridade Social com o sistema de proteção social foi um marco no campo dos direitos sociais no Brasil determinada pela CF (BRASIL, 1988) e pela Lei n.º 8.742, ou seja, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) que apontaram determinações conjunturais e estruturais que influenciaram diretamente no serviço social. A introdução da assistência social como política social da área da seguridade social incorpora uma inovação conceitual, mas também reitera as heranças históricas constitutivas da cultura política brasileira.

Quanto à inovação conceitual referente à Seguridade Social esta pode ser compreendida na sua dimensão *latu senso*, sendo entendida por Pereira (1996, p. 40) como a aquela que pelo fato de estar respaldada tanto no movimento da sociedade quanto em garantias legais, “integra efetivamente o projeto político das demais políticas de proteção social. Além disso, constitui a feição verdadeiramente social das políticas de bem-estar capitalistas”.

Dentre as três seguridades, a Assistência social foi a última a ser regulada: somente em 1993, representando, ainda que tardiamente, avanços para a cidadania e para a profissão de serviço social embora ainda traga caráter restritivo.

Acerca do assunto, Yazbek (1997) faz a seguinte assertiva:

Inegavelmente, a LOAS apenas não introduz como significado para a assistência social, diferenciando-a do assistencialismo e situando-a como política de seguridade voltada à extensão da cidadania social dos setores mais vulneráveis da população brasileira, mas também aponta a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da assistência social no país, sob a égide da democracia e da cidadania. (1997, p. 9)

A LOAS (BRASIL, 1993) como já observado foi aprovada em 1993 sob pressão da sociedade civil e do Conselho de Assistência Social (CNAS) perante o governo do então presidente Itamar Franco que se posicionou sob a justificativa de impossibilidade para cumprimento dos direitos previstos na referida lei. Nesse momento, o programa governamental em destaque era o “Combate à fome e à Miséria”. Somente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) entre 1995 e 1999, essa lei fez parte da pauta para seu reconhecimento tendo um programa paralelo “Comunidade Solidária”. (Couto, 2010).

No governo FHC a prioridade posta era a econômica. Assim, em 1995, por meio da Medida Provisória (MP) n.º 813 foram extintas históricas instituições sociais LBA, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) e o Ministério do Bem Estar Social (MBES), para “modernizar a administração pública, enxugar a estrutura do Estado e o quadro de funcionários e abolir as práticas clientelistas, corporativas, fisiológicas e corruptas dos órgãos do governo” descreve Pereira (1996, p. 137).

O Estado, antes intervencionista, dá lugar ao Estado liberal e conservador sem, contudo, deixar de defender o interesse do setor privado a partir da avaliação do que é ou não lucrativo para o setor público e assim proceder à distribuição de bens e serviços com redução de investimentos. Os serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado passam a ser ofertados pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) com o mínimo investimento por parte desse mesmo Estado.

No governo de FHC, os investimentos na área da assistência foram diminuídos, focalizados e se tornado filantrópicos. Houve o esforço de direcionamento de uma assistência social privada, solidarizada caritativa, com a desconsideração da legislação sem respeito à equidade, com aumento da pobreza ao invés de diminuí-la além de, se vista sob o ponto de vista ético, a elaboração e divulgação de resultados suspeitos.

Paoli e Telles (2000) enfatizam:

Entre o pesado legado de tradição autoritária e excludente e as mudanças em curso no mundo contemporâneo, o cenário público brasileiro está atravessado por alternativas antagônicas de futuro, contrapondo, de um lado, as possibilidades de uma regulação democrática da vida social que tenha como medida o reconhecimento e generalização de direitos e, de outro, propostas neoliberais que representam uma tentativa de privatização das relações sociais pela recusa da mediação pública dos direitos e esferas de representação. (2000, p. 114)

O Serviço Social continua seus avanços na organização da categoria e na dos trabalhadores. Conforme assevera Silva e Silva (1995), houve a disposição política e partidária dos assistentes sociais; avaliação do processo de formação, a partir do currículo mínimo; ampliação da articulação do Serviço Social brasileiro com a realidade latino-americana e continente; crise no ensino universitário com resultantes sobre a formação profissional e o desenvolvimento de pesquisa; encolhimento de espaços ocupacionais no mercado de trabalho a partir da privatização das políticas sociais e redução dos espaços públicos canalizados a ONGs; programas assistenciais direcionados a entidades e empresas privadas sem uma ação profissional direta. Ou seja, executado por pessoas sem formação em Serviço Social.

Na década de 1990, vários países, inclusive o Brasil, vivenciaram uma nova ordem de mudanças que envolveram a flexibilização da economia marcada pela globalização e regionalização do mercado. Os novos padrões tecnológicos interferiu diretamente na organização do mercado internacional, fazendo com que países se aliassem entre si em blocos para juntos traçarem estratégias de atuação e conservar suas posições econômicas mundial. Na América Latina foi criado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) composto pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Estado brasileiro construiu novas bases para servir-lhe de apoio, diante do quadro real em que se encontrava: endividado, inserido no modelo de ajuste estrutural definido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), devendo valores exorbitantes, tendo de contrair novos empréstimos por falta de reservas financeiras a altas taxas de juros. Reconhecida a falência do Estado foi adotado um Estado

neoliberal como modelo de Estado mínimo onde ao mercado era o ser superior e prioritário.

O governo fora assumido, em 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello, que governava de modo autoritário, deixando em segundo plano as organizações populares e desconsiderando a sociedade civil. Assim, nesse governo a jovem constituição cidadã de 1988 foi deixada de lado e estimulado o clientelismo e o favorecimento à corrupção. O governo que só durou cerca de três anos foi encerrado por escândalos de corrupção, o que culminou em seu *impeachment* e a substituição pelo vice-presidente Itamar Franco. Este período foi marcado por profunda crise econômica, baixos salários, altos índices de desemprego e inflação acima de 40% por um período de diversos meses. Silva e Silva (1995)

Neste contexto, a merenda escolar era o único programa social do governo federal em execução, o ensino escolar garantido era o fundamental e o atendimento básico não supria as necessidades dos usuários de baixa renda. A Assistência social era centralizada na LBA e CBIA.

Depois de alguns planos econômicos frustrados, o Plano Real no governo do presidente Itamar Franco em 1994 estabilizou a economia brasileira e ao conceder a participação ativa do Brasil no cenário internacional o próprio autor do citado Plano Real, o sociólogo FHC que ocupava o cargo de ministro da fazenda anteriormente, foi eleito presidente em 1995, permanecendo no cargo por reeleição até 2003.

Pensar a formação profissional desafia refletir sobre a conjuntura atual e suas implicações e impacto que refletem diretamente na intervenção profissional em sua concretude no sentido mais amplo. A profissão deve ser pensada no contexto das relações sociais do trabalho, no momento presente, mas, sem que seja deixado de lado o contexto que delinea a perspectiva histórico-teórica-metodológica. Para compreender onde o serviço social, sob a ótica do que está determinado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), faz-se rever brevemente como o processo de formação foi sendo construído, à medida em que a categoria avançou em seu processo organizativo coletivo, como se refletiu em si mesmo e como se deu e continua a discussão e a construção do processo ético-político-

profissional e como esse projeto implica e impacta a formação em todas as suas etapas.

1.2 Breve contextualização histórica da emergência do Serviço Social no Brasil

Ao pensar sobre a emergência da profissão, no Brasil, desde a fundação da primeira escola de Serviço Social, em 1936 não é possível deixar de considerar que a formação em seus fundamentos teórico - metodológicos no processo de conjuntura histórico vivenciasse, refletisse e fizesse um movimento na busca de uma atuação que remetesse às demandas que foram se colocando, e que ainda se colocam, como desafio. Assim sendo, seguem considerações referentes à formação que colaboraram para a discussão do Projeto ético-político profissional, Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993) e Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) do Serviço Social com suas determinações sobre o Estágio curricular obrigatório.

A formação do Serviço Social, o Brasil, em 1932, era pautada em ações da igreja com práticas caridosas direcionadas por meio do seu clero (e leigos) que exercia controle direto sobre os operários, desde o início da industrialização, no final do Século XIX. Carvalho e Lamamoto (1996) relatam que esse controle era exercido com a presença de religiosos no interior das indústrias, que possuíam capelas próprias, e entre as atividades diárias, o trabalhador era obrigado a participar das missas e outras liturgias. Havia vilas operárias onde a presença do clero se fazia também operante. A atuação do clero além do espaço físico das indústrias era exercida por iniciativas assistenciais organizacionais que hoje, na opinião de Carvalho e Lamamoto (1996), podem ser consideradas como bases da profissão nas obras assistenciais. Eram ações exercidas por meio de instituições sociais, tais como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), e a Liga das Senhoras Católicas (1923), das quais todas mulheres pertencentes à alta burguesia carioca e paulista participavam, ao mesmo tempo em que estavam inseridas nas bases organizacionais doutrinárias do apostolado laico. Ou seja, ligadas ao Estado.

No ano de 1922, houve a fundação da Conferência Católica que antecedeu à Ação Social Católica. Foi a partir dessas instituições que traziam

conteúdos paternalistas e assistenciais, que as bases materiais, organizacionais e humanas permitiram a expansão do Serviço Social e o surgimento das primeiras escolas na década de 1930, sobretudo por parte da primeira Carvalho e lamamoto (1996).

A manifestação citada por Carvalho e lamamoto (1996) para a origem do Serviço Social, em nível de formação, ocorreu a partir do “Curso intensivo de Formação Social para Moças” pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS/SP) criado em 1932. Para valoriza-lo havia a necessidade de uma formação técnica. O curso contou com a presença de uma formadora vinda de Bruxelas. O objetivo era promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e o conhecimento aprofundado dos problemas sociais, de acordo com o Relatório da própria instituição.

Em 1935, por meio do Decreto Lei n.º 2.497/1935, o Departamento de Assistência Social do estado de São Paulo estabeleceu parâmetros de atuação do Serviço Social direcionado aos menores, desvalidos, trabalhadores e egressos de reformatórios, penitenciárias, e hospitais da consultoria Jurídica do Serviço Social. Entre as atribuições, cabia ao assistente social orientar e desenvolver a investigação e o tratamento das causas e efeitos dos problemas individuais e sociais que necessitam de assistência, organizando para tal, quando oportuna, a Escola de Serviço Social. Assim estava posta a validação para que a profissão prosseguisse Carvalho e lamamoto (1996).

As primeiras escolas de serviço social, fundadas no Brasil, formaram assistentes sociais nos estados de São Paulo (1936) e Rio de Janeiro (1937). Em 1944, foi realizada a propaganda quanto às possibilidades de carreira para o Serviço Social. O capitalismo avançava em suas mazelas, contradições e antagonismos. A questão social estava mais evidente nas manifestações de insatisfação por parte dos trabalhadores e dos empregadores num esforço conjunto com o Estado e a igreja, buscando estratégias para amenizar as insatisfações. A fundação dessas escolas contou com o apoio de duas de suas fundadoras que foram até a Europa para estudar a organização e ensino do Serviço Social no Brasil, o que justifica a abertura de escolas com fundamentação nas perspectivas Européias.

Um marco importante para que o Serviço Social fosse introduzido no Brasil como profissão foi a primeira Semana de Ação Social ocorrida em 1936, que

reuniu representantes de instituições de obras de caridade e assistência, representantes da intelectualidade católica e setores ativos do movimento católico laico Carvalho e Iamamoto (1996).

A fundação das Escolas em São Paulo e Rio de Janeiro aconteceram a partir da constituição de dois grupos por parte da CEAS: Ação Católica e Ação Social. Foi desses grupos que saíram jovens para frequentarem as essas escolas. O importante papel da CEAS destacou-se novamente quando estabeleceu parceria com as instituições sociais, a fim de que, por meio de convênios, estas fossem mantenedoras de bolsas de estudos para os alunos mais carentes.

São Paulo destacou-se na promulgação de Decretos-lei que propiciavam ampliação de espaço e estabeleciam limites da atuação do Serviço Social, como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1. Decreto lei Estadual de São Paulo.

Decreto Lei ou Ato	O que estabelecia
Decreto Estadual n.º 9.744/38	Reorganizava o Serviço Social de Menores: os cargos de subdiretor de vigilância, de comissários de menores e de monitores de educação que passaram a ser privativos de Assistentes Sociais.
Ato n.º57/1940	Determinava que os cargos de assistentes técnicos e auxiliares, elaborador de estatística e pesquisador do Departamento de Serviço Social deveriam ser, preferencialmente, Assistentes Sociais.
Decreto-lei n.º 9.970/1939	Dispôs sobre o ensino especializado de Serviço Social no Estado; a matrícula e frequência aos cursos ou Escolas de Serviço Social deveriam ser, nos casos devidos, facilitadas a quem tivesse cargos ou função no Departamento de Serviço Social.

Fonte: Dados de Carvalho e Iamamoto (1996) organizado pela autora

As considerações que podem ser observadas remetem à determinação de demandas específicas atribuídas aos profissionais e à especialização e aos conhecimentos que implicavam desafios pormenorizados, no caso da estatística e da pesquisa. Em seguida, veio a exigência de uma formação específica para atuar em determinados espaços institucionais.

O processo organizativo dos profissionais de Serviço Social, enquanto categoria, refletiu a formação profissional em eventos como Congressos e Encontros Pan-Americanos. Em 1941, quando ocorreu o Congresso de *Atlantic City*, foram estabelecidos laços das Escolas de Serviço Social com as Escolas Norte-Americanas, propiciando o intercâmbio de estudantes brasileiros que iam estudar

nos Estados Unidos e, ao retornarem, inseriam conteúdos de matérias apreendidas no currículo das Escolas de Serviço Social no Brasil. Carvalho e Lamamoto (1996)

Como resultado desse intercâmbio de aprendizado, a ABESS, como instância representativa das escolas de Serviço Social brasileiras, em 1946, instituiu o currículo mínimo exigido pelos órgãos do governo. A associação aparece como principal agência de difusão das modificações curriculares e de homogeneização do ensino em nível nacional.

Entre as diferenças consideradas entre as Escolas Europeias e as Escolas Norte-Americanas estava o destaque que essas tinham como escolas modelo de prática e de ensino, com matérias voltadas ao ensino específico do Serviço Social (individual, coletivo e *Community Organization*) e que atingiam elevado grau de sistematização, enquanto aquelas se concentravam em matérias aplicadas à Assistência Social. Carvalho e Lamamoto (1996)

As novas técnicas e matérias socializadas, a partir do contato com as Escolas Norte-Americanas, ampliaram também a produção científica e a publicação especializada de Serviço Social, tais como os Cadernos de Serviço Social publicados pela própria ABESS e a Revista Serviço Social e Sociedade pela, hoje em dia, editora Cortez

Em nível federal, por meio do Decreto-Lei n.º 525/1938, foi instituído o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e fixadas as bases de organização social em todo o país:

Art. 3º Fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, como um de seus órgãos de cooperação, o Conselho Nacional de Serviço Social, com a função de estudar, em todos os seus aspectos, o problema do serviço social, e para funcionar como órgão consultivo dos poderes públicos e das entidades privadas, em tudo quanto se relacione com a administração do serviço social.

No ano de 1947, houve a promulgação do primeiro Código de Ética do Serviço Social (CFAS, 1947). A profissão havia iniciado, há quase uma década, sua trajetória no Brasil com vinculação ideológica e política estreitamente ligada ao catolicismo por meio da Ação Católica. A questão social, ao olhar da igreja, era um grande mal que deveria ser combatido a partir da questão moral e por meio de uma ação cristianizadora. Ou seja, a origem e a institucionalização do Serviço Social teve sua gênese estreitamente ligada ao conservadorismo ligado à religião. As Encíclicas papais, ou seja, a *Rerum Novarum* (Papa Leão XIII) e a Quadragésimo Ano (Papa

Pio XII) constam nos escritos dos Assistentes Sociais brasileiros sobre a formação e as ações profissionais, destacando a necessidade de orientações doutrinárias conforme os citados documentos orientavam. Guedes (2016)

O Código de Ética do Serviço Social (CFAS, 1947) afirmava a questão social como objeto do exercício profissional. Entretanto, as dificuldades que emergiam nas diversas expressões da questão social eram tidas como dificuldades materiais e espirituais dos operários e respectivas famílias. Neste âmbito, as condições precárias de trabalho eram vinculadas aos problemas de ordem moral passíveis de ajustes que acertariam a ordem societária. Era reservada ao Assistente Social uma atuação conforme o cristianismo sob a recomendação da igreja católica em que o Código de Ética do Serviço Social (CFAS, 1947) era solidificado em princípios estáticos de uma moral conceituada na ciência de princípios e normas a serem seguidos para fazer o bem e evitar o mal.

Guedes (2017) infere que o Código de 1947 restringia a liberdade humana com atuação teórico- doutrinária e orientações técnicas vinculadas às Escolas Norte-Americanas do Serviço Social de Caso que ajustavam a personalidade aos padrões convenientes de vida em sociedade. Traduzido num conservadorismo moderno que esteve presente não só no Código de Ética profissional de 1947 como também o Código de Ética profissional de 1965. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais.

Entre os códigos de ética profissional de 1947 e 1965 foi promulgado o Decreto-lei n.º 1.889/1953 o qual dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação de prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Em outras palavras, este decreto regulamentou o curso, em nível superior, ou seja, a forma de ingresso no curso; estabeleceu algumas atribuições dos profissionais, delimitou as orientações metodológicas, sendo estabelecidas as disciplinas que deveriam constar no currículo, inclusive que deveria ser determinado o tempo na formação para o estudo de conteúdo teórico e práticas durante o processo de formação; determinou, ainda, o tempo de duração do curso em três anos. Abriu também o precedente para a criação do curso de pós-graduação destinado ao aperfeiçoamento profissional Carvalho e lamamoto (1996).

Na década de 1950 foi aprovado o Decreto-lei n.º 3.252/1957 que regulamentava o exercício da profissão de Assistente Social, destacando como uma atribuição desse profissional em seu artigo 3º:

a direção de escolas de Serviço Social; b) o ensino de cadeiras ou disciplinas de serviço social; c) direção e execução do Serviço Social em estabelecimentos públicos e d) particulares e aplicação dos métodos e técnicas específicas do Serviço Social na solução de problemas.

De tal modo, a continuidade do processo de profissionalização do Serviço Social nos aspectos de formação e atuação profissional prosseguiu. Em 1965, sob o período do desenvolvimentismo, já vinha galgando uma trajetória de reflexão acerca de sua atuação e o processo de formação sob uma perspectiva técnica e científica, porém ainda sob uma perspectiva conservadora.

Nesta década, houve uma reafirmação do poder da igreja conservadora quando João XXIII, em 1963, ressaltou a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) voltadas para a sua concretização.

O Serviço Social foi marcado em 1964 pela ditadura militar. Naquele momento, os direitos foram suspensos e exigido dos assistentes sociais estratégias para os desafios postos. O sistema educacional foi edificado pela ditadura num primeiro momento no ensino superior por meio do Decreto-lei 63.341/1968 que estabelecia critérios para a sua expansão. Esse decreto foi seguido pelo Decreto-lei 405/1968 que fixava normas para o incremento de matrículas em unidades do ensino superior e pelo Decreto-lei 68.908/1971, que dispunha sobre o vestibular para a admissão aos cursos superiores. Mais tarde, foi regulamentado o ensino de 1º e 2º graus, hoje fundamental I, II e nível médio, e dos supletivos. O destaque a ser observado é que o modelo proposto era excludente e privilegiava o grande capital. Além de trazer uma educação modeladora para atender aos interesses do poder chamado de autocrático por Netto (1996):

No ensino superior, a introdução da “lógica empresarial”, conduzindo a vida acadêmica a um patamar antes desconhecido de burocratização, teve por efeito uma racionalização segmentar que derivou numa irracionalidade global.(1996, p.61)

Foi assim propiciada ao Estado uma economia de recursos significativa já que o ensino superior passou a ser área de investimentos para grandes capitalistas. Ou seja, passou a fazer parte do rol de grandes negócios com investimentos, inclusive de recursos públicos. Houve, desse modo, a degradação do ensino da rede pública, inferindo-se que o recurso destinado à rede pública foi usado na rede privada.

Outro acontecimento a ser considerado, e com relevância ímpar, foi o fato de que a parcela da população de baixa renda teve restrições no acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo em que esse grau de ensino passou a ser asséptico produzindo profissionais conforme a racionalidade formal-burocrática. De acordo com Netto (1996)

Em larga medida, o regime conseguiu o que pretendia: cortou os laços tensos e contraditórios que prendem a universidade ao movimento de classes sociais: oclusos, obturados pela repressão e pela gestão “modernizadora” os seus condutos com a vida e o processos sociais, a universidade foi intitulada: perdeu o dinamismo crítico (e, pois, criativo) que só lhe garante o rebatimento, no seu interior, das tensões entre distintos projetos societários, e conseqüentemente viu exauridos os seus processos específicos e particulares de elaboração produtiva. (1996, p. 65)

Tomando por base Netto (1996), pode-se afirmar que o período da ditadura, de certo modo, estagnou o conhecimento ou a produção deste, uma vez que o ensino foi neutralizado com restrição de trabalhos acadêmicos. Foram deixados de lado os acadêmicos que demonstravam tendências democratizantes e progressivas anteriores. O quadro de professores do corpo docente passou a ser composto por pessoas descomprometidas com o passado. Assim se produzia profissionais que também atendiam à lógica que fez vir à tona um sistema educacional controlado e enquadrado.

Ao mesmo tempo em que a profissão foi marcada, em sua formação pelo contexto político, foi promulgado, o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFAS, 1965) o qual rompeu com o conservadorismo da década de 1940. O novo Código de 1965, entretanto não mais configurou um projeto profissional ligado à igreja católica e sim à ideologia desenvolvimentista, associando o bem comum à necessidade de uma formação técnica de acordo com a conjuntura do momento. O Código trouxe uma defesa do homem e cidadão, ao considerar que esse é o alicerce

dentro da filosofia do próprio Serviço Social. Sob o ponto de vista ideológico, a profissão afirma o respeito às posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destinam sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhes são devidos, tendo em vista o princípio de autodeterminação. As intervenções estavam pautadas na influência com famílias que as levariam ao fortalecimento e melhoria das condições socioeconômicas (CFESS, 2017).

A ditadura militar perdurou entre 1964-1985, mas foi ao final da década de 1970 que a profissão foi marcada pela renovação do serviço social. Com o cenário político, econômico e social ocorreram mudanças nas condições de trabalho desse profissional, sendo que as estruturas organizacionais e institucionais se refletiram em alterações na formação técnica e na organização enquanto categoria profissional. Essas alterações percorreram a década de 1970 e embrenharam-se pelos anos oitenta boicotando o desenvolvimento profissional “na mudança, continuidade e intenção de ruptura” Netto (1996, p 115-116).

A profissão, nos anos de 1970 e 1980 viveu num cenário diferente do que havia até a metade dos anos 1960. Não trazia polêmicas relevantes, era homogênea em projetos e intervenções, trazia demandas de um posicionamento político-crítico e demonstrava consenso sob a ótica de uma intervenção cívica Netto (1996).

Embora houvesse conflitos e tensões, a categoria profissional impôs novos rumos à formação e ao exercício profissional com um novo olhar e nova disputa de hegemonia no processo de formação, exercício profissional, e órgãos de representação da categoria. Netto (1996))

Trata-se, como infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo – as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, perspectivas diversificadas; a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasa a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem... É próprio do processo de renovação a coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição. Nesta ótica a renovação do Serviço Social aparece sob todos os aspectos, como avanço: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causa registra-se uma articulação que lhe confere uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação dos seus componentes internos.(1996, p. 131)

Em 1975 é aprovado um novo Código de Ética do/ Assistente Social (CFAS, 1975), que se inicia defendendo a sociedade com participação direta na vida

de seus indivíduos. Foram mantidos os pressupostos de discurso cristão em defesa da vida da pessoa humana, bem comum e autodeterminação à justiça social. Foi excluída a luta pela democracia, posições filosóficas, políticas e religiosas o que, na opinião de Netto (1996) foi marcado nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista por “formulação da vertente renovadora que denominamos reatualização do conservadorismo, expressa primeiramente na tese de livre docência de Anna Augusta de Almeida (1978)”¹⁷. Apesar de ter havido, na busca pela ruptura com o conservadorismo, uma perspectiva modernizadora o que prevaleceu foi o que Neto (1996) chama de conservadorismo modernizador.

A partir da intenção de ruptura, ou sua tentativa, e do processo de renovação do Serviço Social foi que a profissão, enquanto categoria organizada, caminhou na construção do código de ética do/a Assistente Social de 1986. O Brasil vivenciava um período de lutas, por meio dos movimentos populares, pela redemocratização e construção da CF (BRASIL, 1988). A profissão estava posicionada entre uma vertente crítica sob a perspectiva Marxista e o conservadorismo moral. Já havia uma significativa produção científica.

Nesse contexto, foi que o código de ética de 1986 foi construído. As discussões para a sua construção iniciaram no ano de 1983, com a participação coletiva articulada por solicitação do Conselho Federal de Assistência Social (CFAS) /Conselho Regional de Assistência Social (CRAS) e outras entidades da categoria, por meio de contribuições em assembléias, seminários, debates em encontros regionais e nacionais.

Esse diploma resultou em mudanças significativas e importantes como o processo de ruptura com o *ethos* tradicional e a recusa da ética da neutralidade, o comprometimento com a criação de espaços coletivos e participativos. Houve, ainda, o reconhecimento com a dimensão política da prática profissional e o posicionamento em favor dos trabalhadores, sem abordar a alienação e a exploração da força de trabalho no contexto de uma proposta de um novo projeto societário que pensa e constrói uma nova ideologia, pautada na tradição marxista em que visa atuar. Netto (1999)

¹⁷ Nota de Netto (1996): Foi colocada uma nova abordagem de compreensão no encontro de Sumaré a partir de uma compreensão fenomenológica do estudo científico do Serviço Social (grifos da autora).

Foi nesse ínterim que ocorreu a construção do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993) e que ainda se deu início às discussões de Projeto Ético-Político-Profissional.

CAPÍTULO 2

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: diretrizes curriculares, formação profissional e Estágio curricular obrigatório

O cenário de crise econômica mais evidente, no Brasil, mostrou-se mais acentuado, a partir da década 1970, atingindo a ampliação do capitalismo em meio ao cenário de expansão e avanços da tecnologia, mudanças nas relações sociais de trabalho, e alterações na relação entre o estado e a sociedade. Ajustes internacionais foram sendo realizados sob o signo da globalização que se traduz em blocos econômicos que acordam entre si uma política e modo de exploração capitalista globalizado.

Tal globalização impõe à classe às classes subalternas, parte significativa da população, condições precárias de sobrevivência e agravamento da questão social que resulta em suas diversas expressões, reformas e contra reformas do Estado, no que diz respeito às políticas sociais. Esse cenário se estendeu da década de 1970, perpassando os anos 1980 e 1990, desafiando a profissão de serviço social a pensar e repensar sua formação e atuação, ao mesmo tempo em que contribuiu para o início das discussões e debates para a construção do seu projeto ético-político e suas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996).

2.1. O Projeto Ético-Político-Profissional, as Diretrizes curriculares e o processo de formação profissional

Segundo Netto (1996), três perspectivas são apresentadas nesse processo de renovação do Serviço Social: perspectiva modernizadora que teve início na década de 1960, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Conforme Iamamoto (2010):

A reflexão sobre a formação profissional é contemplada com um balanço de suas conquistas e desafios nos anos 1980-1990 e com um debate sobre os fundamentos do serviço social, no âmbito da teoria social crítica, a partir do movimento de reconceitualização da profissão. Agrega-se uma resposta acadêmica articulando o ensino teórico-prático, pesquisa e extensão, tendo por base a organização de oficinas e núcleos temáticos de pesquisa e prática, complementares às disciplinas, no enriquecimento da organização curricular. (2010, p. 21)

O debate sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social que já acontece, desde as décadas de 1970-1980, mas o uso da denominação “projeto-ético-político” começou em meados dos anos 1990. A partir da compreensão da teoria social-crítica (tradição marxista) compreende-se que os membros da sociedade atuam teleologicamente. Netto (1999) analisa que

No entanto, a mesma teoria sublinha que os membros da sociedade, homens e mulheres, *sempre atuam teleologicamente*, ou seja, as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins. A ação humana, seja individual ou coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um *projeto* que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da *finalidade* que se pretende alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos *meios* para lográ-la. Não nos interessa aqui a estrutura própria dos projetos individuais e dos projetos coletivos e, menos ainda, as complexas relações entre ambos. Interessamos tão somente um tipo de projeto coletivo, que designamos como *projetos societários*. (2010, p. 02)

Existe a compreensão de que o projeto societário envolve o que é construído pela sociedade em seu nível macro que servirá a todos. Ou seja, no conjunto da sociedade no contexto de interesses de classes. Essas características principais não abarcam projetos que fazem parte do interesse de uma categoria profissional específica por não terem nível macro de amplitude nem de inclusão.

Os projetos societários envolvem dimensão política e necessariamente relações de poder, posicionamentos partidários, relações de interesse e de poder que, no sistema capitalista, estão inseridos numa estrutura flexível que transforma e se movimenta. A própria sociedade organizada em classes exerce seu poder político e ao mesmo tempo concorre entre diferentes projetos societários por meio de mecanismos coercitivos e repressivos expressos através do livre confronto entre seus membros. Netto (1999)

Os projetos profissionais são coletivos ligados a determinadas profissões¹⁸ e envolvem sua categoria e as instituições que a formam. No caso do serviço social, o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), os profissionais de base, docentes, pesquisadores e estudantes precisam estar muito bem organizados para que se possam dar respostas às alterações, dispostas por Netto (1999). Isso no sistema social nos âmbitos econômico, histórico e cultural e no desenvolvimento teórico e prático da própria profissão sempre em transformação em suas dimensões políticas contra o conservadorismo.

O projeto profissional é plural. Ou seja, possui um universo heterogêneo composto por uma categoria profissional com diferentes indivíduos. Na visão de Netto (1999),

Assim se manifestam os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente *indivíduos diferentes* – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (2014, p. 05)

¹⁸Segundo Netto (1999, p. 4): às profissões que são reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior. Os projetos profissionais apresentam a auto-imanem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

É exatamente a partir da existência do pluralismo¹⁹ que aconteceu o debate de idéias que deve ser respeitado. As divergências e contradições é que fez com que as discussões fossem realizadas em suas diversas possibilidades e alternativas. As divergências que existiram não foram ou serão resolvidas somente no interior da categoria, mas envolve a análise do movimento social, classes, camadas outros profissionais e segmentos sociais.

O projeto profissional envolveu, entre tantos componentes, a imagem e os valores da profissão e a legitimação de seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas dimensões da profissão, processos de debates, investigação teórico-práticas que incluem divergências no interior da categoria até mesmo em relação ao Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993). Netto (1999) observa que os embates e divergências acontecem quando contestados os princípios e normas existentes.

Netto (1996) chama a atenção para dois pontos importantes que devem ser observados, a saber, a fundamentação de valores éticos não se esgota em si mesma por não ser um objeto particular, e sim, coletivo. O segundo ponto observado é que o projeto profissional não diz respeito aos deveres e direitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993). Envolve ideologias, teorias, políticas profissionais dentro de um direcionamento que é coletivo.

¹⁹ Segundo Coutinho (1991) o pluralismo pode ser fundamentado em duas dimensões básicas: 1) como um fenômeno social e político; 2) como referência na construção do conhecimento. Apesar de não desconsiderarmos a impertinência de desvinculo entre as dimensões, o fulcro da nossa abordagem está na segunda dimensão.

Compreender o Projeto Ético-Político-Profissional exige uma visão coletiva que parte dos princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), mas que não se esgotam em si, por envolver o que Guerra (2010) define como a instrumentalidade do serviço social por envolver as dimensões constitutivas da profissão

O serviço social não porta um único padrão de racionalidade. Ela é que convivem histórica e contraditoriamente no interior da profissão e que se constituem num conjunto de tendências observáveis, expressam de um lado, as relações entre sujeitos estabelecidas na ação profissional e, de outro, os fundamentos ético-políticos sobre os quais essas relações se apoiam, que por sua vez, demandam diferentes formas de atuação. Construídas de forma histórica e transitória, essas racionalidades mantêm em qualquer circunstâncias, um núcleo inteligível que articula as dimensões constitutivas da profissão.(2010, p. 33)

Os elementos constitutivos da profissão emprestam materialidade ao projeto a partir de três dimensões: a) a da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a político-organizativa da categoria; c) jurídico-política da profissão. Vejamos cada uma delas. Braz e Teixeira (2009), p. 191):

a) Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: É a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos; b) Dimensão político-organizativa da profissão: Aqui se assentam tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de idéias no seu interior. C) Dimensão jurídico-política da profissão: Temos aqui o aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) recentemente aprovadas pelo MEC.(2009, p. 191)

A história do Projeto Ético-Político, iniciada na década de 1970, aconteceu a partir da crítica e da negação do conservadorismo tendo seu princípio na metade da década de 1960, quando começou o Movimento de Reconceituação na América Latina, no mesmo período de ditadura militar. Esse movimento de resistência se ampliou na década de 1970 com a presença significativa da classe trabalhadora no cenário político no ABC paulista, com maior concentração de operários.

O período da ditadura é tido como o que promoveu a modernização do conservadorismo que ia contra a maior parte da população com ações de repressão e terrorismo por parte do Estado. Sua queda foi consolidada com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985.

A primeira metade da década de 1980 foi marcada por movimentos populares e sindicatos que defendiam os interesses dos trabalhadores urbanos e rurais. Diversos segmentos populares tornaram - se protagonistas de suas próprias ações. Como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira da Imprensa (ABI) e, dentro dessa conjuntura, o serviço social inseriu-se, de forma significativa, no contexto dos trabalhadores adensada pela luta em favor da democracia e com a decisão de rompimento com o conservadorismo²⁰. Nesse contexto, a profissão deu início ao seu projeto profissional iniciado no III Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais conhecido como Congresso da Virada. Na visão de Netto (1996)

A construção do projeto ético-político do Serviço Social foi favorecida, ademais, pelas modificações ocorridas no próprio corpo profissional (seu aumento quantitativo, a presença crescente de membros provenientes das novas camadas médias urbanas etc.(1996, p. 11)

Nos anos 1970, houve a reforma universitária no período da ditadura e o serviço social legitimado teve abertos cursos de pós-graduação e nos anos 1980 os

²⁰Nota de Netto (1996) citada em seu texto sobre a “A construção do Projeto Ético – Político do Serviço Social” - Trata-se mesmo de um *histórico* conservadorismo, radicado na profissão desde o seu surgimento entre nós. Recorde-se o que escreveu o melhor analista do surgimento do Serviço Social no Brasil, resumindo a particularidade da relação da profissão com o *bloco católico*: a constituição do Serviço Social instaurou “uma forma de intervenção ideológica que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a posição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico: a estreita aliança com o ‘fascismo nacional’, o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes” (*in* lamamoto e Carvalho, 1983: 221-222).

doutorados que reforçaram a produção de conhecimentos que propiciaria mais tarde um acúmulo teórico-crítico. Netto (1996)

Em 1993 revogou a lei que regulamentou a profissão em 1957 por meio do Decreto n.º 8.669 (BRASIL,1993) como especialização do trabalho coletivo na divisão social do trabalho.

O processo de consolidação do projeto ético-político, como dito por Braz e Teixeira (2009), pode ser circunscrita à década de 1990, o que pode ser demonstrado por meio da maturidade profissional em importantes instituições de formação. Outro ponto fundamental que demonstra essa maturidade é a capacidade político-organizativa da categoria por meio de suas entidades e fóruns deliberativos.

A construção do projeto ético-político precedeu a reforma curricular de 1982. Ao mesmo tempo em que se pensava sobre a formação profissional, a categoria fazia uma reflexão de si mesma enquanto atuação e desafios que exigiam determinados conhecimentos técnicos a serem abordados durante a formação acadêmica.

Como fruto de uma construção coletiva, a reforma curricular foi construída por meio de discussões estimuladas pela ABESS com o objetivo de formar profissionais com capacidade de propor respostas competentes às demandas das diversas expressões da questão social emergentes na sociedade de modo competente e eficaz que resultou no redimensionamento da profissão refletido no novo código de ética profissional de 1986 e concluída em 1993. Netto (1999)

Os anos 1990 iniciaram com a consolidação do projeto ético-político e, ao mesmo tempo, com ameaças advindas de políticas neoliberais que levam a categoria a um neoconservadorismo profissional. Nessa década, o Estado numa posição neoliberal, executou privatizações de empresas estatais, promoveu contrarreforma previdenciária e tributária; desmantelando sindicatos e fragmentando a luta de trabalhadores sob o discurso da reorganização do sistema produtivo e da valorização do capital em nome do fortalecimento e da recuperação do ciclo produtivo do sistema capitalista. Costa (2009)

A reflexão sobre a formação em Serviço Social começou a ser discutida na ditadura militar. Entretanto, segundo Netto (1996) foi no movimento de reconceituação que deu início à elaboração de propostas para o Serviço Social. Nas décadas de 1960 e

1970 houve um desmonte da política educacional pública com o intuito de neutralizar a educação crítica e os laços entre a universidade e movimentos de classes sociais.

Nas décadas 1980 e 1990, houve um movimento para acabar com o analfabetismo que era associado às mazelas do país por considerar a incapacidade política e social. Assim, a história da educação tem suas raízes nos movimentos sociais, nas lutas por direitos à educação dos sujeitos e nas conquistas resultantes de mobilizações.

Mas, foi com a CF (BRASIL, 1988) que a educação foi garantida como direito de todos e dever do Estado e da família com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, com liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Também foi garantida a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ou seja, pertencente ao Estado:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em outras constituições Rocha et al (2014) demonstram características em relação a garantia da educação pelo Estado. Enfatizam que a CF (BRASIL, 1824) estabeleceu aos considerados cidadãos o acesso gratuito à instrução primária e criou colégios e universidades. A CF (BRASIL, 1891) designou a legislação educacional do ensino secundário e primário à União e estados que podiam manter instituições de ensino secundário e superior mas preferiram a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos. A CF (BRASIL, 1934) determinava como de competência da União a legislação referente às diretrizes da educação em âmbito nacional. Ou seja, todos os dispositivos que organizavam a educação como imunidade de impostos para estabelecimentos particulares e provimento de cargos era sua responsabilidade. Rocha et al (2014)

A CF (BRASIL, 1937) representou um retrocesso na educação, afirma os autores. O ensino público tornando o ensino público e gratuito submetido ao pagamento de contribuição mensal para a caixa escolar como sendo uma

solidariedade. Estabeleceu que o dever do Estado deveria ser garantido no ensino pré-vocacional e profissional voltado aos mais carentes.

A educação voltou a ser garantida como direito na CF (BRASIL, 1946) sob a idéia de educação pública obrigatória e gratuita ao ensino primário. Foi prevista a criação de institutos de pesquisa e a competência da união envolvia legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Em seguida a CF (BRASIL, 1967) foi mantida a estrutura organizacional da educação e fortalecidas as instituições particulares mediante oferta de bolsas de estudos barganhada pelo bom desempenho sob a possibilidade de restituição das bolsas recebidas caso o desempenho não acontecesse. A consequência mais direta era o abandono dos estudos caso o estudante não obtivesse bom desempenho e não tivesse condições de restituir o valor da bolsa. Jovens e adultos ficavam de fora deste combinado. Não houve uma universalização dos direitos. Rocha et al (2014)

Rocha et al (2014) descrevem que na CF (BRASIL, 1988) estabeleceu a obrigatoriedade da educação estabelecendo o ensino gratuito desde o ensino fundamental até o ensino superior e abrangendo todas as faixas etárias até mesmo a idade adulta. O descumprimento acarreta responsabilização da autoridade competente.

Sua abrangência envolveu não somente a educação pública, mas incluiu a educação privada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja a LDB, Lei n.º 9.94/96 definiu a educação desde então:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, por meio do ensino predominantemente, em instituições culturais.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Pino (2003) afirma que as estratégias, da forma como foram pensadas e colocadas na LDB (BRASIL,1996) já trouxeram em si as marcas dos acordos partidários e suas reivindicações, formuladas com um conteúdo que contemplava interesses de segmentos diversos da sociedade em geral. Por outro lado, essa lei

proporcionou melhoramento das questões educacionais, descentralização do poder da União por exemplo.

Quanto ao Serviço Social, a formulação das suas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) tem em seus eixos fundamentais as dimensões que compõem o projeto ético-político, ou seja, teórica, política-ética, legal e profissional.

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) foram construídas a partir das modificações vigentes da LDB (BRASIL, 1996) e orientadas pela ABESS (1997-1998), ratificando a direção da formação com o reconhecimento da liberdade para a construção de um projeto de autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Netto (1999) acrescenta:

Este projeto profissional se vincula a um plano societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (1999, p.15)

Iamamoto (2014) relata que, desde a década de 1980 que o serviço social afirmou sua especialização e o exercício laboral exigiu um profissional com competência para a negociação com a instituição de seus projetos para a defesa de seu campo de trabalho. O Estado continua a ser o maior empregador nos espaços públicos, considerados por ela como espaços privilegiados. Acrescenta que o contingente de assistentes sociais brasileiros é o segundo em nível mundial;

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) existentes foram propostas pela ABESS (1996), revisada em 1999, a partir do currículo mínimo do ano de 1982 que havia sido proposto em 1979²¹ ainda na ditadura mas, já incorporando avanços propostos pelo movimento de reconceituação. Já nesse currículo mínimo houve

²¹ A tese de doutorado de Ribeiro, Eleusa Bilemjian (2008) demonstra que no âmbito da formação profissional, o currículo mínimo foi discutido e aprovado na XXI Convenção da ABESS em Natal-RN é reconhecido pelo MEC em 1982.

várias emendas em relação à história, à Teoria e à Metodologia do Serviço Social, inclusive, o Estágio Supervisionado que implicou desafios para a sustentação de seus conteúdos.

As novas propostas da Reforma Curricular de 1979, construídas pela ABESS e o Movimento Estudantil, como traz Castro e Toledo (S/D).

a) Desenvolver uma visão global da sociedade a partir do seu entendimento histórico-estrutural, capacitando os alunos para a elaboração de um instrumental capaz de problematizar a realidade. Foram introduzidos estudos sobre formações sociais em geral, Estado, ideologia, formação social, econômica e política do Brasil, estrutura agrária e urbanização, processo de mudança social e marginalização social, estudo da realidade nacional e local; b) Rompimento com o pragmatismo, por meio da participação do Serviço Social na produção de conhecimentos sobre a totalidade social, sendo este o instrumento de sua ação profissional. Neste sentido, a pesquisa foi incorporada não apenas como um conjunto de métodos e técnicas e sim, como uma postura metodológica relacionada às demais disciplinas; c) Rompimento com a visão e a prática segmentada da metodologia do Serviço Social, esta passa a ser entendida a partir de uma visão metodológica global com base no método dialético de estudo da realidade. É proposto o estudo da práxis, centrado na reflexão-ação-reflexão; d) Compreensão que a teoria do Serviço Social tem necessidade de análise sistemática e crítica na sua construção e deve ser vista no quadro geral das ciências sociais e da realidade social, rompendo com a visão de um conhecimento isolado e exclusivo do Serviço Social; e) Realização de análise institucional, centrada na luta de classes e no desvelamento da correlação de forças existentes nas instituições onde o assistente social atua, no sentido de fortalecer o poder do usuário; f) Abordagem do usuário a partir de sua inserção em uma classe social, contrapondo-se à visão do usuário como indivíduo, grupo ou comunidade; g) Resgate da assistência como direito e não como benesse, e a recuperação do vínculo histórico da profissão com a assistência; h) Prática fundamentada na problematização da realidade, a partir de categorias teóricas de análise; i) Entendimento acerca da teoria e prática como uma unidade dialética; j) Estudo das políticas sociais como expressão da luta de classes, portanto, nega-se a sua neutralidade, afirmando-a como um direito que precisa ser resgatado pelo Serviço Social; k) Importância da participação do estudante no movimento estudantil e nos movimentos sociais como complementação de sua formação profissional; l) Compreensão acerca da relação orgânica da profissão com o Estado, uma vez que a profissão surge a partir do desenvolvimento do aparato estatal no estágio do capitalismo monopolista. (s/d, P. 11)

A formação profissional envolve, além das disciplinas que constam em seu currículo, outras atividades de relevância acadêmica. Entre o currículo mínimo e a construção das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) teve significativa e importante relevância para a profissão o reconhecimento acadêmico de Serviço Social como área de conhecimento em 1986 e sua composição no

Comitê de psicologia e Serviço Social no ano de 1992, assim como a criação, em 1997, do Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (Cedepps) na PUC-SP. Acrescenta-se aí a Carta Constitucional de 1988, já comentado no capítulo 1.

A construção das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) foi realizada coletivamente e assessorada por intelectuais da profissão em conjunto com a ABESS ao mesmo instante em que se criou uma comissão formada por profissionais da categoria profissional que as apreciou e encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE). As alterações do processo de construção do currículo mínimo que estava em andamento fora substituído por diretrizes curriculares devido às modificações de política do MEC e suas alterações foram submetidas à apreciação e aprovação de representantes das entidades do CFESS, ENESSO e ABESS. (ABEPSS, 1996)

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) teve a construção de sua proposta realizada coletivamente com base no currículo mínimo, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, de 8 de novembro de 1996 em debate realizado pelas unidades de ensino, desde 1994, na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), ocorrida em Londrina-PR, em outubro de 1993. O apoio principal ocorreu por parte de órgãos representativos, CFESS, ENESSO, ABEPSS. Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996)

Foram duas as etapas de discussão, em 1994 e 1996, com a realização de aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais. A segunda etapa, em 1996, deu prosseguimento ao que havia sido iniciado anteriormente. Ocorreram oficinas, com a assessoria de um grupo de consultores que conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate” (ABEPSS, 1996). Na etapa final do processo de revisão curricular, as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de

Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

A referida proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembléia Geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996.

No mesmo ano, em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Brasil, 1996). A ABESS destacou a necessidade do estabelecimento desses padrões de qualificação do ensino e de sua universalização, enquanto entidade nacional representativa das Unidades de Formação Superior (UFAs) no âmbito do Serviço Social e encaminhou a proposta para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Foi destacado nessa proposta as competências e habilidades estabelecidas na Lei de Regulamentação da profissão nº. 8662/93 (BRASIL, 1993).

Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; - Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; - Contribuir para a viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; - Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; - Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privada e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; - Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; - Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; - Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social; - Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social; - Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino; - Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

Outro ponto importante e tido como inovador refere-se ao tripé do conhecimento. São articulados núcleos que traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Que possibilita a articulação com atividades didático-pedagógicas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares, além de integrar o estágio supervisionado, correspondendo a 15% da carga horária total do curso e o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Foram inegáveis os avanços da profissão quando é analisado o processo de construção das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), entretanto, o conservadorismo nunca deixou de constituir o serviço social e vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, enfatiza Boschetti (2015)

A mesma autora Boschetti (2015) prossegue dizendo que, a crise estrutural do capital resgata valores conservadores nas medidas políticas, como por exemplo, o livre mercado, encolhimento do papel do Estado, como regulador da economia, aplicação do fundo público na indústria e no setor bancário, mercantilização/privatização dos serviços públicos de água, luz, telefonia iniciadas na década de 1970.

Um dos principais desafios sinalizado pela ABEPSS para a implantação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) foi em relação ao mercantilismo do ensino infere Boschetti (2015). Nesse contexto, o ensino superior, e não somente ele, tornou-se mercadoria no sistema capitalista, a partir de ações do próprio Estado que incentiva e estimula o ensino privado em detrimento do ensino público, gratuito e de qualidade.

Boschetti (2015) apresenta uma crítica afirmando que a influência do protocolo de Bolonha e a contrarreforma do ensino superior que, estimuladas pelo Estado, consolidou as tendências de mercantilização do ensino nos anos 2000. Esse protocolo contou com a recomendação do Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI).

O protocolo mencionado foi consolidado, a partir da Declaração de Sorbonne/Paris França, em 25.05.1998 que estabelecia novas diretrizes para o ensino superior na Comunidade Europeia e, no ano de 2009, passou a contar com outros 20 (vinte) países. Entre eles, o Brasil que somado a outros 46 países aderiu ao protocolo de Bolonha com orientação neoliberal, acentuando tendências mais conservadoras já existentes quando foi determinada a LDB (BRASIL, 1996). e Boschetti (2015) acrescenta que:

Os currículos mínimos foram substituídos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais à distância em todos os níveis – seguem as diretrizes do Protocolo de Bolonha, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões. A expansão dos cursos e matrículas favorece assustadoramente o ensino privado lucrativo. De acordo com o censo do Ensino Superior, publicado pelo Ministério da Educação (MEC, 2013), em 2013 o Brasil contava com 7.037.688 alunos matriculados em 31.866 cursos de graduação. Esses cursos concentravam em 2.416 instituições, sendo a esmagadora maioria privada (2.112 ou 87,41%) e somente 304 (12,59%) públicas. (2015, p. 645)

A partir da LDB (BRASIL, 1996), a expansão do ensino de natureza particular ocorreu em todos os níveis de educação, a saber, básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior. No que diz respeito ao serviço social este foi o 3º curso com o maior contingente de estudantes matriculados, seguido apenas pelo curso de pedagogia e de administração nos cursos presenciais. Nas modalidades de Ensino a Distância (EaD), o serviço social ocupou o segundo lugar de acordo com o Censo de 2013²².

2.2 O processo de regulamentação do estágio curricular obrigatório em Serviço Social

O estágio supervisionado curricular obrigatório em Serviço Social consta como parte constitutiva da formação profissional. Esta envolve aspectos de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, desde o seu surgimento,

²²Boschetti (2015) dados trazidos no corpo do próprio artigo consultado à página 646.

perpassando pelo processo de profissionalização, de construção da profissão na contemporaneidade. Essa construção está solidificada na Lei de Estágio n. 11.788 (Brasil, 2008), Lei de Regulamentação da profissão nº. 8662 (BRASIL, 1993) e no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993) que traz a definição das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), a Resolução 533 (CFESS, 2008) e Política Nacional de Estágio (PNE: ABEPSS, 2010).

A compreensão do processo de regulamentação do Estágio curricular obrigatório em Serviço Social, envolve a formação profissional inserida na conjuntura vivenciada desde a emergência de profissionalização inserido nas relações sociais e no processo de trabalho em cada período. Será realizado um recorte histórico temporal com maior aproximação sobre o estágio em Serviço Social referindo-se ao seu processo histórico para a regulamentação até a PNE (ABEPSS, 2010).

O estágio, como parte da formação acadêmica²³, ocorre desde os primeiros cursos ainda no período do Brasil colônia, quando houve a implantação das primeiras escolas de medicina. Ribeiro (2008) apud Campos (1940) infere que o estágio curricular era um método que contribuía e disciplinava o estudante para a prática das lições apreendidas. A preocupação, nesse período, se estendia às disciplinas além das atividades práticas. Os conteúdos estudados em sala de aula eram colocados em prática nos hospitais. As dúvidas que acontecessem somente podiam ser esclarecidas e refletidas em classe. Havia uma separação entre teoria e prática.

Somente no século seguinte, por meio do Decreto 19.851 (BRASIL, 1931) foi instituído o Estatuto das Universidade Brasileiras, durante o Governo de Vargas (1930 – 1937), por ocasião da primeira Reforma Universitária promovida pelo então

²³Ribeiro (2008) apud Campos (1940) contextualiza fatos históricos referente à educação. Após a vinda da família real para o Brasil foram abertos cursos de educação superior. Entretanto, em 1920 somados 30 anos após a Proclamação da República que foi aberta a primeira universidade no Rio de Janeiro (UFRJ) de natureza publica incentivada por segmentos dominantes da sociedade para garantir que o ensino permaneceria para seus filhos. O que demonstra que não se pensou nas classes, mas subalternas. O ensino público já nasceu para a classe já favorecida com riqueza. (Grifos da autora)

ministro da educação Francisco Campos. O marco inicial era a tratar da autonomia universitária ao mesmo tempo que permitia a ocorrência de cursos superiores em institutos isolados que seguissem os estatutos das universidades federais brasileiras. Firmino e Pellucio (2013).

Houve outras reformas no ensino superior, cita Ribeiro (2008), sendo que a outra mais significativa foi através da Lei 5.540 (BRASIL, 1968). Estabeleceu a reforma universitária, durante a ditadura militar.

Na pesquisa por decretos que trazem o estabelecimento por lei do estágio em Serviço Social foi encontrado no Decreto Lei do Estado de São Paulo n. 9970/39 (SP 1939) que dispõe sobre o ensino especializado em serviço social e estabelece o estágio realizado em número de visitas ao campo respectivo de estágio ou usando o termo “outras tantas” que refere-se a outras horas de trabalho:

Artigo 9.º - Os três anos de curso a que se refere a alínea "f" do artigo 2.º serão divididos em a) - primeiro ano, com o mínimo de 400 horas de aulas e 25 visitas ou estágios em instituições sociais de tipos diferentes. b) - segundo ano, com o mínimo de 200 horas de aulas e outras tantas de trabalhos práticos, inclusive estágios e visitas sociais; c) - terceiro ano, que consistirá em: I - estágio de especialização durante oito meses, pelo menos, feito sob a vigilância da escola; II - elaboração do relatório final para obtenção do diploma, sobre o serviço social realizado durante o estágio de especialização.

Infere-se que, desde o início das Escolas, havia uma preocupação em ter como parte da formação o estágio em campo. Mais tarde, foi promulgada a Lei 1189 (SP, 1953) que dispôs sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes e agentes sociais. Foi estabelecido nessa lei que o curso deveria durar por 03 anos no mínimo; e ainda a orientação metodológica, ou seja, as disciplinas a serem estudadas, incluindo-se aí o estágio como a parte prática:

Artigo 3º - Parágrafo único. As aulas de Serviço Social deverão atingir 1/4 no mínimo do total das aulas e as Escolas de Serviço Social deverão organizar os seus programas, atendendo a que no 1º ano haja preponderância da parte teórica, no segundo ano seja observado o equilíbrio entre a parte teórica e a prática e no 3º ano haja preponderância da parte prática.

Nessa lei, o estágio não teve destaque, mas foi contemplado novamente na Lei 3.252 (BRASIL, 1957) que regulamentou a profissão de assistente social estabelecendo o exercício da profissão unicamente por diplomado na área tendo como atribuição para a direção de suas escolas, o ensino e as cadeiras das disciplinas de Serviço Social.

A Portaria 1002 do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (BRASIL, 1967) instituiu, em seu Artigo 1º, que nas empresas a categoria de estagiário seria integrada por alunos oriundos das faculdades ou escolas técnicas de nível colegial mediante pagamento de bolsas por parte da empresa e seguro de acidentes pessoais ocorridos durante o período do estágio, sendo considerados em vínculo empregatício.

No ano seguinte, foi instituído o Decreto n.º 63.341/68 (BRASIL, 1968) que estabelecia critérios para a expansão do ensino superior e outras providências seguido pela Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968) que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio. Ou seja, estabeleceu uma reforma universitária com destaque para a indissolubilidade para ensino, pesquisa e extensão. Neste último diploma legal, foi inserida uma nova concepção de estágio, fazendo com que diversos programas e projetos de extensão fossem elaborados e reelaborados pelas instituições de educação superior e destacando o estágio como elemento integrador da formação acadêmica em diversos cursos, como observa Ribeiro (2008):

Pela extensão, outra concepção de estágio surge, ou seja, o estágio com identificação na extensão, visando promover uma maior articulação universidade-sociedade, como também maior articulação nas dimensões do ensino, da pesquisa, e da extensão. Nesse sentido, as universidades, em especial as particulares, assimilam as disposições da legislação para abertura de campos de estágio no seu interior, usufruindo da mão-de-obra do estagiário em seus programas, principalmente de extensão, absorvida em vista às grandes vantagens que ela oferece. Em vários cursos foram expandidos programas e projetos de extensão que passaram a considerar similares trabalhos comunitários, estágio curricular e extensão. (2008, p. 62)

Outra mudança vivenciada foi o da organização acadêmica que por conta de cada unidade acadêmica em termos de carga horária total e distribuição de carga horária total ficou sob a responsabilidade das instituições de ensino com o objetivo final de conter gastos na estrutura acadêmica. Assim, enquanto no campo de

estágio permaneciam aglomerados em grupos comuns, havia um melhor aproveitamento dos recursos direcionados e concentrados num único espaço. Estudantes de cursos diversos tinham disciplinas conjuntas com a utilização de um único professor, e equipamento áudio visual.

Mais do que aproveitamento de recursos, essa reforma educacional conseguiu desarticular o Movimento Estudantil destacado por Ribeiro (2008):

Contudo, o grande triunfo da reforma universitária/1968, para a ditadura militar, foi a desarticulação do movimento estudantil pois eliminava-se a possibilidade de os estudantes permanecerem juntos na mesma turma até o final da graduação, conforme ocorria no modelo anterior. Outro aspecto refere-se à expansão da educação superior com menor gasto de recursos do Estado, pois o governo militar desobrigava-se de investir na educação conclamando e incentivando a participação da iniciativa privada. As medidas implantadas pela reforma universitária para a contenção de gastos eram favoráveis à iniciativa privada na educação, pois a possibilidade de lucro era aumentada em relação ao modelo anterior, o seriado. Com o discurso da modernização e da restauração da universidade pública brasileira, a ditadura militar promoveu e facilitou o crescimento e a proliferação progressiva das empresas educacionais privadas. (2008, p. 65)

É considerado que a maior interferência com resultados negativos tenha sido para a educação formal conforme afirma Netto (1996):

Esta universidade esvaziada, igualmente apta a produzir profissionais aflitos à lógica formal - burocrática que preside aos ordenamentos tecnocráticos na mesma escala em que modela atores orientados pela irresponsabilidade social do cinismo, esta universidade – que um juízo mais duro talvez não vacilasse em considerar domesticada e corrompida – foi a obra do regime autocrático burguês. Ela dá a medida da extensão e dos limites da sua política educacional e, por isso mesmo, a crise da ditadura apenas faz vir à tona a crise da sua universidade (bem como do seu sistema educacional). Aqui o projeto de controle e enquadramento foi bem mais longe que noutros espaços do “mundo da cultura”. (1996, p. 67)

Retomando o estágio, a partir da portaria 1.002/67 (BRASIL, 1967) foi o primeiro documento a lhe trazer determinantes e que, em conjunto com a Lei 5.540/68 (BRASIL 1968), favorecera os empresários, enfatizou Ribeiro (2008):

O documento acentua e fortalece o vínculo do estágio nas empresas, com a transferência do eixo da formação profissional das universidades para o setor empresarial e subordinando a educação ao trabalho e a realidade do estágio às empresas que são campos de estágio. Para o setor empresarial são condições ideais para contratação de estagiários, uma mão-de-obra semi especializada e de baixo custo. (2008, p.53)

As disposições estabelecidas por meio de leis teve continuidade pelo Decreto Lei 6.494 (Brasil, 1974) que trouxe, em sua disposição, os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau²⁴ e ainda o supletivo com regulamentação prevista para 30 dias. Entre outras disposições estavam contemplados o estágio curricular de estudantes do ensino médio e superior, o que era considerado estágio e a quais atividades dizia respeito.

A promulgação de fato e de direito ocorreu com o Decreto Lei n. 87.497/82 (BRASIL, 1982) no governo de João Figueiredo (1979-1985):

Art. 1º O estágio curricular de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino oficial e particular, em nível superior e de 2º grau regular e supletivo, obedecerá às presentes normas; Art. 2º Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino; Art. 3º O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público e privado, oferecendo oportunidade e campos de estágio, outras formas de ajuda, e colaborando no processo educativo.

O estágio era estabelecido como atividade didático-pedagógica, com tempo não inferior a um semestre letivo, a caracterização dos campos curriculares, organização, orientação, supervisão e avaliação de estágio curricular Lei n.º 87.497 (BRASIL, 1982):

Art. 5º Para a caracterização e a definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de realização daquele estágio, inclusive transferência de recursos à instituição de ensino, quando for o caso.

Deveria haver a celebração de um termo de compromisso entre estudante, instituição de ensino e empresário para a sua formalização. A não caracterização do estágio com vínculo empregatício permaneceu, o que deixava

²⁴SANTOS (2010): Com a nova LDB a educação formal ficou assim dividida: ensino básico (antiga pré-escola), fundamental (1ª a 8ª séries), médio (antigo segundo grau), profissionalizante e superior.

isento os empresários de quaisquer implicações jurídico-trabalhistas, tais como, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Imposto Nacional Sobre Serviço (INSS), férias, 13º salário, férias, não direito à greve, e abria espaço para que se utilizasse os estagiários como mão-de-obra substituta de vagas para trabalhadores contratados já que a carga horária podia ser cumprida em até 40 horas, pelo fato de a lei não ter especificado este item. Carvalho e lamamoto (1996)

Passados aproximadamente 20 anos, a Lei 8.859/94 (BRASIL, 1994) foi promulgada, modificando a Lei 6.494/1974, que apenas acrescentou o estágio aos estudantes de ensino especial:

Art. 1º - As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular. § 1º os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar frequentando cursos de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou escolas de educação especial. § 2º o estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo o disposto na regulamentação da presente lei. § 3º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

A alteração na referida lei, por um lado cumpriu seu papel de “inclusão” da pessoa com deficiência nos campos de estágio e ao mesmo tempo ampliou a possibilidade de substituição da mão-de-obra trabalhadora por estagiários

O período de ditadura militar encerrou-se em 1985, com a retomada da democracia e sinalização de um Estado neoliberal, no governo FHC com a reforma do Estado brasileiro na década de 1990. Fez parte desse arcabouço a reforma educacional pela Lei 9.394 (BRASIL, 1996) que causou impactos diretos no mercado de trabalho e na formação dos profissionais de Serviço Social, particularmente no estágio curricular obrigatório. A própria LDB (BRASIL, 1996) traz orientações neoliberais em seu bojo, considera lamamoto (2016):

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, já eivada das orientações neoliberais, favoreceu consideravelmente a expansão da iniciativa privada na oferta de cursos superiores. São definidas diretrizes gerais para os cursos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, estabelecendo um patamar comum, assegurando flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino. A regulamentação da LDB intensificou a reforma do ensino superior brasileiro, expressando a correlação entre Estado e sociedade civil num contexto de ajustes neoliberais em consonância com as orientações e acordos firmados com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (2016, p. 03)

Desde a ditadura militar (1964-1985), quando ocorreu a reforma universitária, em 1968, houve uma ampliação quantitativa de cursos no ensino superior, conforme observa lamamoto (2000):

O ensino superior privado cresceu, em dez anos, 1986-1996, 34,8%, como o ensino público federal cresceu apenas 19,4%. O ensino estadual foi o que apresentou maior índice de crescimento – 58,1% –, expressando tendência à descentralização nesse âmbito, visto que o municipal apresentou um crescimento de apenas 5,3%. Mas a proporção entre o total das matrículas no ensino superior público e privado, no período de dez anos (1986-1996), permanece praticamente inalterado: em 1986 as matrículas nas universidades públicas representavam 40,7% e nas privadas 59,3%. Já em 1996, essa proporção alterou-se para 39,36% nas IES públicas e 60,64% nas IES privadas (2000, P.41)

Houve crescimento do ensino superior privado desde o governo FHC. O que foi ampliado para a classe trabalhadora no governo dos Partidos dos Trabalhadores (PT)²⁵ por meio da ampliação da abertura de programas de

²⁵lamamoto (2016) No que diz respeito ao governo Lula (2003-2010), observa-se uma intensificação da expansão da oferta da educação superior e implementação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos que viabilizaram o aumento do número de matrículas no ensino superior nas IES públicas e manteve o crescimento de IES privadas. Tais informações podem ser constatadas no Censo da Educação Superior de 2008, no qual o número de IES (públicas e privadas) perfaz um total geral de 2.251, sendo apenas 10,4% (235) públicas e sua esmagadora maioria, 89,6%, corresponde

financiamento fundamentados no neoliberalismo, transformando o ensino superior num nicho de mercado que impacta diretamente no ensino público gratuito e de qualidade.

A expansão do ensino privado presencial e a distância foi regulamentado através do incentivo ao financiamento por parte do Estado validado pelo Decreto n.º 2.494 (BRASIL 1998) e pela Portaria n.º 301 (BRASIL 1998) do MEC que estabeleceu as instituições de ensino públicas e privadas, além das fundações sem fins lucrativos como responsáveis por ofertar a educação a distância.

Por um lado, houve o incentivo às instituições privadas de ensino com financiamento do próprio Estado. Por outro houve o interesse das instituições que perceberam a possibilidade de crescimento com esse financiamento. Daí ampliaram o número de vagas, flexibilizou-se o processo seletivo que antes acontecia por meio vestibular. Foi percebida possibilidade de alta lucratividade no ensino superior na modalidade EaD. Os trabalhadores que não tinham a possibilidade de acesso aos financiamentos conseguiam honrar suas mensalidades nesta modalidade. Ribeiro (2008) destaca:

São elementos que contribuem para o aumento da concorrência no mercado educacional e a mercantilização da educação superior, pois a educação passa à condição de mercadoria e, como tal, é posta à venda. Nesse processo são eliminadas até mesmo as condições básicas de acesso aos cursos, pois são desrespeitados critérios e normas elementares estabelecidos para seleção, como a conclusão do estudo de 1º e 2º graus... Mas, essa realidade não é exclusiva a um determinado curso. Ela está presente em quase todos os cursos superiores, em vista a grande oferta de vagas ao exame vestibular pelas instituições privadas, e a diversidade de novas propostas em educação superior: cursos à distância, sequenciais, profissionalizantes e outros. Com isso, as empresas de educação superior assumem também a responsabilidade social estabelecida pela “reforma” do Estado brasileiro e pela LDB/96, com o objetivo de chamar a si as atividades afetas à área social, no caso específico, a educação. (2008, p. 86)

as IES privadas (2.016). (MEC, 2009). Em relação ao governo Dilma, o Censo da Educação Superior de 2013 demonstrou que no período 2012-2013, o número de matrículas nas IES privadas (presencial e a distância) perfazem um total de 5.373.450. E a quantidade de matriculados nas IES públicas (presencial e a distância) representou um total de 1.932.527. Os cursos a distância já contavam com uma participação de 15,8% na matrícula de graduação. Estes dados evidenciam a lógica de expansão do ensino superior com investimento do capital privado. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Em meio à toda a conjuntura ofensiva neoliberal e a mercantilização do ensino superior, no ano de 2008, foi promulgada a Lei de Estágio n.º11.788 (BRASIL, 2008) que no seu capítulo 1 traz a definição, classificação dessas relações.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Na referida Lei de Estágio n.º11.788 (BRASIL, 2008), o estágio é tido como parte do projeto pedagógico do curso, visando o aprendizado de competências da própria atividade profissional com o objetivo de desenvolver o educando para a vida cidadã e do trabalho. O estágio curricular obrigatório, com carga horária, estabelecida como requisito para a aprovação e a obtenção de diploma e não obrigatório, com desenvolvimento de atividade opcional, com carga horária regular e obrigatória.

A Lei de Estágio n.º11.788 (BRASIL, 2008) define que as atividades de extensão, monitoria e iniciação científica somente podem ser equiparadas ao estágio se este fato estiver previsto no Plano Pedagógico do curso.

Dessa forma, o estágio não tem vínculo empregatício. Entretanto, é exigido que o educando esteja regularmente matriculado, seja no ensino superior ou médio. A celebração do convênio ocorreria mediante termo de compromisso, havendo obrigatoriedade de acompanhamento por professor orientador da instituição de ensino e supervisor no local de estágio.

Na Lei de Estágio n.º11.788 (BRASIL, 2008) o artigo 6º estabelece que: “o local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.”

O capítulo II da Lei de Estágio n.º11.788 (BRASIL, 2008) estabelece regras para a instituição de ensino. Além do termo de compromisso, as instituições devem indicar as condições em que esse estágio ocorre em comparação com a proposta pedagógica no que se refere à modalidade, horário e calendário escolar.

Assim como avaliação das instalações do campo de estágio, a definição do seu orientador.

Em seu capítulo III a mesma lei dispõe sobre a parte concedente, estabelecendo que os profissionais liberais de nível superior devam estar registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional. Um ponto importante a ser considerado é a quantidade de estagiários por supervisor de campo:

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

Ao estudante, em condição de estagiário, estava determinado, no capítulo IV da Lei de Estágio n.º 11.788 (BRASIL, 2008), que a jornada é estabelecida entre o concedente e o interessado com as possibilidades de 4h/dia que totalizem 20 horas semanais: 6h/dia que totalizem: 30 horas semanais ou 8h/dia que totalizem: 40 horas semanais. O estágio deverá ter seu termo renovável, a cada seis meses, com tempo máximo totalizado de dois anos. Quanto aos benefícios, são opcionais a bolsa e auxílio transporte. Outros benefícios como alimentação e saúde, quando concedido, não configura vínculo empregatício. A inscrição e contribuição ao INSS é facultativa. O benefício de recesso tem sua oferta assegurada por trinta dias quando o estágio durar mais de 1 ano.

No que tange à fiscalização, o capítulo V da Lei de Estágio n.º11.788 (BRASIL, 2008), quando trata do não cumprimento do disposto nos capítulos anteriores, impede a instituição de receber estagiários por dois anos. O número máximo de estagiários segue o número de funcionários. Lei 11.788 (BRASIL, 2008):

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções: I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário; II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários; III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários; IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

No parágrafo 5º ficou previsto o percentual de 10% das vagas oferecidas às pessoas portadoras de deficiência. Outro ponto a ser observado é que o tempo de estágio deve ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Com a expansão da mercantilização do ensino superior e o seu rápido crescimento na graduação, especificamente dos cursos de serviço social, houve a necessidade de estabelecer direcionamento para a realização da supervisão de estágio. A construção da Resolução 533 (CFESS, 2008) foi realizada a partir do processo de debate iniciado no 32º Encontro Nacional do conjunto CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO, realizado em Salvador, no ano de 2008, com discussão sobre a relação do estágio curricular obrigatório com a Política Nacional de Fiscalização. Considerou-se a necessidade de regulamentar a supervisão direta do estágio no Serviço Social como competência e atribuição exclusiva e privativa desse profissional, regularmente inscrito no CRESS, conforme Lei de Regulamentação da profissão nº. 8662/93 (BRASIL, 1993) e em consonância com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993) e com as exigências teórico-metodológica das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) e o disposto na Resolução CNE/CES 15 (MEC, 2002) e na Lei 11.788/08 (BRASIL, 2008).

Ao analisar o estágio do curso de Serviço Social na modalidade de Ensino a Distância (EaD) Iamamoto (2014) relata que foi percebida a desarticulação com compromissos e princípios da educação superior; que não se estabeleceu a garantia da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Não houve a viabilização formativa, o acesso à bibliografia por completo somente de modo fragmentado. Ou seja o EaD não acontecia de acordo com às exigências curriculares e o estágio supervisionado não era presencial nos campos específicos nem com a supervisão acadêmica e de campo.

A articulação do conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS a partir da análise da LDB (BRASIL, 1996), em seu 37º Encontro Nacional havia elaborado estratégias para a coleta de dados acerca da graduação em Serviço Social EaD. A partir desses dados, verificou-se a incompatibilidade do EaD com a formação de qualidade e que não havia acompanhamento do MEC na fiscalização dessas instituições de ensino. Com base nos dados dessa pesquisa e a partir de discussões daqueles órgãos é que foi construída a Resolução 533 (CFESS, 2008) como norteadora do estágio enquanto ausência de uma Política Nacional de Estágio para o Serviço Social.

A Resolução n.º. 533 (CFESS, 2008) foi pensada, construída e refletida com base nas contribuições e sugestões para a regulamentação da supervisão direta de estágio enviadas pelos CRESS ao CFESS. Indicaram as principais dificuldades encontradas na fiscalização profissional, na necessidade de normatização da relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições e campos de estágio e os CRESS, na busca pela dissociabilidade entre a formação profissional e o exercício profissional. Acrescida a importância de garantia do exercício profissional do assistente social tendo sido assegurada uma aprendizagem de qualidade por meio da supervisão direta.

Ficou então compreendido que o estágio curricular obrigatório é configurado a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional que tem como objetivo capacitar o estagiando para o exercício profissional com uma supervisão sistemática de docente acadêmico e por profissional em campo, tendo por base os planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio, conforme disposto no parecer do Ministério de Estado da Educação em 09/07/01 no CNE/CES n; 492/2001 publicado em 09/04/2002. Foi a referida Resolução que serviu como base para a construção da PNE (ABEPSS, 2010).

A PNE (ABEPSS, 2010) estabelece o estágio em Serviço Social com qualidade. A sua construção foi realizada coletivamente e envolveu cerca de quatro mil pessoas com o objetivo de servir como referência para as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs).

Constam da PNE (ABEPSS, 2010) os princípios norteadores para que seja realizado o estágio e as atribuições dos sujeitos envolvidos, norteando a relação professor/aluno na supervisão acadêmica do estágio curricular obrigatório, orientando o estágio não obrigatório e discutindo as tensões e desafios sobre o estágio.

A PNE (ABEPSS, 2010) tem força de lei e considera os projetos pedagógicos das UFAs referência e norteia a realização do estágio. A discussão para a construção da referida política foi iniciada em maio de 2009, a partir de um documento base que serviu de subsídio para o debate nacional, entre os meses de

maio a outubro, com posterior encaminhamento de propostas trabalhadas em seis oficinas que resultaram na versão final do referido documento. (CFESS, 2010)

CAPÍTULO 3

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: pressupostos teórico-metodológicos e realidade em unidades de formação acadêmica do distrito federal

Analisar o estágio curricular obrigatório pressupõe abordar pressupostos que o antecedem. Inicialmente, no primeiro subcapítulo, será feita uma contextualização dos cursos de formação em Serviço Social no Distrito Federal, e o processo de mercantilização do ensino superior. São trazidos dados gerais que situam o cenário local em relação às UFAs em sua totalidade, seguido de seu recorte quantitativo segundo modalidade e números de vagas que estão autorizadas em suas ofertas, seja na modalidade presencial ou EaD, somente para a graduação do curso.

Foram trazidas informações gerais somente das UFA que ofertam cursos de ensino da graduação presencial de Serviço Social. Entre elas estão as UFA sobre as quais foram realizadas as análises sobre os pressupostos e a realidade documental sobre o estágio curricular obrigatório.

3.1 Contextualização dos cursos de formação em Serviço Social no Distrito Federal e processo de mercantilização do ensino superior

O processo de formação no serviço social, nela incluída o estágio curricular obrigatório, deve ser refletida a partir do histórico desses cursos no Distrito Federal. Segue breve histórico das UFAs presenciais entre as quais, três foram fontes de análise documental. Não será realizado o histórico somente da que foram alvo da pesquisa para manter o sigilo acordado com as UFAs. O Distrito Federal no âmbito público dispõe de uma Universidade Federal, a Universidade de Brasília (UnB), um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), uma Faculdade, a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) de natureza pública estadual.

O Decreto n.º 5773/06 (MEC, 2006) que dispõe sobre a avaliação das instituições determina sobre a UFA que é considerada faculdade, universidade, ou centro universitário. A determinação de universidade é concedida à UFA que oferta atividades de ensino, pesquisa e extensão (serviços de atendimento à comunidade) que proporciona conhecimento diverso. Nesse caso, a UFA pode criar curso sem pedir consentimento ao MEC. Universidades federais são aprovadas via Congresso Nacional e particulares têm como ponto de partida tornar-se centro universitário.

Para ser universidade, a UFA deve ter em seu quadro um terço dos docentes com título de mestrado ou doutorado. Também deve haver de um terço do corpo docente com dedicação em tempo integral.

A UFA deve atender ao requisito de ter em funcionamento pelo menos quatro programas de pós graduação (mestrado e pelo menos um doutorado) com qualidade nas avaliações realizadas pelo MEC.

Para a UFA tornar-se um centro universitário deve possuir graduações em saberes diversificados. Haverá a concessão para criar cursos de ensino superior. Entre as regras a cumprir devem ter no corpo docente no mínimo um terço de docentes com mestrado e doutorado e um quinto em regime de tempo integral.

Já as UFAs denominadas como faculdade atuam em área menor de conhecimento, podendo ter especialistas em seu quadro. A UFA, para abrir um curso, deve pedir autorização ao MEC. O Sindicato de Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP) em seu mapa do ensino superior (2016, p. 147) indica que:

O ensino superior privado no Distrito Federal obteve nos últimos seis anos um crescimento de 19% em relação ao número de matrículas. Já o setor público apresentou um aumento de 48%. Entre 2013 a 2014, o aumento chegou a 4,8% no número total de matrículas em cursos presenciais (185,8 mil em 2014 contra 177,3 mil no ano anterior), somadas as IES privadas (152,6 mil contra 146 mil, ou 4,6%) e públicas (33,2 mil contra 31,3 mil, ou 5,9%). Em 2014, havia 152,6 mil alunos matriculados nas IES da rede privada (82%) e 33,2 mil alunos na pública (18%), totalizando 185,8 mil matrículas.

Em relação ao ensino superior, na modalidade EaD, a mesma instituição SEMESP (2016) afirma que:

As matrículas em cursos a distância (EAD) no Distrito Federal registraram de 2009 a 2014 um crescimento de 87%, sendo um aumento de 127% na rede privada e uma queda de 96% na pública. Em 2014, na rede privada houve um aumento de 28,4% nas matrículas, atingindo a marca de 32,8 mil matrículas, contra 25,6 mil do ano anterior. Na rede pública, ocorreu uma queda de 91%, totalizando 116 matrículas, contra 1.271 em 2013. Vale acrescentar que, em 2014, o número de matrículas em cursos EAD representou 15% do total de matrículas na unidade federativa. (2016, p. 148)

Entre os cursos mais procurados na modalidade EaD, o mapa SEMESP (2016) traz os seguintes dados:

Em 14 anos, o Distrito Federal registrou um crescimento de 216% no total de cursos presenciais, saindo de 218 cursos em 2000 e chegando a 689 em 2014. Na rede privada houve um aumento de 245% (159 cursos em 2000 para 548 em 2014). Vale destacar que os tradicionais cursos presenciais de Direito (29,5 mil), Administração (14,5 mil matrículas) e Pedagogia (9,7 mil) foram os mais procurados pelos estudantes nas IES privadas na unidade federativa. Na modalidade de ensino a distância (EAD), o curso de Gestão Pessoal e Recursos Humanos liderou a procura com 5,8 mil matrículas registradas. (2016, p. 149)

A mercantilização do ensino resultou no crescimento de UFA na graduação, principalmente no número de faculdades, centros universitários. Os dados na quadro 2 demonstram que no Distrito Federal (DF) existem entre UFA presenciais e EaD 64 faculdades. A maioria delas tem a sua categoria administrativa identificada como UFA privada e sem fins lucrativos. O mesmo acontece com os Centros universitários que somam 08 unidades e, desse total, cinco são classificadas da mesma forma, sem fins lucrativos. Isso significa que a instituição tem seu lucro sem a devolutiva por meio de impostos à sociedade.

O mesmo ocorre quando se verifica as UFAs que, no DF, ofertam o curso de Serviço Social Quadro 03. O número de vagas comparados entre as unidades presenciais públicas federais e estaduais em relação as instituições privadas e estas, por sua vez, em relação às EaD apresentam uma discrepância numérica que resulta na dificuldade de comparativo em percentual

Quadro 2 Organização acadêmica da Instituição de Ensino Superior (IES) no Distrito Federal

Tipo de Organização acadêmica	No. De UFAs
Universidade Publica Federal Sem fins lucrativos	01
Universidade Privada Sem fins lucrativos	01
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFB) Publica e Sem fins lucrativos	01
Centro Universitário Privado Sem fins lucrativos	05
Centro Universitário Privado Com fins lucrativos	03
Faculdade Pública Estadual sem fins lucrativos	01
Faculdade Privada Sem fins lucrativos	26
Faculdade Privada Com fins lucrativos	41
Escola de Governo Publica Federal	02
Especialmente credenciada para oferta de cursos <i>latu sensu</i> Publica Federal	03
Especialmente credenciada para oferta de cursos <i>latu</i> privada com fins lucrativos	01
Especialmente credenciada para oferta de cursos <i>latu</i> privada sem fins lucrativos	01
Faculdade Privada sem identificação se com ou sem fins lucrativos	04
TOTAL:	90

Fonte de dados: <http://emec.mec.gov.br/>-Quadro organizado pela autora.

São 1980 vagas presenciais, sendo que destas, apenas 160 são ofertadas pela UFA federal. Esse fato demonstra o claro desmonte, a falta de comprometimento e o desinteresse com o ensino na graduação que seja pública gratuita e de qualidade. A análise apenas está sendo feita em relação a um curso de bacharel em Serviço Social.

Quadro 03 - Organização acadêmica da Instituição de Ensino Superior (UFAS) que oferta curso de Serviço Social presencial e EaD	n.º. de unidades das UFAS	n.º. de vagas que podem ser ofertadas ²⁶
Universidade Federal Publica presencial	01	160
Universidade Privada presencial	02	330
Centro Universitário Privado Presencial	03	680
Faculdades Privadas Presencial	04	810
Total de UFAS presencial	09 UFAS presenciais	1.980
Universidade Privada EaD	10	99.080
Centro Universitário Privado EaD	06	18.160
Total de UFAS que ofertam curso de Serviço Social EaD	16	117.240
Total de UFAS no DF	25 UFAS	119.220

Fonte de dados: <http://emec.mec.gov.br/> - Quadro organizado pela autora

²⁶O número de vagas registrado aqui consta no <http://emec.mec.gov.br/> e diz respeito ao número máximo de vagas que cada IES pode ofertar em suas instalações somente no Distrito Federal. O que significa que se for realizada a somar por estado mais o DF o número de possível oferta será ainda maior.

As mazelas do capitalismo no processo de trabalho e nas relações sociais de trabalho impactam na permanência ou não dos estudantes nos respectivos cursos. Os dados do SEMESP (2016) demonstram a evasão dos estudantes ingressantes no curso de graduação:

Em 2014, a taxa de evasão anual dos cursos presenciais no Distrito Federal chegou a 28%, sendo 29,7% na rede privada e 18,9% na pública. Nos cursos a distância (EAD), em 2014, o índice de evasão anual no Distrito Federal chegou a 35,7%, sendo 35,7% na rede privada e 25,2% na pública. Na rede privada, a diferença entre as modalidades de ensino presencial e EAD ficou em 6 pontos percentuais e na rede pública, essa diferença chegou a 6,3 pontos percentuais. (2016, p. 150)

Ao analisar o número de UFAs que ofertam o curso na modalidade presencial e EaD verifica-se que a discrepância entre ambos é de 64%. O número de UFAs na modalidade EaD somam mais que o dobro das UFAs presenciais. Quando a análise se aprofunda em relação às vagas ofertadas, o percentual é ainda maior. A quantidade de vagas que podem ser ofertada pelas UFAs com EaD apresenta discrepância maior que 1000% (mil por cento) em relação àquelas que não oferecem essa modalidade.

Pelo fato de a realização da pesquisa ocorrer somente com as UFAs presenciais será disposto breve histórico sobre ambas todas para que possa ser preservado seus anonimatos de acordo com as informações obtidas nos sites institucionais e disponibilização dos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social.

O primeiro curso de Serviço Social, no DF foi aberto na Universidade de Brasília. A UnB foi fundada em 1962 e neste ano de 2017 completa 55 anos. Tem uma comunidade de 40.903 alunos de graduação, 9.117 alunos de pós-graduação, 2.749 docentes e 3.024 servidores técnico-administrativos, totalizando uma comunidade acadêmica de mais de 55 mil pessoas no Plano Piloto.

No campus de Ceilândia somam 34.500 alunos dos cursos do Campus Darcy Ribeiro, 2.300 alunos do campus de Ceilândia, 2.400 alunos do campus do Gama, 1.400 alunos do campus de Planaltina e 1.500 alunos dos nove cursos oferecidos na modalidade de ensino de graduação a distância, em 28 municípios/pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UnB conta também com 352 estudantes distribuídos em residências médicas, multiprofissional e veterinária. Em seu guia de calouros a UNB (BRASIL, 2016/2º) consta que:

A autorização de criação da Universidade de Brasília foi sancionada pela Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, pelo então presidente da República João Goulart. Inaugurada em 21 de abril de 1962, a UnB funcionava nas dependências do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios, para 413 alunos aprovados em seu primeiro vestibular. O antropólogo Darcy Ribeiro — idealizador, fundador e primeiro reitor da UnB — sonhava com uma instituição voltada para as transformações da sociedade e diferente do modelo tradicional de 1930. No Brasil, a UnB foi a primeira universidade a ser dividida em institutos centrais e faculdades. Nessa perspectiva, cursos-tronco foram criados, nos quais os alunos obtinham a formação básica e, depois de dois anos, seguiam para os institutos e faculdades. (2016/2º, p. 08)

O curso de Serviço Social foi reconhecido pelo Decreto n.º 058953/1966 do MEC com a criação da primeira Faculdade de Serviço Social de Brasília (FSS) O curso nasceu vinculado à igreja católica e em 1971 quando foi extinto os alunos foram transferidos para a UnB e teve seu primeiro reconhecimento por meio do Decreto n.º 74.194, de 20 de junho de 1974. Até 1998 foi o único curso de Serviço Social a formar profissionais por quase três décadas Esta realidade sofreu profundas transformações com a aprovação da LDB (1996), que provocou acelerada expansão de cursos privados.

Com marcante aprofundamento nos estudos, na década de 1980, o Serviço Social ofertou cinco edições do Curso de Especialização em Política Social que serviu como preparação para a abertura e a oferta, em 1991, do Mestrado em Política Social e posteriormente em 2002 a criação do Doutorado em Política Social. O curso articula o ensino, pesquisa e extensão, na relação cotidiana entre graduação e pós-graduação e o protagonismo histórico do corpo docente nos processos nacionais de construção do Serviço Social, o que faz com que o curso seja reconhecido por sua excelência. A direção teórica do Curso, assegurada pela incorporação no Projeto Pedagógico das Diretrizes Curriculares do Serviço Social

(ABEPSS, 1996), possibilita uma formação que responde de modo competente e crítico às demandas do mercado de trabalho, sem, contudo, subordinar a formação aos ditames do mercado. UnB (BRASIL, S/D)²⁷

A partir de 2010 o Departamento de Serviço Social passou a ofertar o Curso de Graduação no período noturno. Como parte da conjuntura particular do processo de expansão da universidade pública brasileira, nos marcos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo MEC a partir de 2007. De acordo com dados do site e-mec, a UnB oferta hoje um total de 180 vagas.

A primeira UFA privada a ofertar o curso de Serviço Social foi a Universidade Católica de Brasília – UCB (S/D), localizada na cidade de Taguatinga-DF, região Sul, identificada como Taguatinga Sul. Consta em PPC da UCB que no ano de 2005, apresentou a proposta de ampliação do curso e na possibilidade de contribuição na área social. Já existiam cursos das Ciências Sociais Aplicadas: Direito, Ciências Contábeis, Administração, Relações Sociais, Ciências Econômicas, Comunicação Social e Relações Internacionais, além de sua interface com cursos da área de Ciências da Vida como: Medicina, Enfermagem, Farmácia e Psicologia. Cabe destacar também os Mestrados em Psicologia e Gerontologia.

A criação do curso na UCB vem ao encontro das perspectivas institucionais, principalmente no que tange a sua relevância para a comunidade de Taguatinga, com a responsabilidade social de garantir a construção do protagonismo da comunidade por meio dos serviços oferecidos pela Instituição. O curso adotou um referencial tendo como base a perspectiva crítica dialética, onde o homem é visto como sujeito histórico, social e transformador de sua realidade.

O curso de Graduação em Serviço Social na UCB foi concebido de acordo com as determinações da Lei n.º 8662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social. As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) aprovadas pelo Parecer CNE/CES 492/2001. Durante o ano de 2008, a UCB recebeu a Comissão de Especialistas do Ministério da Educação e Cultura para avaliação do Curso de Serviço Social. O Curso foi avaliado como bom e reconhecido

²⁷ Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 10.10.2017.

conforme Portaria n.º 286/2009. A UCB não realiza vestibular para o curso presencial desde o primeiro semestre de 2016. Está mudando para a modalidade EaD desde então. Na plataforma e-mec consta que o curso presencial pode ter até 100 estudantes e o EaD até 200 (duzentos).

No grupo Projeção, outra instituição que oferece o curso de Serviço Social, iniciou suas atividades em 1977, oferecendo apenas o ensino fundamental na cidade de Taguatinga. Nos anos 2000, foi dado início aos cursos de graduação como faculdade. No ano de 2009 incorporou a antiga faculdade Cenequista de Brasília localizada na cidade de Ceilândia ao grupo Projeção. O curso de Serviço Social já funcionava há quase 5 anos quando foi reestruturado de acordo com a instituição hoje Faculdade Projeção Unidade Ceilândia (Grupo Projeção: 2017).

Em 2013/2º, o curso foi instalado na Unidade Guará e no ano de 2016/1º na Unidade Sobradinho. Por pertencer ao mesmo grupo, tanto o corpo docente como o PPC seguem a mesma orientação a partir de uma construção coletiva. A partir de 22 de junho de 2016, por portaria do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União (Brasil, 2016), confirmou a transformação da Faculdade Projeção em Centro Universitário. A Faculdade Projeção Taguatinga passou a ser UniProjeção. As três unidades, Ceilândia, Guará e Sobradinho, juntas ofertam 510 vagas por semestre na modalidade presencial somente para o curso de Serviço Social. Cada unidade apresenta particularidades segundo a cidade onde estão localizadas. Atualmente há na graduação mais de 25 cursos presenciais e, desde o primeiro semestre de 2017 mais de 40 cursos de graduação na modalidade EaD.(Grupo Projeção PPC: 2017)

A Faculdade Evangélica (FETAG: 2017) informa em seu site que suas atividades na área de educação superior, em 2009, autorizada por meio da Portaria MEC n.º 489/2009, ao longo desses seis anos. O histórico do curso de serviço social iniciado com a abertura da Faculdade foi retirado do site *online* há cerca de dois meses pelo fato de a referida faculdade não mais ofertá-lo. Os estudantes tiveram de se transferir para outras UFA para prosseguir com suas atividades acadêmicas.

A Universidade Paulista (UNIP) segundo seu Manual de informações acadêmicas e calendários escolar (2017) foi credenciada pela Portaria MEC n.º

550/1988 e recredenciada pela Portaria MEC n.º 1.341/2016, iniciando suas atividades em 9 de novembro de 1988. Foi constituída a partir do Instituto Unificado Paulista (IUP), do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista (IEEP), e do Instituto de Odontologia Paulista (IOP); o primeiro destes, autorizado a funcionar em 1972, inicialmente com os cursos de Comunicação Social, Letras, Pedagogia e Psicologia. A universidade conta com 27 campus distribuídos em São Paulo (capital, litoral e interior), Centro-Oeste (Brasília e Goiânia) e Manaus(AM)

Sobre o curso de Serviço Social, apesar de tentativas diversas de contatos telefônicos e pessoais todas seguiram sem sucesso. Não foi possível confirmar início do curso de Serviço Social na instituição. O Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) foi fundado em 1993 com o objetivo de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível superior. Teve autorização para funcionamento dos cursos de graduação em quatro anos na Asa Norte e depois na Asa Sul do DF. No ano de 1999, realizou parceria com a ESDEVA (empresa gráfica de grande porte no Brasil), construindo três novos prédios na Asa Norte (DF). Desde 2010, existe o Campus Ceilândia, criado para atender as regiões da Ceilândia, Taguatinga, Águas Claras e outras RA nas proximidades, sendo reconhecido, em 2011, pelo MEC como Centro Universitário. Em 2013, adere ao Pronatec, programa do ministério da educação de estímulo à capacitação técnica. Em 2014, é credenciado para a oferta de graduação e pós-graduação a distância. (IESB, 2017)

O IESB hoje possui três unidades no DF localizadas em Brasília: Asa Sul, Asa Norte e Ceilândia. No Plano Pedagógico do curso de Serviço Social (2017) consta que

O Curso de Graduação em Serviço Social, Bacharelado, criado por meio da Resolução Conselho Superior nº 04/2011, de 19/12/2011, passou a ser ofertado na Unidade Liliane Barbosa, no primeiro semestre de 2012. O objetivo inicial diz respeito à formação de um profissional com visão interdisciplinar do curso, capaz de adequá-lo à realidade socioeconômica e tecnológica emergente, bem como conciliar, com sensibilidade e competência, o conhecimento crítico necessário ao enfrentamento da questão social e seus reflexos históricos e contemporâneos.(2017, p. 23)

Atualmente esse curso, somadas as duas unidades de Ceilândia e Asa Sul podem ter matriculados até 240 estudantes cada uma. O que totalizam juntas 480 estudantes.

O Centro Universitário Estácio de Sá com sede na capital do Rio de Janeiro foi fundado em 1970. Expandiu-se em outras cidades, na década de 1996, nos municípios de Resende, Niterói e Nova Friburgo, no próprio estado. No ano seguinte, focou em nichos específicos do mercado e expandiu-se para o nordeste, implantando a primeira faculdade privada de medicina. Em 2009, iniciou ofertas de cursos de graduação na modalidade EaD. Em 2012, expandiu seus campus para Amapá, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Sul. Ampliou seus cursos em EaD e consolidou-se em São Paulo, com a aquisição da UniSeb e em Santa Catarina, a Assesc. Expandiu-se para o DF e instalou-se na cidade de Taguatinga. (Centro Universitário Estácio de Sá, 2017)

Embora conste como curso presencial o serviço social está sendo ofertado em EaD e Tele presencial com o valor de mensalidade abaixo de R\$ 300,00 (trezentos reais).A instituição oferece mais de 100 cursos de graduação nas modalidades presenciais e EaD.

3.2 O Estágio Curricular obrigatório em Serviço Social: pressupostos e realidade

Neste capítulo são analisados dois aspectos pertinentes ao objeto deste estudo. Um aborda o Estágio curricular obrigatório a partir do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada uma das Instituições que foram alvo da pesquisa. O objetivo foi verificar, conforme está definido nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) se e como o estágio curricular obrigatório está definido; a carga horária atende ao que foi estabelecido; se a carga horária do estágio curricular não obrigatório é aceita como horas complementares; se esta é total ou parcial; se os documentos específicos sobre estágio da instituição; qual a carga das atividades complementares; se as instituições estão de acordo com o estabelecido.

O segundo ponto analisa os documentos (instrumentais) existentes na pasta individual dos alunos de acordo com o estabelecido na PNE (Brasil, 2010); os instrumentais determinados e quais existem; se há uniformidade no arquivamento

entre as pastas individuais, no preenchimento e organização de uma mesma UFA; de que forma essa documentação aborda o estágio; como os procedimentos de supervisão são determinados e se há o cumprimento dessas determinações.

As Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) trazem três núcleos temáticos: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu domínio; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

O estágio curricular obrigatório é hoje parte integrante da formação profissional e objeto de análise dessa pesquisa. Nessa perspectiva, segue breve análise do PPC de cada UFA alvo da pesquisa.

Os PPCs dos cursos foram analisados a partir do estabelecido nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) do Serviço Social com recorte no estágio curricular obrigatório em serviço social que integra sua formação acadêmica. Não foram pormenorizados detalhes para que não se identifique a UFA.

O objetivo da observação e análise entre o que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) e o PPC de cada UFA alvo da observação e análise foi verificar a existência dos Núcleos Temáticos, carga horária total do curso de bacharel em Serviço Social, se o Estágio Curricular é obrigatório, se consta disciplina sobre estágio supervisionado com a respectiva ementa e contendo ainda a carga horária das atividades complementares. Tomando assim o PPC como documento que norteia a formação profissional nas UFA alvo da pesquisa.

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) do curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) foram validadas pela Resolução CNE/CES de 13/03/2002 (MEC, 2002) que estabelece, em seu art. 3º que “a carga horária do curso de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que

normatiza a oferta de curso de bacharelado.” Destacando o que é estabelecido em relação ao Estágio curricular obrigatório:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) afirmam que o estágio supervisionado é um momento privilegiado de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional. Sua carga horária mínima estabelecida é 15% sobre o total da carga horária mínima do curso estabelecida em 2700 horas. Dessa forma, infere-se que o estágio deve ter no mínimo 405 horas em sua totalidade.

É recomendado que esse curso tenha a carga mínima de 2.700 horas que devem ser cumpridas num prazo médio de quatro anos, ou seja oito semestres e com um tempo mínimo de sete semestres. Parte dessa carga horária total deve ser destinada às atividades complementares, entre as quais podem estar incluídas monitoria, iniciação científica, pesquisa, extensão, seminários e outras atividades definidas nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social. (ABEPSS, 1996):

Define atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. (1996, p. 15)

Considerando os destaques mencionados na observação e na análise realizada na instituição A pôde ser verificado que o PPC contempla os três núcleos de fundamentação da formação profissional estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996).

A carga horária das disciplinas ofertadas, nessa instituição, não será comentada por questão de sigilo ético. O estágio está contemplado no referido documento e corresponde a aproximadamente 17,8% da carga horária recomendada. Compreende-se, ao examinar o seu PPC, que esse percentual foi

calculado tomando como base a carga horária mínima de 2.700 horas total do curso estabelecido nas Diretrizes. As Atividades Complementares somam entre 90 e 100 horas. O PPC do estabelecimento não identifica o ano de início do curso. Muito embora ele seja presencial, prevê em sua grade algumas disciplinas em EaD. Nas Atividades Complementares, estão previstas a Participação em eventos; Estágios não obrigatórios; Cursos de extensão e atividades de intercâmbio; Disciplinas não previstas no currículo pleno; e ainda a possibilidade de aproveitamento de estudos²⁸; Atividades de extensão; Atividades de iniciação científica e Monitoria. Entretanto, não fica claro se há carga horária mínima e máxima para estágio não obrigatório. A instituição “A” possui o Manual de estágio e regulamento de estágio já elaborado.

Na instituição “B” a observação do PPC constatou que contempla os três núcleos de fundamentação da formação profissional estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996). A carga horária por disciplina e respectivo total que são ofertadas, também ao longo de oito semestres, não será comentada por questão de sigilo ético. O estágio contempla cerca de 18,6% do total da carga horária. Da mesma forma que a instituição “A”, a carga horária do estágio refere-se ao total de horas, tomando como base a carga horária mínima de 2.700 horas total do curso estabelecido nas Diretrizes. As Atividades Complementares somam entre 90 e 100 horas. O PPC da instituição não identifica o ano de início do curso. Não foi identificada a existência de oferta de disciplinas na modalidade EaD. Nas Atividades Complementares estão previstas a Participação em eventos; Estágios não obrigatórios; Cursos de extensão e atividades de intercâmbio; Disciplinas não previstas no currículo pleno (aproveitamento de estudos); Atividades de extensão; Atividades de iniciação científica e Monitoria. Fica estabelecida a carga horária máxima de aproveitamento de horas de estágio. Essa instituição também possui já elaborado o Manual de estágio, sendo que o seu regulamento não foi identificado.

Iamamoto (2014, p. 620) destaca que os núcleos de fundamentação são complementares e interdependentes entre si e abrangem “dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas, que podem ser continentais, nacionais, regionais e/ou locais e que determinam o trabalho profissional”. Há uma centralidade que é atribuída à prática na formação acadêmica.

²⁸ Quando o estudante faz transferência de uma UFA para outra há realização de aproveitamento de estudos. Refere-se à disciplinas que já foram cursadas.

O processo de formação construída, a partir da identidade e dimensões apontadas nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) relaciona-se às condições do processo de formação profissional que conduz a uma mudança na identidade dos profissionais de serviço social. Neste contexto o estágio supervisionado curricular tem importância ímpar por representar a inserção do estudante em campo sócio ocupacional por propiciar a vivência direta da intervenção profissional na realidade das diversas expressões da questão social com a possibilidade de um debate sob o olhar dos supervisores de campo e acadêmico. Foram identificadas informações mais detalhadas em ambos os PPC, mas, que não foram abordadas para que fosse preservado o sigilo de ambas.

3.3 Documentação do Estágio curricular obrigatório do Serviço Social: realidade percebida e considerações à luz do estabelecido pela PNE

À primeira visita, as UFAs foram agendadas previamente, por telefone, com dois ou três dias de antecedência. Esta ocorreu nos três possíveis alvos da pesquisa com o objetivo de esclarecer como seria realizada a observação dos dados. As intuições foram aleatoriamente elencadas como A, B e C independentemente da ordem de visita. A segunda, foi agendada com intervalo de uma semana a quinze dias com tudo planejado para a observação dos dados.

Ao chegar à instituição “A” o acolhimento foi realizado por uma profissional que previamente já aguardava a visita. A data e horário foi agendada quinze dias antes. O local contava somente com a presença da recepcionista. O que permitiu total privacidade para a observação documental. A sala era ampla. Após ser direcionada a uma mesa para que pudesse me acomodar e me foi disponibilizado o arquivo com indicação das gavetas que continha pastas individuais de estudantes que concluíram o estágio no 1º e 2º semestres de 2016. O projeto Pedagógico foi disponibilizado para a busca de dados na forma eletrônica através do e-mail, assim como o manual de estágio de forma espontânea, por iniciativa da instituição, para que pudesse examiná-lo com mais calma disse a pessoa que me recebeu.

Inicialmente foram retiradas 20 pastas individuais do arquivo da instituição “A”, de modo aleatório, observadas e comparadas entre si. Na sequência de 12

pastas, repetiram-se os aspectos observados sendo dispensadas as demais pastas. Foram realizadas anotações e percepções de acordo com o roteiro que foi elaborado tomando por base a PNE (ABEPSS, 2010). Na mesma sequência será apresentada e relatada a análise da observação documental.

Em relação a instituição “B” o agendamento foi realizado com uma semana de antecedência para a segunda visita. Já na primeira visita para os esclarecimentos devidos, foi apresentada a carta de anuência. O dia e horário da semana foi estabelecido pela instituição “B” por ser mais tranquilo. Chegando ao local somente estava presente à coordenadora de estágio. Prontamente ela mostrou o arquivo com as pastas individuais e a localização das pastas relativas aos estudantes que concluíram o estágio no 1º e 2º semestres/2017. Entretanto selecionou as pastas, que demonstravam estar mais organizadas. Havia dois arquivos um com pastas individuais mais completas (com número de instrumentais a mais) em um espaço separado e outras no arquivo da sala mais acessível (considerados incompletos). Foram retiradas 10 pastas de cada arquivo. Entretanto, foram pré-selecionadas pela coordenadora de estágio.

O documento principal utilizado para análise dos dados foi a PNE (2010, ABEPSS). quanto ao seu conteúdo e em seguida de acordo como o roteiro contido nele sobre os instrumentais e respectiva a análise a partir do que foi observado nas pastas individuais. Destaque-se que a PNE (ABEPSS, 2010) traz o termo Estágio Curricular Obrigatório para definir o estágio que faz parte como conteúdo obrigatório do currículo da UFA, Estágio curricular não obrigatório que pode fazer parte da formação, mas não há obrigatoriedade de seu cumprimento e estágio supervisionado, para esclarecer que ambos os estágios curricular ou não curricular devem ser supervisionados.

A PNE (ABEPSS, 2010) é dividida em seis tópicos. Sendo eles a apresentação que descreve a política como um todo. Inicialmente aborda a Universidade e a Questão do Estágio, afirmando que a necessidade da Política Nacional de Estágio sempre demonstrou tensões e desafios pelo fato de o estágio demandar historicamente a necessidade de construção de parâmetros orientadores por este fazer parte do processo de formação e exigir parâmetro orientadores e consonantes com o projeto ético político.

Este tópico faz a justificativa da necessidade da existência da PNE (ABEPSS, 2010) mais que nunca necessária diante da mercantilização do Ensino da graduação com a expansão das UFA nas modalidades EaD, precarização do trabalho e redução de direitos sociais. A justificativa da necessidade de construção dessa Política Nacional de Estágio foi fundamentada com autores e autoras que trazem uma discussão teórica sobre a profissão na contemporaneidade como lamamoto (1998), Guerra (2002), Chauí (2001), Behring (2002), além de documentos elaborados a partir de discussões coletivas da categoria com a liderança do conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS e movimento estudantil do Serviço social, ENESSO. É enfatizada nessa justificativa a necessidade de que o processo de formação de estágio deve compreender a profissão em seu contexto histórico e interventivo que envolve o processo de trabalho do profissional de serviço social.

Num outro ponto a PNE (ABEPSS, 2010) traz a discussão sobre os princípios que norteiam o estágio curricular afirmando que deve estar em sintonia com os princípios éticos estabelecido no Código de Ética do/da assistente social (CFESS, 1993). Preservando a liberdade, combatendo o preconceito e formas de discriminação e comprometendo-se com a prestação de serviços com qualidade respeitando o pluralismo existente nos espaços de vivencia do estágio.

Também é estabelecido na mesma PNE (ABEPSS, 2010) o princípio que articula a formação e o exercício profissional possibilitada pela interlocução entre as partes envolvidas no estágio: estudantes, professores e assistentes sociais dos campos de estágio.

O estágio não deve ser concebido como mero cumprimento de carga horária, mas como espaço onde ocorre a articulação entre formação e exercício profissional em que campo e academia não dissociam o estagia e a supervisão acadêmica de campo. Deve haver a existência do processo ensino aprendizagem do estudante que está inserido na atividade didático pedagógica onde conjuntamente a capacidade investigativa, olhar crítico sobre a realidade, capacidade de intervenção na realidade devem existir. A articulação entre universidade e sociedade deve ocorrer a fim de construir respostas às demandas e desafios contemporâneos.

A PNE (ABEPSS, 2010) estabelece que o Estágio Curricular Obrigatório deve estar sincronizado com os princípios ético-políticos, explicitados no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), que se constituem como os valores norteadores do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Este prevê a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Todas as dimensões da profissão que devem ser contempladas durante o processo de aprendizado no campo de estágio curricular obrigatório em conjunto com a supervisão acadêmica.

Não se pode pensar estágio como local de prática dissociado da teoria. O processo dialético é um processo onde teoria e prática não se distanciam e nem são distintos. Associa-se a este princípio a existência da interdisciplinaridade na relação dos diversos conhecimentos trabalhados ao longo da formação que propicia a vivência coletiva sócio institucional com diversas profissões. A PNE (ABEPSS, 2010) ainda aponta como princípios e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão sob o ponto de vista de totalidade onde os diversos espaços de intervenção se ajustam.

Assim a PNE (ABEPSS, 2010) estabelece no seu quarto item que:

A concepção de estágio curricular supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital.(2010, p.14)

O estágio supervisionado é um espaço privilegiado que oportuniza um leque de conhecimentos diferentes seja nas modalidades obrigatório ou não obrigatório. Há a necessidade da existência da articulação entre coordenadores de curso, coordenadores de estágio, supervisores acadêmicos, supervisores de campo e estudantes de modo sincronizado. O que resulta na formação de profissionais cientes de suas competências e habilidades norteados e em consonância com o Projeto Ético Político profissional.

Na própria PNE (ABEPSS, 2010) há a afirmativa de que sua construção ocorreu a partir das orientações e determinações da Resolução 533 (CFESS, 2008) abordada anteriormente. A necessidade de construção da dessa Resolução 533

(CFESS, 2008) ocorreu quando da mercantilização do ensino superior com expansão de instituições de ensino superior privadas nas modalidades presencial e EaD (CFESS, 2010). A concepção de estágio destacada determina o estágio nas modalidades obrigatória e não obrigatória: a partir do amparo estabelecido pela Lei 11.788/08 (BRASIL, 2008) sob o contexto de precarização do trabalho e necessidades envolvendo uma conjuntura complexa quando pensado sob o ponto de vista do perfil de estudantes de Serviço Social versus competências profissionais e o processo que envolve a supervisão do estágio durante o processo de formação profissional.

Necessariamente o Estágio curricular supervisionado, a partir do estabelecido na PNE (ABEPSS, 2010), está vinculado não somente ao Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993) ou às atribuições e competências estabelecidos na Lei de Regulamentação da profissão nº. 8662 (BRASIL, 1993) ambos de 1993, nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), na Lei n.º11.788 (BRASIL, 2008), e na Resolução n.º 533 (ABEPSS, 2008), mas, está contido e vinculado ao Projeto ético-Político-Profissional cujo objetivo é capacitar o estudante para a atuação profissional, a partir de uma supervisão acompanhada e sistematizada respeitando os planos de estágio que devem ser elaborados em conjunto entre a unidade de ensino, a unidade campo de estágio em consonância como o período letivo. A PNE (ABEPSS, 2010) infere que:

O processo do estágio supervisionado curricular obrigatório pressupõe supervisão direta, constituindo-se conforme prevê o art. 4º, §1º, da Resolução nº 533/CFESS, a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pela UFA e as instituições públicas ou privadas que oferecem campos de estágios. Tem como matéria-prima para os supervisores o processo de aprendizagem, que vai se afirmando diante da intencionalidade, da orientação, do acompanhamento sistemático e do ensino, na perspectiva de garantir ao estudante o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimentos sobre a realidade com a qual se defronta no estágio e de intervir nessa realidade, operando políticas sociais e outros serviços. (2010, p. 16)

O estágio curricular não obrigatório, estabelecido pela Lei n.º11.788 (BRASIL, 2008) tem caráter opcional se assumido pela UFA em seu próprio PCC mas, exige acompanhamento acadêmico da unidade de formação e do supervisor de campo de estágio e deve estar de acordo com a Resolução 533 (CFESS, 2008) e a PNE (ABEPSS, 2010) e observando se esta modalidade de estágio apenas se

vale do/a estudante como força de trabalho e desconfigura a dimensão educativa que o estágio deve ter, frente às alterações implicadas no mundo do trabalho, Políticas Sociais, Estado e sociedade civil.

O quinto item infere sobre as atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado, distinguindo os papéis de cada um dos sujeitos envolvidos como protagonistas sob acompanhamento acadêmico e em campo das atividades prático-institucionais por parte do estudante, ou seja, envolve o assistente social da instituição que é responsável pelo campo de estágio, o supervisor acadêmico, o estudante e as demais pessoas que desenvolvem o processo coletivo na realização das atividades didático-pedagógicas da supervisão.

A Resolução 533 (CFESS, 2008) e a PNE (ABEPSS, 2010) definem o papel de cada um dos principais envolvidos no estágio supervisionado: ao supervisor acadêmico estabelece o papel de orientar os/as estagiários/as, durante a atividade, sob o olhar das dimensões profissionais e em conformidade com o plano de estágio. Ao supervisor de campo cabe a responsabilidade de inserção, acompanhamento, e avaliação do estudante também em consonância com o plano de estágio. Sendo que este deve ter sua elaboração em consonância com o PPC e programas institucionais e vinculados ao campo de estágio, com diálogo permanente entre estudante, supervisor acadêmico e supervisor de campo.

Ao/a estagiário/a é estabelecido na PNE (2010):

E ao(à) **estagiário(a)**, sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (2010, p. 20)

A PNE (ABEPSS, 2010) definiu as atribuições dos sujeitos envolvidos no estágio: o supervisor acadêmico, o Supervisor de campo e o estudante estagiário, o coordenador de estágio, que desempenha o papel de gestor colocados no formato de quadro que consta no Apêndice IV, para melhor visualização. Foi com base no que está estabelecido na Resolução 533 (CFESS, 2008) e com as descrições transcritas no referido que o referido apêndice foi elaborado e destacados os instrumentais do Apêndice II.

O item 06 da PNE (ABEPSS, 2010) abrange as estratégias de operacionalização do Estágio Supervisionado e elenca exigências pedagógicas das UFA, cujas responsabilidades são atribuídas aos coordenadores de cursos e de estágio, aos supervisores acadêmicos, e aos supervisores de campo, a partir do que é definido como as Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), na Lei de estágio n.º 11. 788 (BRASIL, 2008) e na Resolução n.º533 (CFESS, 2008).

A PNE (ABEPSS, 2010 p. 27) reafirma que estágio curricular obrigatório²⁹, com base no estabelecido pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) é “uma disciplina, de caráter obrigatório, ocupando percentual considerável da carga horária global do curso. E o não obrigatório que não possui definição específica. O destaque é para a afirmação de que, em nenhuma hipótese, a realização do estágio não-obrigatório substituirá o obrigatório.

Para analisar os instrumentos do estágio curricular obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas do Distrito Federal, segundo o que está determinado na PNE (ABEPSS, 2010) inicialmente foram observados os Manuais de estágio, PPC, as pastas individuais dos estagiários de serviço social que concluíram o estágio curricular obrigatório nos 1º e 2º semestre de 2016 e outros documentos disponibilizados pelas UFAs A e B.

Sistematizar a prática é um dos grandes desafios do Serviço Social e, apesar do esforço, sabe-se que há uma grande lacuna teórica a ser superada. Contudo os registros trazem informações relevantes sobre a realidade. Martins (2017) tematiza:

Nesta área um elemento fundamental são os documentos profissionais: os registros produzidos a partir das competências e atribuições do assistente social.[...] Tais instrumentos possuem um papel singular na cultura do Serviço Social, integrando há muito a formação profissional, seja como veículo de emissão da opinião do assistente social, seja como mecanismos institucionais de fixação de experiências, realização encaminhamentos e solicitações. (2017, p.66)

Para que fosse realizada a observação documental, foi obtida autorização em três das dez presenciais existentes. UFA A e B que tiveram as pastas individuais observadas, e C que não possuía arquivo com pastas individuais,

²⁹O termo usado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPS, 1996) é Estágio Supervisionado. Os termos Estágio Curricular Obrigatório e Estágio Curricular não Obrigatório é usado na PNE (ABEPSS, 2010)

fato que inviabilizou a observação e análise que seria realizada. Portanto, somente o estágio das primeiras foram objeto de análise. Em alguns itens analisados, as instituições não foram identificadas, apenas descrito o resultado da observação para preservar o anonimato de ambas.

Para cursar a disciplina de estágio supervisionado, é necessário que o estudante de Serviço Social tenha cursado disciplinas que são pré-requisitos. A PNE (ABEPSS, 2010) reafirma o disposto nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) do Serviço Social (ABEPSS, 1996):

Assim, somente tendo cumprido as disciplinas de fundamentos histórico teórico-metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão, é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio.(2010, p. 29)

Observados os PPC apenas a UFA “A” traz definidos os pré-requisitos das referidas disciplinas. A UFA “B” não dispõe de qualquer observação quanto às disciplinas que exigem pré-requisito para que sejam cursadas.

Acatar o que é determinado na PNE (ABEPSS, 2010) fortalece a profissão, ao mesmo tempo em que articula UFA com campos de estágios, entidades de representação profissional e estudantil quando da ocorrência de encontros, fóruns, seminários, debates, entre outros que estão diretamente conectados aos campos e temáticas que envolvem o estágio.

Dessa forma, a PNE (ABEPSS, 2010) aprofundou as exigências e determinações das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996), da lei n.º 11.778 (BRASIL, 2008), da Resolução n.º 533 (CFESS, 2008) e estabelecendo exigências para a realização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório.

A observação e análise de dados tiveram o objetivo de verificar como o estágio estava teórico e metodologicamente documentado, tomando como base o PPC, o Manual próprio, a listagem encaminhada ao CRESS e os instrumentais componentes das pastas individuais do estudantes/estagiários que o cumpriram totalmente no 1º ou 2º semestre de 2016 nas instituições alvo da pesquisa.

Houve a necessidade de verificar de que maneira, no contexto da formação por meio do Estágio curricular obrigatório, ele está caracterizado dentro do contexto em que Martins (2017) afirma ser uma discussão técnica realizada pelos próprios assistentes sociais no exercício da profissão que o protege e ao mesmo tempo da concretude e orienta a atuação profissional.

O roteiro utilizado para a observação e análise foi elaborado com base nas atribuições dos sujeitos envolvidos no estágio supervisionado, segundo a PNE (ABEPSS, 2010): o supervisor de campo e o assistente social que ocupam o espaço sócio ocupacional; o supervisor acadêmico docente responsável pela disciplina de estágio, assim como sua supervisão acadêmica, o Coordenador de estágio, o gestor do estágio curricular obrigatório ou não obrigatório que pode ser alguém específico para o cargo ou o próprio coordenador do curso que desempenha esse papel e o estagiário, que é um estudante do curso de serviço social em formação.

Entre as pastas individuais examinadas e as respectivas listagens encaminhadas ao CRESS/DF, não foram identificados estagiários que cumpriram o estágio curricular não obrigatório.

É previsto e descrito pelo Manual de estágio de uma das UFAs que as vagas disponíveis serão divulgadas e que será celebrado acordo e termo de compromisso entre as partes envolvidas, ou seja, estagiário e supervisores de campo e acadêmico. O manual de uma das UFAs fala sobre qualquer modalidade de estágio, mas não destaca o estágio curricular não obrigatório. Sobre a outra UFA nada é mencionado. Mesmo o curricular não obrigatório tendo sido citado no PPC de ambas as instituições, este não está contemplado nos referidos manuais que remetem procedimentos somente ao Estágio curricular obrigatório.

A própria PNE (ABEPSS, 2010) traz apontamentos contidos nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) quanto à modalidade de estágio curricular não obrigatório. No documento, as orientações são para que essa modalidade de estágio seja computada como horas de Atividades Complementares, devendo estar previstas no PPC da UFA.

As horas de estágio curricular não obrigatório podem estar no rol de atividades complementares, assim como acontece com o conjunto de disciplinas optativas e eletivas. Somam-se aos seminários, oficinas, entre outras em conformidade com exigências da LDB (BRASIL 1996) e por isso assume a configuração de atividade complementar, disciplina ou outra forma, prevista nos projetos pedagógicos dos cursos. Elas Podem ocorrer desde que sob supervisão acadêmica (PNAS: 2010):

A carga horária do estágio obrigatório vem necessariamente definida no Projeto pedagógico do curso, a do estágio não-obrigatório é necessariamente indefinida, pois é adequada às necessidades do órgão ou instituição demandante (concedente, nos termos da Lei), ainda que sob o crivo da UFA e de sua respectiva Coordenação de estágio/Comissão. (2010, p. 31)

Os pontos de diferença entre o estágio curricular obrigatório e não obrigatório estão na consideração de horas que devem ser validadas pelo (a) supervisor (a) de campo de estágio. Estas contam e são registradas no histórico escolar do estudante e deve ser comprovado que foi ofertado como disciplina. Ou seja, a frequência ao campo de estágio é um documento com registros e que deve ser referendado como tal. Nos dados observados não foi encontrado em nenhuma das UFAs qualquer pasta de estudante com estagio curricular não obrigatório.

A orientação da PNE (ABEPSS: 2010) é para que os planos de estágio sejam elaborados em conjunto pelo supervisor de campo, estagiário (a) e supervisor acadêmico.

Os planos de atividades do Serviço Social nas instituições (campos de estágio) devem expressar claramente os objetivos da mesma, seus aspectos jurídico-normativos, organização do Serviço Social, atividades a serem desenvolvidas no campo (programas e projetos), bem como os objetivos do estágio. Este documento juntamente com as demais exigências administrativas-burocráticas, servirá como norteador para abertura institucional dos campos, junto às UFAs de Serviço Social. (2010, p. 33)

Do conjunto de determinações da PNE (2010) foram destacadas na observação do Plano de Estágio a elaboração do documento pelo estudante, em conjunto com os seus supervisores acadêmico e de campo, contendo objetivos e atividades que serão realizadas durante esse período. A previsão da construção deve ser realizada com a participação dos três sujeitos envolvidos, ou seja, supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário(a).

Como os documentos não foram validados com assinatura e carimbo, nem traziam a descrição de quem os havia elaborado em sua introdução, em sua maioria não foi possível certificar se havia sido cumprida a orientação de construção conjunta. O fato de não estar assinado e constar na pasta individual demonstra fragilidade na validação de realização de etapas do próprio estágio curricular obrigatório em seu modo documental. A documentação no exercício profissional é o que define e comprova seu caráter interventivo. documentação um elemento constitutivo da ação profissional. É a documentação que materializa a realização da ação. Lima et al (2007) afirmam que:

É através da sistematização da intervenção que se desenvolvem tanto os processos investigativos sobre a realidade social, os sujeitos e o processo de intervenção profissional, quanto de marcos orientadores para as ações profissionais articuladas em diferentes processos de intervenção, como também na articulação entre esses mesmos processos.¹ Para tanto, destaca-se a importância das análises e/ou diagnósticos sobre a realidade social e sobre as demandas singulares da população atendida. (2007, p.97)

A partir do observado nos planos de estágio em ambas as UFAs, há cronograma e descrição das atividades institucionais e específicas do Serviço Social que serão realizadas pelo supervisor de campo e estagiário. Alguns trazem destacados que durante um período o estagiário somente observará as rotinas e atividades.

Outros aprofundam em seus planos de estágios as atividades específicas que serão realizadas pelo estagiário como atendimentos supervisionados, elaboração de relatório social, realização de visita domiciliar, atendimentos, entrevistas, leituras com referências direcionadas ao próprio campo de estágio, participação em reuniões, seminários, congressos. Todas essas atividades são destacadas nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996) como um dos princípios fundamentais que fundamentam a formação profissional e compõem as matérias, as expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional.

Consta das Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABEPSS, 1996)

que:

Seminários temáticos: momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade. Oficinas/laboratórios: espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.

Atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. (1996, p 14)

As atividades previstas nos referidos planos de estágio puderam ser verificadas se haviam ou não sido realizadas através dos relatórios mensais. A partir da observação do conteúdo de seu registro. Em ambas as instituições, A e B as informações registradas pelos estagiários não fazem qualquer menção à visita de supervisor acadêmico ou do coordenador do estágio ao campo de estágio.

Os registros das atividades diárias, semanais e mensais são realizados entre três a cinco linhas, de acordo com a atividade diária e limita-se a atividades cotidianas, de forma muito resumida e meramente descritivas, sem muito aprofundamento teórico-crítico ou fundamentação teórica com a utilização de referencial bibliográfico. Observam Lima et al (2007):

Quando a atenção está voltada para o momento da documentação da intervenção profissional, precisa-se, necessariamente, ir além da mera descrição, bem como devem ser adensados a ela novos elementos. [...]. É fundamental não perder de vista a *avaliação*... O *planejamento* das ações profissionais também tem de ser considerado, uma vez que é por meio dele que se traçam os objetivos e as finalidades, propondo atividades, meios, e buscando recursos para atingi-los ao longo de um determinado período de tempo. (2007, p. 101-103)

A participação em seminários, reuniões, encontros, constam de forma esporádica nos registros, mas sem fazer menção ao conteúdo abordado de forma que tenha ressaltada a importância, relevância, contribuição que a participação impactou ao participante, nesse caso o estagiário

Em relação aos supervisores acadêmicos foi observado nas leituras dos relatórios mensais de atividades realizadas e nas listagens encaminhadas ao CRESS que em ambas as instituições há profissionais específicos para a coordenação dessa atividade curricular obrigatória e que o supervisor de campo e o acadêmico não são os mesmos profissionais. O que atende as orientações determinadas na própria política de estágio.

A comprovação também pôde ser verificada, por meio dos carimbos e assinaturas contidos nos instrumentais e na identificação dos profissionais nas fichas de identificação institucional. Chamou a atenção, entretanto, haver muitos instrumentais com registros das informações determinadas pela PNE (ABEPSS, 2010), mas sem a oficialização formal. Ou seja, sem o registro de local, data, assinatura e carimbo. Mesmo havendo campo de preenchimento específico.

Devem ser consideradas as finalidades a que se propõe a documentação no direcionamento profissional quanto à sistematização. Documentar implica atingir um objetivo profissional que pode estar ligado a questões comprobatórias de planejamento, gestão, organização de rotinas ou cumprimento delas. Nesse caso, a documentação faz parte do que comprova a formação profissional e envolve aspectos éticos, de responsabilidade no ensino, na instrumentalidade da profissão e indissociabilidade entre prática e teoria, por envolver as dimensões da profissão, e ainda produzir um sistema de informação. O cotidiano e sua dinâmica influenciam a rotina e dia-a-dia profissional. Lima et al (2007) destacam que

são perceptíveis as dificuldades que os profissionais têm de registrar cotidianamente suas ações profissionais. Alegam falta de tempo devido à sobrecarga e ao grande número de atendimentos e ações e, ainda, às inúmeras atividades a serem relatadas. (2007, p. 97)

Outra observação que merece destaque é o fato de haver instrumentos duplicados, ou seja, com duas cópias originais ou com o instrumental repetido, mas com conteúdo diverso, conservados na mesma pasta individual

Foram encontrados nas pastas individuais alguns instrumentais repetidos. Por exemplo, folha de frequência com duas originais ou com registros do mesmo período cronológico, mas, com registros em datas e carga horária diferentes. O que ocorreu com as folhas de frequências, termo de compromisso de estágio,

relatórios mensais de atividades. Houve pastas que traziam instrumentais com modelos da UFA e outro no modelo da instituição campo de estágio. O modo como estavam arquivados nunca seguiam a mesma sequência. Não foi encontrada nenhuma pasta com a exata ordem de instrumentais arquivados tanto numa como na outra. Sempre estavam soltos e com ordem sequencial aleatórias. Em algumas pastas, havia entre dois e quatro instrumentais e em outras, todos estavam fora de ordem. Também foram percebidos diversos instrumentais com campos de identificação da instituição em branco, ou quando preenchidos, estavam sem assinaturas e somente com carimbos ou rubricados e sem carimbos, com ausência de datas e local.

Uma única pasta em que todos os instrumentais estivessem devidamente anexados, ou que o seu conjunto estivesse completo, coerente, identificado de forma organizada, sequencial e cronológica, não foi localizada em nenhuma das instituições. Havia ausência de documentos importantes como a declaração de conclusão do estágio. Sem deixar de mencionar documentos com rasura, corretivos, que tiram a veracidade das informações.

Nas pastas individuais que tiveram seus dados observados não foram encontradas instrumentais contendo avaliações do estagiário sobre o supervisor de campo, ou sobre a instituição, nem registros sobre desligamento ou mudança de algum dos campos de estágio. Mas há instrumentais que se referem à avaliação do estagiário por parte do supervisor de campo. Nas etapas, constituídas de períodos semestrais realizadas.

É preciso refletir que o registro documental, conforme previsto na PNE, deve considerar que, no dia-a-dia profissional, há o acúmulo de atividades que influencia esse registro por demandar tempo para o profissional.

Essa realidade desafia ao profissional a conseguir cumprir tudo o que lhe cabe em termos de procedimentos técnicos operacionais. Matos (2015) reflete:

Ora, se pensamos que é neste escopo que se realiza o estágio supervisionado, isto é, no âmbito institucional, é preciso estar sintonizado com tais modificações com capacidade de leitura crítica sobre elas, examinando que estão articuladas com um contexto de alterações mais ampliado e que impactam no exercício profissional, no âmbito das competências e atribuições privativas trazendo desdobramentos também para a questão do estágio supervisionado. Nesse sentido, compreende-se que competência se refere à capacidade de apreciar, decidir ou fazer algo, ou seja, se estabelecem como competência ações que os demais profissionais, incluindo o assistente social, podem exercitar, pois não são exclusivas de um determinado profissional. Por outro lado, a atribuição se expressa no direito e no poder de realizar algo, sendo um privilégio, uma prerrogativa. Ou seja, ações que estejam exclusivamente no âmbito da profissão, como por exemplo, a supervisão direta de estagiários em serviço social. (2005, p. 681)

Foi determinado que o limite de estudantes por turma não fosse além de 15 para que as especificidades da disciplina de estágio e os critérios de avaliação institucional fossem assegurados. Além da indicação de subdividir as turmas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social³⁰. Segundo observação dos documentos, nas listagens enviadas ao CRESS, a quantidade de estudantes por supervisor acadêmico tem sido respeitada. Mas não foi possível verificar quanto à temática.

A resolução n.º533 (CFESS, 2008) em seu artigo 1º determina que:

Art. 1º. As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando. I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos ;II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo; III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado. **Parágrafo 1º.** Para efeito desta Resolução, considera-se estágio curricular obrigatório o estabelecido nas diretrizes curriculares da ABEPSS e no Parecer CNE/CES 15/2002, que deverá constar no projeto pedagógico e na política de estágio da instituição de ensino superior, de forma a garantir maior qualidade à formação profissional. **Parágrafo 2º.** O estágio não obrigatório, definido na lei n.º 11.788/2008, deverá ocorrer nas condições definidas na referida lei e na presente Resolução. **Parágrafo 3º.** A abertura de campos/vagas ao longo do semestre/ano letivo deverá ser comunicada ao CRESS até quinze dias após sua abertura.

³⁰ Grupos temáticos de Pesquisa definido pela ABEPSS: políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc. que devem ser organizados conforme realidade dos campos de estágio e quando possível.

Nas listagens encaminhadas ao CRESS pode ser verificado o não cumprimento de 30 dias para o comunicado de encaminhamento de estagiários aos respectivos campos. Estas devem conter: Nome do estagiário, semestre que está cursando, supervisor de campo, com o respectivo registro no CRESS, a carga horária a que está submetido na instituição em que atua, o nome do supervisor acadêmico, que é um docente, e a data de início de estágio no referido campo

Em uma UFA, consta na listagem os campos de informação: nome e matrícula do aluno, nome do supervisor de campo, com o número de registro do CRESS, nome do supervisor acadêmico e número de registro no CRESS e nome do campo de estágio. Estava faltando a informação sobre o semestre de estágio. Na outra UFA, os campos existentes na listagem encaminhada são: nome do estudante e semestre letivo e semestre do estágio (I ou II), local campo de estágio, número de registro, telefone e nome do supervisor de campo, supervisor acadêmico com o número de registro do CRESS.

Quanto ao estagiário, foi percebida a incompatibilidade de horas com sincronia entre as realizadas no campo de estágio e o andamento da frequência à disciplina de estágio supervisionado no semestre. O fato de alguns trabalharem faz com que as horas previstas no PPC da UFA para cada semestre, sejam cumpridas em apenas dois meses (50% do total da carga horária em cada mês) de forma intensiva desconectando a teoria da prática que deveriam estar dentro de um mesmo processo, como se esta última fosse um evento e a teoria outro e ocorressem de modo dissociado.

O cumprimento de carga horária de estágio está disposto nas Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) e é reafirmado abaixo pela PNE (ABEPSS 2010):

Seguindo, ainda, as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 30h semanais (conforme lei do estágio), além da realização de, no mínimo, 03 horas/aula semanais de supervisão acadêmica. As exigências de cada nível de estágio devem seguir especificidades e atividades progressivas, coerentes com os demais componentes curriculares e objetivos próximos ao conteúdo do período cursado. (2010, 29)

Nessa linha de raciocínio, quando o (a) estudante cumpre sua carga-horária de maneira compactada em um ou dois meses, além de não vivenciar o processo de ensino aprendizagem de sua formação profissional com todas as prerrogativas nele contidas, há o fato de infringir o que está determinado nas Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) e reafirmado na PNE (ABEPSS: 2010, p.29):

Ao deparar-se com situações de estudantes trabalhadores, que possuem demandas específicas de horário, o cumprimento do estágio deve seguir as mesmas exigências de qualificação e de acompanhamento, cabendo à UFA definir em suas respectivas políticas de estágio as estratégias para assegurar esse processo, tais como a oferta da disciplina em horário especial e outras alternativas, coerentes com os princípios e objetivos aqui expressos. Deve-se, ainda, assegurar, nos projetos pedagógicos, a carga horária diferenciada na disciplina estágio supervisionado, garantindo aos docentes responsáveis, as condições coerentes com as tarefas extraclasse que a mesma exige (visitas aos campos, atividades dos fóruns de estágio, cursos de capacitação de supervisores, dentre outras). Vale ressaltar a demanda exigida, atualmente, pela qualidade no processo de supervisão acadêmica, pois se trata de uma das prerrogativas profissionais (a docência em Serviço Social), que, mediante as alterações da legislação em vigor, ampliou-se, significativamente, o rigor da fiscalização sobre esta atividade profissional, no que tange ao estágio. (2010, 29)

As determinações previstas dos documentos colocam aos profissionais e estudantes envolvidos um desafio ímpar. Como conseguir profissionais disponíveis para a supervisão de estagiários no fim de semana para os estudantes que trabalham numa jornada de 44 horas semanais, por exemplo? Como exigir ou sugerir que este estudante deixe seu trabalho, principalmente nos casos em que estão inseridos numa UFA privada e dependem de seu salário para honrar o pagamento de suas mensalidades? E de que forma, diante de todo este contexto, pode-se garantir uma formação de qualidade? Ao mesmo tempo em que afirma que deve ser vista a situação de quem trabalha, há uma incoerência com a qualidade da formação. O tempo de amadurecimento e aprendizado fica instantâneo e rápido dissociando de certo modo a teoria e a prática. Corre-se o risco de, no entendimento do estudante, ele considerar que se trata de um mero cumprimento formal de horas em campo de estágio.

Em relação à carga horária semanal as UFA A e B, notou-se que estão em conformidade com o estabelecido. O cumprimento de horas não tem, segundo registros nas folhas de frequência, ultrapassado as 30 (trinta) horas semanais.

As condições que envolvem o estágio em determinadas UFAs perpassa a qualidade do ensino que, inserido num processo de mercantilização, tenha como objetivo principal o lucro e o grande número de estudantes. Iamamoto (2017) apresenta os seguintes dados:

Em levantamento efetuado em 2015 junto aos CRESS. (CFESS, 2014), a Comissão de Fiscalização do CFESS identificou situações que ferem a excelência do processo formativo: supervisor de campo com número excessivo de estagiários em relação à carga horária de trabalho; supervisor de campo sem vínculo trabalhista, atuando como voluntário; profissionais contratados exclusivamente para supervisão, com desconhecimento da dinâmica institucional; estágios sem supervisão direta de assistentes sociais. Na supervisão acadêmica são registradas situações como: excesso de estagiários, supervisão presencial esporádica, supervisão realizada à distância, acúmulo de papéis de supervisor acadêmico e de campo. Esta é uma questão que com certeza exige a atenção de todos. (2017, p. 33)

É estabelecido pela PNE (ABEPSS, 2010) a realização do Fórum de Supervisores, a fim de articular estratégias das unidades de ensino com a presença de docentes, profissionais e estudantes para que sejam pensadas as facilidades e dificuldades que permeiam a formação profissional no processo de realização do estágio que, particularmente no Distrito Federal, acontece em cada UFA, por iniciativa das coordenações de curso e de estágio supervisionado e no âmbito do Distrito Federal, no CRESS local.

A ABEPSS, com seu projeto ABEPSS Itinerante, desde 2011, tem engendrado esforços para mobilizar a categoria em discussões de interesse. Inicialmente o tema central foi sobre as Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) e, em 2014, foi o “Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo redes”. Essa mobilização ocorreu com a realização de 35 oficinas, em 23 estados, contando com a participação de 900 pessoas advindas de 63 UFAs.

Pelos instrumentais existentes nas pastas individuais e nos manuais de estágio, não foram encontrados registros sobre os seus campos e numa ocorrência de fórum de supervisores por parte de ambas as UFAs pesquisadas. Mas é de conhecimento da pesquisadora que há divulgação ampla no espaço acadêmico e nas redes sociais. Para informações mais detalhadas, seria necessária a realização de entrevistas. Esse procedimento não fez parte da metodologia da pesquisa.

Outro ponto verificado na pesquisa foi o número maior de estagiários supervisionados por supervisor acadêmico que aquele determinado na PNE em uma

das UFAs. Confrontando-se essa informação com a listagem encaminhada ao CRESS/DF, foi constatado que nela não houve turmas com supervisor de estágio acima do estabelecido

Mas em contrapartida pôde ser observada a existência de Plano de intervenção, constando quatro ou cinco nomes de estagiários. Esse fato fere a determinação de haver um estagiário para cada dez horas de carga horária semanal. Partindo do determinado na CLT (BRASIL, 1943), com o cumprimento de 44 horas semanais ou ainda o que foi estabelecido na PLC 152/2008 de 26/08/2010 (BRASIL, 2010) que a carga horária semanal do profissional de Serviço Social é de 30 horas, indica que o profissional está infringindo a lei ou sendo infringido.

CONSIDERAÇÕES

Considera-se que o objetivo geral dessa pesquisa que se propôs a analisar os instrumentos e instrumentais do estágio obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas do Distrito Federal segundo o que está determinado na Política Nacional de Estágio foi alcançado.

Foi compreendido que a pesquisa não poderia somente trazer uma análise sobre seu objeto, por entender que até chegar a observar os instrumentos e instrumentais, se percorre todo o arcabouço acadêmico, a partir das legislações e resoluções que são resultantes do processo de reflexão e organização da profissão. Por isso, a apresentação de quadros comparativos entre o número de UFAs privadas presenciais e EaD do DF, com seus respectivos números de vagas que estão determinados por suas portarias reconhecidas.

O contexto de expansão mercadológica ficou claramente demonstrado e comprovado pelos dados da plataforma do MEC e e-MEC. O número de vagas ofertadas na Universidade de Brasília em relação às UFAs privadas corresponde a apenas 8,8% das vagas que estão autorizadas a serem ocupadas. O que já é muito, caso se considere que de todas as autorizadas para serem preenchidas nas UFA presenciais são 1980 vagas ofertadas em todo o DF por semestre.

Mesmo tendo sido esse o destacado, cabe ressaltar que o total de vagas no curso de graduação do serviço social, autorizadas pelo MEC nas UFA em EaD somam, por semestre, 18.160 que são passíveis de preenchimento. O que não daria para abarcar nem vinte 20% do total entre UFA presenciais e EaD.

Ao ampliar o número de UFAs, aumentou significativamente a demanda por vaga nos possíveis espaços sócio ocupacionais do estágio curricular obrigatório. E, ao mesmo tempo, devido à conjuntura atual há uma redução de vagas para os profissionais nos mercado de trabalho.

Percebeu-se ainda que, quando se amplia a demanda pelo aumento de vagas de estágio que ocorre com a ampliação daquelas nas UFA, o impacto acontece em médio e em longo prazo em três pontos. Primeiro a formação de um exército de reserva. Terá no mercado a disponibilidade de muito profissional para poucas vagas de emprego. Em segundo lugar, será ampliada a demanda de

estudantes por vagas de estágio. E por fim, haverá mais estudantes que demandam por vagas. A relação com o objeto da pesquisa está na quantidade de estagiários por supervisor de campo que associada às demandas do processo de trabalho impacta na disponibilidade de tempo para que os instrumentais sejam documentados com qualidade.

Houve a compreensão de que o estágio deve estar de acordo com a as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), com a Lei do Estágio (BRASIL, 2008), Resolução n.º 533 (CFESS, 2008), e com a PNE (ABEPSS, 2010).

Ao fazer a pesquisa bibliográfica não foi encontrado nenhum estudo que tivesse abordado o mesmo objeto da presente dissertação. Por isso, a pesquisadora preferiu utilizar na pesquisa a PNE (ABEPSS, 2010) como principal balizador da análise. Diante do exposto e a partir das orientações de membro da banca examinadora, na qualificação do projeto, tomou-se a PNE como referência e ao mesmo tempo, considerou-se que ambos os documentos, legislações e resolução, relacionam-se entre si.

O primeiro objetivo específico foi comparar os parâmetros que determinam o estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social nos Planos Pedagógicos de cursos nas Unidades de Formação Acadêmica a partir das determinações das Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996). Ambas as UFA têm seu currículo de disciplinas conforme determinado pelas Diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996). Tanto as disciplinas quanto as atividades acadêmicas estão distribuídas nos três núcleos de fundamentos. Há a separação das matérias básicas nos itens: Disciplinas, seminários temáticos, Oficinas/laboratórios; Seminários temáticos e Atividades complementares. As matérias básicas estão em conformidade com as descritas e as atividades indispensáveis integradoras do currículo que aborda o estágio supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso também.

Nos Planos Pedagógicos dos Cursos, nas Unidades de Formação Acadêmica, a partir das determinações das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) foi possível verificar que há coerência e acato ao que está estabelecido.

O segundo objetivo específico proposto na pesquisa foi observar se o PPC está em consonância com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social

(ABEPSS, 1996); a observação trouxe a confirmação de que o estágio curricular obrigatório possui a carga horária total definida em 15% em relação a carga horária mínima de 2.700 horas, definida pelas diretrizes e que estão estabelecidas em ambos os PPC da UFA. A discrepância encontrada foi em uma das UFAs quanto às disciplinas que devem estar mencionadas como sendo pré-requisito para que o estudante seja encaminhado ao campo de estágio curricular obrigatório.

O terceiro objetivo específico constatado foi o de verificar existência de Manual de estágio e sua consonância com as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e Política Nacional de Estágio – PNE. Ambas as UFAs possuem Manual de Estágio que estão coerentes com os documentos propostos. Foram considerados Carga horária em relação ao curso de cada uma, número de semestres mínimo e máximo para a realização do estágio, os itens que definem os responsáveis e envolvidos no estágio curricular obrigatório, os instrumentais que devem compor as pastas individuais, recomendações quanto aos supervisores de campo e acadêmico serem diferenciados. A discrepância destacada é em relação a uma das UFA que no manual também não cita as disciplinas que devem ser pré-requisitos para o ingresso no estágio. O destaque fica com a outra UFA que estabelece em seu Manual o total de carga horária, além do pré-requisito de disciplina, para ingressar no estágio supervisionado.

A fragilidade encontrada foi em relação ao Estágio Curricular obrigatório que não possui maiores orientações nem mesmo nas próprias Diretrizes e não é mencionado, no PPC de uma das UFAs, se serão ou não consideradas parcial ou total a carga horária se realizada.

Quanto à supervisão de estágio curricular não obrigatório. Em nenhuma das UFAs, essa modalidade está planejada, ou seja, existe o Manual de estágio e sua consonância com as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e PNE (2010) em todos os pontos exceto em relação ao Estágio curricular não obrigatório.

O último objetivo específico pretendeu discriminar os instrumentais que estão contidos nas pastas individuais de estágio em relação aos estabelecidos na PNE (ABEPSS, 2010). A intenção da observação e a consequente análise não foi a de apontar as discrepâncias ou nomear como sendo incompetência profissional os pontos frágeis identificados. O que não deixou de significar e atribuir a importância

devida por ser o período de estágio curricular obrigatório um local de vivência profissional, mas, sobretudo de aprendizado.

Notou-se que todo esse contexto traduz, de certa maneira, nas análises realizadas, as fragilidades que precisam ser olhadas, os “nós” que precisam ser desfeitos e as mudanças que necessitam acontecer.

É preciso destacar que as observações resultaram em análises destacadas para as UFAs A e B. Quanto a C apresenta maiores fragilidades, nós e desafios por não existir pastas físicas arquivadas. São mantidas as anotações sobre a elaboração dos instrumentais que deveriam compor as pastas individuais, mas, não há arquivo físico com os referidos documentos que estejam arquivados.

A informação foi de que depois de finalizados, os documentos são validados, registrados o seu cumprimento e finalização numa planilha específica e devolvidos aos estudantes e campos de estágios curricular obrigatório. Nesse caso, a informação à pesquisadora foi fornecida quando ocorreu o segundo contato telefônico para agendar a ida ao local. E a justificativa que foi dada foi: “Não ficamos com nada dos alunos... não tem como você consultar os materiais porque não os temos num arquivo” (Fala na íntegra do profissional responsável pelo estágio na UFA).

Quanto às UFAs que foram fonte de pesquisa, ao analisar a documentação pertinente ao estágio (PPC, Manual, listagem de estagiários encaminhados ao campo de estágio), principalmente relacionado aos registros das pastas individuais, foram considerados alguns pontos importantes que interferem diretamente nos pontos destacados. Nos espaços sócio ocupacionais, por vezes, existem assistentes sociais sobrecarregados, com baixos salários e que muitas vezes não conseguem, em seus ambientes de trabalho, comparecer a eventos que lhes permitam uma continuidade na formação como, por exemplo, em fóruns, seminários, encontros, congressos, debates, entre tantos. O que justifica o fato de, nos registros, não estar contemplada a participação de supervisores de estágio e estagiários nos referidos eventos.

Considerou-se, por meio dessa pesquisa que há um elenco significativo de apontamentos que interferem na rotina de registro da documentação que é validador da ocorrência do estágio. O apontamento principal é que este quesito fica comprometido. O que é significativamente sério é colocar a documentação e sua

organização em pastas e arquivos que servirão como um validador oficial da realização do estágio.

Muitos profissionais de serviço social justificam o não registro pela falta de tempo. As metamorfoses que ocorrem no mundo do trabalho e que são resultantes das relações sociais, acabam por exercer influências sobre todos, mas nessa linha de pensamento impacta sobremaneira o serviço social. Incluindo o desemprego, ou sua simples ameaça, empregos temporários e todas as formas sabidas que afetam o (a) trabalhador (a). Como resultante disso, os espaços sócio ocupacionais afetaram significativamente o exercício profissional e interferiram nas competências e atribuições. Lima et al (2007) afirmam que:

são perceptíveis as dificuldades que os profissionais têm de registrar cotidianamente suas ações profissionais. Alegam falta de tempo devido à sobrecarga e ao grande número de atendimentos e ações e, ainda, às inúmeras atividades a serem relatadas. Inclusive, o fato de prestar atenção no usuário requer que o registro seja feito a *posteriori*. (2007, p. 97)

Quanto as UFA A e B notou-se que há discrepâncias em relação ao estabelecido na PNE (ABEPSS, 2010). Considerando que a documentação arquivada é o que valida como comprovação a realização do estágio existem pontos frágeis e nós a serem desfeitos percebidos na documentação observada. É sabido que em qualquer documento não é possível ter rasuras de qualquer natureza (riscos, uso de corretivos), que devem ser identificados, preenchidos de forma coesa, datados, assinados e carimbados, pelo fato de se tratarem de documentos institucionais, nesse caso, pertencentes às UFAs, mas que comprovam ações e responsabilidades profissionais que interferem sobre a vida acadêmica dos estudantes. Por isso, há a necessidade ímpar de maior organização e cuidado na validação, e no arquivamento das pastas individuais. Mesmo estando dentro de envelopes de papel ou plástico.

Manter documentos em dois arquivos distintos, uma parte num arquivo e outra parte em outro, também foi considerada uma fragilidade. As discrepâncias levantadas como hipótese se confirmam. Essas correspondem à ausência de alguns instrumentais como a ficha de avaliação do estagiário, o termo de compromisso, o projeto de intervenção, as folhas de frequência datadas em sequência cronológica completa. O número de estagiários supervisionados em campo, em número superior

ao estabelecido conforme registro encontrado no projeto de intervenção com 5 e 6 nomes, o cumprimento da carga horária do estágio curricular obrigatório total do semestre em apenas dois meses aproximadamente são pontos importantes, além de outros já considerados que comprometem o processo de formação profissional.

Há compreensão por parte da pesquisadora que documentos como plano de estágio, relatórios finais, folha de frequência e ficha de avaliação de estagiário por exemplo, espelham a formalidade supervisionada por ambos os supervisores, de campo e acadêmico. Ao verificar que ambos apresentavam ausência de padronização de roteiros de escrita, alguns com escrita a carmim e outros digitados, sem formatação e apenas descritivos em parágrafo único, enquanto outros apresentavam padronização e tópicos identificadores do assunto, avaliações com itens diferenciados uns dos outros, sendo que a ficha de avaliação apresenta formatos e critérios de avaliação diferenciados para estagiários do mesmo semestre na mesma UFA. Inevitavelmente se pensa na qualidade da supervisão de estágio. Outro ponto observado foi sobre a data de início do estágio que apresentava discrepância entre listagem encaminhada ao CRESS/DF e folha frequência.

Foram respondidos os questionamentos apontados no projeto. Em sua maioria, o estágio curricular obrigatório está planejado em conformidade com o que determina a PNE (2010, ABEPSS), com raras exceções. Consta do PPC, que possui manual, pastas individuais e respectivos instrumentais, em arquivo próprio e reservado. Somente uma das UFAs tem regulamento de estágio.

Os instrumentais estão em conformidade com o determinado pela PNE (2010) exceto o instrumental que permite ao estagiário avaliar o campo de estágio e o supervisor de campo e acadêmico. Foi possível verificar e constatar alguns pontos pela observação documental. Mas deve ser considerado que a escuta pessoal do público alvo por meio de entrevista trará um outro olhar sob outro enfoque neste segmento.

As análises dos instrumentos e instrumentais observados está pautada no inicial aprofundamento de estudo do tema e a partir da vivência como supervisora acadêmica na disciplina de Estágio Supervisionado nos anos de 2012 a 2014 e que não ficou restrito às atividades demandadas, mas expandiram-se, quando da

colaboração para elaboração do Manual de estágio curricular obrigatório, revisão e construção dos instrumentais componentes da pasta individual.

É importante considerar o afastamento da pesquisadora por cerca de 15 meses antes da realização da pesquisa. Foi sentida a necessidade de afastar-se para que a investigação tivesse um olhar mais crítico e fidedigno possível. Assim, não houve contato, durante o período citado, com nenhum docente supervisor acadêmico ou supervisor de campo ou coordenação de curso e o coordenador (a) de estágio curricular obrigatório. O afastamento causou certo estranhamento com quebra de paradigmas. Permitindo a pesquisadora encontrar resultados inesperados.

Acredita-se que por mais simplificado que tenha resultado, essa pesquisa pode e deve contribuir para repensar, a partir da forma e do modo como são documentados os instrumentais com as fragilidades e entraves que foram demonstrados com a observação e a análise. Há uma importância quanto a este universo que diz respeito ao registro e a documentação sob uma visão crítica que envolve a profissão. Outro ponto a ser observado é como e em que grau de importância essa documentação tem representado para os profissionais e como ela é transmitida e demonstrada sua importância aos estudantes que estão em sua formação no papel de estagiário (a)? Como essa UFA é vista no olhar do supervisor de campo? E do próprio estagiário (a)? Essa documentação das pastas individuais são vistas como uma formalização histórica escolar e, ao mesmo tempo, um registro técnico operativo? Essas são algumas das inquietações que podem ser colocadas e pensadas. No sentido de contribuir para a qualificação da formação e para o exercício profissional que, no espaço de ocorrência do estágio em sua dinâmica determinam a constituição das competências e atribuições privativas do profissional de serviço social.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996). Disponível em <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf> acesso em 08/08/2016.

_____. Política Nacional de Estágio (PNE) 2010. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> acesso em 28/05/2017.

BRASIL. Decreto Lei 5.540/1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em 10/10/2017.

_____. Lei nº. 4214 de 02/03/1963 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em 18/02/2018.

_____. Portaria n.º 1002/67. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_3416594_portaria_n_1002>. Acesso em 10/10/2017.

_____. PLC 152/2008 de 26/08/2010. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/87290>> acesso em 11/10/2017.

_____. Lei n.º6.494/1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8859impressao.htm>. Acesso em: 10/10/2017.

_____. Decreto lei n.º 11.7889/08. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 10/10/2017.

_____. Decreto Lei 3.252/57. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3252impressao.htm>. Acesso em 10/10/2017.

_____. **Projeto Rondon.º** Disponível em: <http://www.projettorondon.org.br/noticias/historico_projeto_rondon.html>. Acesso em: 30.9.2017.

_____. **Constituição Federal Brasileira**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21.07.2017.

_____. Decreto n.º 2.494/98. Disponível em <
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>> acesso em
10/10/2017.

_____. Lei 9.394 LDB 1996. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> acesso em 17/07/2017.

_____. Lei 8.859/94. Lei de Estágio de 23/03/1994. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8859.htm> acesso em 16/07/2017

_____. Lei Organiza de Assistência Social (1993). Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8742.htm > acesso e, 21/09/2017.

_____. Decreto Lei n.º 87.497/82 de 18/08/1982. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm> acesso em 18/06/2017.

_____. Decreto n.º 74.194, de 20 de junho de 1974. Disponível em <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74194-20-junho-1974-422702-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 12/7)2017.

_____. Decreto n.º 63.341/68 de 31/12/1968. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0406.htm> acesso em 14/07/2017

_____. Decreto n.º 58953/1966. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D61836.htm> acesso em
18/07/2017.

_____. Decreto-lei n.º 1.889/1953. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1889.htm> acesso em
19/09/2017.

_____. Constituição Brasileira de 1946. Disponível em<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm > acesso em
22/09/2017.

_____. Decreto lei n.º 525 de 01/07/1938. Disponível em<
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em 30/09/2017.

_____. Decreto Lei n.º 2.497/1935. Disponível em <
<https://www.al.sp.gov.br/norma/125072>> acesso em 27/09/2017.

_____. Carta Constitucional de 1934. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> acesso em
04/10/2017

_____. Decreto 19.851 de 1931. Disponível em < Decreto 19.851 de 1931> Acesso em 27/10/2017.

_____. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT - Decreto Lei n.º 5.452 de 01/05/1946 disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm> acesso em 10/10/2017.

_____. Decreto lei n.º 8.669/1993 de 20/06/1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8669.htm> acesso em 07/07/2017.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** in Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 124. Conservadorismo, Lutas Sociais e Serviço Social. Cortez. São Paulo. 2015.

BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do serviço social em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Raul de e Iamamoto, Marilda Vilela; **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2016

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. e TOLEDO, Sabrina Navarro. **A reforma curricular de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora.** S/D Disponível em: <file:///C:/Users/Fatima/Downloads/1592-5092-3-PB.pdf>. Acesso em 07.10.17.

CFESS; **Resolução n.º 533/2008** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em 11/10/2017.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **ABEPSS divulga a Política Nacional de Estágio em Serviço Social** em 12/04/2010 Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/383>>. Acesso em: 11/10/2017.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social de 1947.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1889.htm> acesso em 20/09/2017

_____. **Código de Ética profissional do Assistente Social** aprovado em 08 de maio de 1965. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 02.10.2017.

_____. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social** aprovado em 30 de janeiro de 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 02.10.2017.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social de 1986** de 09/03/1986. Disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf> acesso em 10/06/2017.

_____. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social** aprovado em 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf acesso em 26/07/2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SÁ. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 13.10.2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA (IESB). **Um breve retrospecto**. Disponível em: <<http://www.iesb.br/institucional>>. Acesso em 13/10/2017

COSTA, Renata Gomes da. **A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n.º 2, p. 366 - 378, jul./dez. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fatima/Downloads/18644-78711-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06.10.17

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 4, p. 5-17, 1991.

COUTO, Berenice, Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade Brasileira: uma questão possível?** São Paulo: Cortez, 2010.

FRANÇA, Paris. Declaração de Sorbonne 25.05.1998. Disponível em http://www.fam.ulusiada.pt/downloads/bolonha/Docs01_DeclaracaoSorbonne.pdf> acesso em 10/10/2017.

DEDECCA, Claudio Salvadore. **Política Social e econômica** in Teoria e Debate. Revista Trimestral da fundação Perseu Abramo. São Paulo, ano 15, n.º 50. Fev/mar/abr. 2002.

FIRMINO, Augusto Duarte e Pellucio, Stephanie. **A autonomia universitária na reforma de 1931**. Disponível em: <[HTTP://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/controle/documentocontrole.php?oper=dowload&cod=2013](http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/controle/documentocontrole.php?oper=dowload&cod=2013)>. Acesso em: 10.10.2017.

GRUPO PROJEÇÃO. **Institucional**. Disponível em: <<https://projecao.br/faculdade/institucional/24800/estrutura-academica>>. Acesso em: 12/10/2017.

_____. **Plano Pedagógico do curso de Serviço Social**. DF, 2017.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GUEDES, Olegna de Sousa. **Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965**. Revista Textos e Contextos (Porto Alegre-RS) v. 15, n.º 1, p. 28 - 42, jan./jul. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Fatima/Downloads/24058-100049-1-PB%20(2).pdf>. Acesso 01.10.2017.

GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica**. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/desenvolvimento-de-comunidade-rosilaine-coradini-guilherme/0>>. Acesso em: 27.09.2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Marilda Vilela. **A formação acadêmico profissional no serviço social brasileiro**.in Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 120. Formação, Trabalho e Lutas Sociais. São Paulo: Cortez. 2014.

_____, Marilda Vilela. **Reforma do ensino superior e Serviço Social**. Temporalis. Brasília, ano I, n.º 1, p. 35, jan./jun. 2000.

_____, Marilda Vilela. **Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n.º 32, jul/dez. 2016.

LEVY, Charmain. **Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200009>. Acesso em 30.09.017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia. PRÁ, Keli Dal. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre. v. 6 n.º 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Ludson Rocha. **A questão dos documentos profissionais no Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n.º 33, jan./jun. 2017.

MATOS, M. C de. **Considerações sobre as atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.º 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MEC. **Ministério da Educação**. Portaria n.º 1.341/2016 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf&Itemid=30192 acesso em 10/09/2017

MEC. **Portaria MEC n.º 550/1988** de 28/02/2005, Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0009_05.pdf> acesso em 06/07/2017.

-----, **CNE/CES n; 492/2001** Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> acesso em 10/10/2017.

_____. **Decreto n.º 5773/2006**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>>. Acesso em: 12/10/2017.

----- **Portaria MEC n.º 489/2009** Disponível em < http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2010/05_Maio/DODF%2095%2019-05-2010/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20095.pdf> acesso em 11/10/2017.

_____. **Portaria n.º 286/2009**. Disponível em < http://portal.ifrn.edu.br/institucional/avaliacao/avaliacao-externa-cnat/portaria-286_2012-renovacao-reconhecimento-construcao-de-edificios> acesso em 10/10/2017

_____. **Portaria n.º301/98**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf> acesso em 18/10/2017.

NETTO, José Paulo. **A construção do novo projeto societário** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Reconceituação do Serviço Social 40 anos depois**. Serviço Social & Sociedade nº 84, Ano XXVI São Paulo, Cortez Editora, 2005

Paoli M.C & Telles VS 2000. **Direitos sociais – conflitos e negociações no Brasil contemporâneo**, pgs. 103-148. In S Alvarez, E Dagnino & A Escobar (org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras. Ed. UFMG, Belo Horizonte.

PEREIRA, Potyara A. Pereira, **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

PINO, Ivany. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: A ruptura do espaço e a organização da educação nacional.** In LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. Iria Brzezinski (organizadora) – 8ª Ed. São Paulo: Cortez: 2003.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **O processo de formação profissional do assistente social: o estágio curricular obrigatório** / Eleusa Bilemjian Ribeiro; orientadora Yolanda Guerra. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008. Tese: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social.

RODRIGUES, Natália. **Estado Novo** disponível em <<http://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>> acesso em 25/09/2017.

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve histórico do ensino médio no Brasil.** in Seminário cultura e política na primeira República: campanha civilista na Bahia – Universidade Estadual de Santa Catarina de 09 a 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>>. Acesso em: 10.10.2017

São Paulo (SP). **Ato Estadual n.º57/1940.** Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/norma/normas/?ano=1894&tipoNorma=3>> acesso em 28/09/2017.

São Paulo (SP). **Decreto-lei n.º 9.970/1939.** Disponível em <<http://www.pregao.sp.gov.br/index.asp>> acesso em 29/09/2017.

Sindicato das mantedoras do Ensino Superior. SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2016.** Disponível em: <http://convergiacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>. Acesso em: 11/10/2017.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **Serviço Social E O Popular, O - Resgate Teórico-metodológico do Projeto profissional de ruptura** 3ª ed. São Paulo: Cortez. 1995.
TEIXEIRA, Diogo de Vasconcelos; VESPÚCIO, Carolina Rocha. **O direito à educação nas Constituições brasileiras.** Revista **Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n.º 4117, 9 out. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29732>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

VIANNA, Maria Lucia. **As armas que abateram a Seguridade Social.** In: LESBAUPIN, I. (Org). O desmonte da Nação. Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Guia do calouro 2º 2016.** Decanato de Ensino de Graduação: diretoria técnica de graduação. – Brasília: Editora UnB, 2016.
_____. **Graduação em Serviço Social.** Disponível em: <http://www.ser.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=22&showall=1>. Acesso em 12/10/2017.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA (UCB). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social** UCB-2009. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/000/3/00001505.pdf>> acesso em 13/10/2017.

UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP). **Manual de informações acadêmicas e calendários escolar 2017.** Disponível em: <https://www.unip.br/servicos/aluno/download/calendario_manual_cursos_tradicionais.pdf>. Acesso em 12/10/2017.

YASBEK. Maria Carmelita. **Globalização: precarização das relações de trabalho e seguridade social.** Cadernos Abong/CNAS, São Paulo: Abong, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE I



PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC GO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Senhor (a)

Por meio desta eu, Maria de Fátima dos Santos Silva, mestranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GO, informo a realização da pesquisa Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social: pressupostos Teóricos-metodológicos e realidade em Unidades de Formação Superior cujo analisar os instrumentos e instrumentais do estágio obrigatório das Unidades de Formação Acadêmicas do Distrito Federal, segundo o que está determinado na Política Nacional de Estágio.(ABEPSS, 2010). Na oportunidade, respeitosamente, solicito autorização para que se realize a pesquisa com coleta de dados documentais com roteiro previamente elaborado sobre Plano Pedagógico do Curso de graduação em Serviço Social, documentos produzidos pela instituição acerca do estágio em serviço social e instrumentais produzidos em campo de estágio por estudantes /estagiarias (os) e respectivos supervisores. Fica esclarecido que tanto o nome da instituição quanto daqueles a quem pertencerem as respectivas documentações serão mantido sob absoluto sigilo.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento da pesquisadora em possibilitar à esta Instituição de Ensino Superior - IES um retorno dos resultados da pesquisa. Haverá divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que, se autorizada a pesquisa, será assinado por representante da instituição. Fica esclarecido que tal autorização é uma pré-condição para prosseguimento desta pesquisa.

Fica agradecida desde já vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta pesquisa científica em nossa região. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na coordenação do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Serviço Social no próprio departamento por meio do telefone 62 - 39461237 ou diretamente na pessoa da orientadora Professora Dra. Denise Carmem de Andrade Neves pelo telefone 62 – 98376872 ou e-mail: denise.andradeneves@gmail.com Lattes: lattes.cnpq.br/1646779275185882. Segue inclusive o telefone da própria autora da pesquisa 61 – 99693326.

Atenciosamente,

Prof^a. Dra. Denise Carmem de Andrade Neves

Mestranda Maria de Fátima dos Santos Silva

APÊNDICE II



PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC GO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO PRÉVIO PARA COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS NAS UFAs – UNIDADES DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

PESQUISA: “Estágio em Serviço Social no Distrito Federal: pressupostos e realidade em instituições do ensino superior presenciais”

I- Identificação da Instituição:

a) Variável atribuída à Instituição para preservar sigilo da identificação:

II - Dados do Plano Pedagógico do Curso

- a) Ano de início do curso_____
- b) Carga horária total_____
- c) Carga horária de Atividades Complementares_____
- d) Carga horária do campo de estágio_____
- e) Estágio como parte integrante das diretrizes curricular no Plano Pedagógico
- f) Considerações sobre o estágio supervisionado curricular obrigatório não - obrigatório
- g) O estágio extra - curricular previsto no Projeto Pedagógico
- h) Instrumentos referente ao estágio curricular supervisionado elaborados pela instituição.

- i) Referente ao estágio supervisionado 1º e 2º semestres 2016
- j) Coordenação de estágio supervisionado
- k) Supervisor de campo diferente do supervisor acadêmico
- l) Datas das disciplinas de estágio e data do estágio em campo?

- m) Existem estudantes que fizeram estágio supervisionado curricular não obrigatório
- n) Estágio curricular não obrigatório
- o) Data de encaminhamento de listagem ao CRESS
- p) Data de entrega da listagem
- q) Informações (campos contidos na listagem)
- r) Número de estagiários por supervisor de campo

III - Referente aos supervisores acadêmicos

- a) Carga horária da disciplina de estágio curricular obrigatória
- b) Registros de atividades necessárias com supervisores de campo

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> reuniões <input type="checkbox"/> encontros <input type="checkbox"/> seminários <input type="checkbox"/> telefonemas <input type="checkbox"/> outros: _____ _____ _____
------------------------------	--

- c) Pasta individual de cada estudante contendo instrumentais produzidos durante os períodos de estágio:

d) Instrumentais existentes nas pastas individuais

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

Observações importantes:

e) Há registros como encaminhamentos ou relatórios encaminhados do campo de estágio à supervisão ou coordenação acadêmica? () não () sim .

IV - Dos supervisores de campo:

a) Plano de Estágio encaminhado pela instituição à UFA com proposta do supervisor e respectivo cronograma

b) Elaboração de Plano de estágio e registro de elaboração conjunta entre estagiário e supervisor de campo

c) Instrumentais produzidos pelos estagiários são supervisionados/validados pela (o) supervisora (o) de campo com registro de local, data, assinatura e carimbo

d) Registro de reuniões, encontros, monitoramento em que o supervisor de campo comparece à UFA

e) Registro de facilidades e dificuldades enfrentadas pelo supervisor de campo que foram encaminhadas à UFA

f) Registros de decisões sobre desligamento de estudantes do campo de estágio

g) Registro sobre avaliação do campo de estágio pelo estagiário

V - Do Estagiário

a) Folha de frequência em campo X carga horária total por semestre

- b) Registro de reuniões, troca de informações, entre supervisores com a coordenação de estágio?
- c) Registro de divulgação da coordenação de estágio quanto a materiais referente ao estágio junto a docentes, supervisores de campo e estudantes
- d) Fórum de supervisores tem ocorrência
- e) Listagem

APÊNDICE III

Levantamento de Instituições de Ensino Superior que constam na Plataforma do Ministério da Educação e Cultura

	Nome da Instituição	Modalidade/Natureza	Nº. de Pólos	Endereços dos Pólos	Data e Nota de Reconhecimento
1.	Centro Universitário Clarentiano - CEUCLAR	Privada EaD	01	Área Especial para Igreja Católica S/N - Brasília	ENADE Sem Conceito CPC sem conceito CC Sem conceito Autorização vinculada a credenciamento 2008
2.	Entro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN	Privada EaD	Não informado	Qd QE 08 AE I Guará I - DF	ENADE 02 CPC 03 CC Sem conceito Reconhecimento em 2013
3.	Centro Universitário de Maringá - UNISESUMAR	Privada EaD	Não informado	Quadra CRS 502 bloco B 29 – Asa Sul – Brasília - DF	ENADE 04 CPC sem conceito CC Sem conceito Criação do curso em 2013
4.	Centro Universitário do Instituto Superior de Brasília - UFASB	Privada Presencial	02	1. SGAS 609 modulo D L2Sul – Brasília DF CSG lotes 15/16 – Taguatinga /DF	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Sem informações de Ato Regulatório ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Reconhecimento de curso em análise
5.	Universidade Estácio de Sá - UNESA	Privada Presencial	01	CSG	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Ato Regulatório 2014
6.	UNISEB – União dos cursos superiores SEB LTDA	Privada EaD	03	- AE 09/10 – Não identificada - QNE 05 lotes 18/19 Taguatinga - SGAS 604 conjunto C lote 25 – Asa Norte Brasília DF	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Autorização e credenciamento 2011

	Nome da Instituição	Modalidade/Natureza	Nº. de Pólos	Endereços dos Pólos	Data e Nota de Reconhecimento
7.	UNINTER – Educacional S/A	Privada EaD	04	QD CL 114 bloco D 6º andar QD SCR N 708/709 bl A QD SGAS 606 conjunto F lote 12	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Autorização e credenciamento Sem Ato Regulatório Criação do curso em 2015
8.	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - UNIPLAN	Privada EaD	02	Av. Pau Brasil It 02 – Águas Claras QNE 05 lts10/11 loja 2 s/n.	ENADE sem conceito CP sem conceito CC sem conceito Credenciada em 2016 – não consta em atividade
9.	Faculdade Evangélica de Brasília SS LTDA - ME	Presencial	01	SGAS 910 conjunto E	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Reconhecimento em análise Autorizado em 2012
10.	Faculdade Projeção	Presencial	01	QNM 30 modulo H, I e J Ceilândia - DF	ENADE 03 CPC 03 CC sem conceito Renovação de reconhecimento 2014
11.	Faculdade Projeção	Presencial	01	AE nº 10 lote C – Guará II - DF	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Reconhecimento de curso 2016
12.	Faculdade Projeção	Presencial	01	QD 04 AE Reservada 01 Sobradinho	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Autorização vinculada 2014
13.	Universidade Anhanguera	Privada EaD	04	-QS rua 212 lotes 11/13 - QD 12 AE reservada - QD 01 s/n conjunto A chácara - Qd SHIS QL20 s)n 20 Lote I	ENADE 02 CPC 03 CC sem conceito Reconhecimento em 2013

	Nome da Instituição	Modalidade/Natureza	Nº. de Pólos	Endereços dos Pólos	Data e Nota de Reconhecimento
14.	Universidade Católica de Brasília - UCB	Presencial	01	QS 07 It EPCT Águas Claras	ENADE 03 03 CC sem conceito Renovação de reconhecimento em 2014
15.	Universidade Cruzeiro do Sul	Privada EaD	Não informado	SGAS QD 903 conjunto D	ENADE sem conceito CPC sem conceito CC sem conceito Reconhecimento do curso em análise Consta endereço mas não consta atividade. Criação do curso em 2013
16.	Universidade de Brasília	Presencial Publica	02	Campus Universitário Darcy Ribeiro Não consta endereço	ENADE 04 CPC 04 CC 05 Renovação de Reconhecimento2014 ENADE 04 CPC 04 CC 05 Renovação de Reconhecimento2014
17.	Universidade de Santo Amaro - UNISA	Privada EaD	01	Rua Setor Educacional It P s/n – N/C Planaltina	ENADE 02 CPC 02 CC sem conceito05 Reconhecimento 2014
18.	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	Privada EaD	Não informado	SGAN 609, conjunto D L2 Norte UFASB – Instituto de Estudos Superiores	ENADE 04 CPC sem concito CC sem concito Autorização vinculada ao Reconhecimento 2014
19.	Universidade Estácio de Sá- UNESA	Privada EaD		QE 08 (endereço incompleto)	ENADE 03 CPC 03 CC sem concito Reconhecimento2014 Ampliação de oferta 2014

	Nome da Instituição	Modalidade/Natureza	Nº. de Pólos	Endereços dos Pólos	Data e Nota de Reconhecimento
20.	Universidade Luterana do Brasil	Privada Presencial e EaD		QNP 11 conjunto 8 casa 15 Setor P Norte – Ceilândia - DF	ENADE 02 CPC 02 CC sem concito Autorização vinculada ao Reconhecimento 2013 Ampliação do curso 2014
21.	Universidade Paulista - UNIP	Privada Presencial		SGAS 913 conjunto B Asa Sul – Brasília - DF	ENADE 03 CPC sem conceito CC sem concito Reconhecimento 2016
22.	UNOPAR	Privada Presencial e EaD	07 pólos	-04 lote 02 s/n 1º e 2º andar Taguatinga - QNM 20 conj. A lote 21 – Ceilândia- DF - QSA 7 s/n It 22 Taguatinga Sul - Qd 01 – QI 01s)n lote 100 - Qd 102 conjunto I - Qd 13 Lote esp. 08 - SRTV Norte conjunto P s)n 1º andar	NADE 02 CPC 03 CC sem concito Reconhecimento2011
23.	IESB -CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB - IESB	Privada Presencial		QNN 31 S/N LOTE B, C, D e E. Ceilândia Norte - DF	ENEDE 04 CPC --- CC 05

Fonte: e-mec 10/10/2017 dados organizados pela autora.

Apêndice IV- Atribuições dos (das) sujeitos (as) envolvidos (as) no estágio supervisionado(Não vi sentido nesse quadro.

Supervisor (a) acadêmico	Supervisor (a) de campo	Estagiário (a)	Coordenador (a) de Estágio
1 Orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da UFA, inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional;	1 Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente;	1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;	1 Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo;
2 Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio;	2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade;	2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;	2 Criar e acompanhar a Comissão de Estágio (grupo responsável pelo planejamento de atividades, acompanhamento e avaliação do Estágio na UFA), caso esteja prevista no projeto da UFA, o que esta política sugere, formada por representantes de: supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as);
3 Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estagiários na UFA por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente estabelecidos, e no local de desenvolvimento do estágio, quando da realização das visitas sistemáticas aos campos de estágio, contribuindo na efetivação da supervisão direta e de qualidade, juntamente com o supervisor de campo;	3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário;	3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;	3 Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Estágio, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
Supervisor (a) acadêmico	Supervisor (a) de campo	Estagiário (a)	Coordenador (a) de Estágio
4 Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico	4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a	4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos	4 Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio,

de análise do trabalho profissional;	responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada;	supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;	estabelecendo parceria para assegurar a qualidade do estágio, por meio da promoção de eventos e atividades, organizados pela UFA, direcionados a capacitação dos(as) supervisores(as) de campo;
5 Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;	5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;	5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;	5 Realizar, a cada semestre, contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, obedecendo aos critérios para abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio objetivando oferecer um leque de opções para os estudantes. Em casos especiais, o(a) estudante, professor(a) ou assistente social que tenha interesse em alguma instituição para campo de estágio, deverá dirigir-se a Coordenação de Estágio, em tempo hábil, para que a mesma efetue análise do projeto e abertura oficial do campo de estágio.

6 Organizar e participar de reuniões, encontros, seminários e outras atividades que se fizerem necessárias, com os supervisores de campo na UFA para atualizações acerca de demandas à profissão, qualificação do processo de formação e exercício profissional e o aprofundamento teórico sobre temáticas pertinentes à efetivação da supervisão direta.	6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio;	6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;	6 Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio respeitando os princípios da política de estágio e considerando as demandas dos estudantes;
Supervisor (a) acadêmico	Supervisor (a) de campo	Estagiário (a)	Coordenador (a) de Estágio
7 Acompanhar a trajetória acadêmica do(a) estagiário(a), no que se refere ao processo de estágio, por meio da documentação específica exigida pelo processo didático de aprendizagem da UFA;	7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional;	7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;	7 Propor/rever modelos de documentação: Plano de Estágio; Projeto de Ação Profissional; Roteiro de Avaliação de Relatório; Avaliação pelo supervisor do processo de aprendizagem do estudante no campo de estágio; Avaliação pelos professores do processo de estágio; Avaliação do estudante quanto ao processo de estágio;
8. Fornecer, à coordenação de estágio ou órgão competente, os documentos necessários para compor o prontuário de cada estagiário;	8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA;	8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;	8 Favorecer contatos, parcerias e troca de informações das instituições campos de estágio dos estudantes do curso e dos supervisores com a Coordenação de Estágio e professores visando estabelecer canais de comunicação contínua (encontro, reuniões, seminários, visitas, etc.);

Supervisor (a) acadêmico	Supervisor (a) de campo	Estagiário (a)	Coordenador (a) de Estágio
9 Receber e analisar o controle de frequência, relatórios e demais documentos solicitados para avaliação dos acadêmicos em cada nível de estágio;	9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado;	9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;	9 Promover reuniões entre os professores da disciplina objetivando democratização e discussão das questões referentes ao estágio; troca de informações e experiências entre os professores; busca de unidade no encaminhamento da disciplina; articulação do processo de estágio com a proposta curricular;
10 Avaliar o estagiário emitindo parecer sobre sua frequência, desempenho e atitude ético-crítica e técnico-política no exercício do estágio, atribuindo o respectivo conceito ou à respectiva nota;	10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisores acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário;	10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.	10 Discutir e encaminhar, em conjunto com professor da disciplina e supervisor de campo, o desligamento ou a transferência de estudantes do estágio, desde que seja detectado problemas relacionadas à extinção de programas/ projetos;
11 Encaminhar à coordenação de estágio, relato de irregularidade ou demanda específica sobre a atuação dos campos, para efeito de realização de visita institucional.	11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;		11 Publicitar e possibilitar o acesso aos estudantes, professores e supervisores do material produzido pela Coordenação, por estudantes, por professores e do material relativo a estágio e áreas temáticas, de interesse desses segmentos;
	12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA;		12 Organizar, em conjunto com os supervisores acadêmicos, a apresentação dos campos de estágio e/ ou experiências de práticas profissionais, objetivando a democratização de experiências entre os estudantes da faculdade, principalmente com os futuros estagiários a ser realizada ao longo do semestre;

Supervisor (a) acadêmico	Supervisor (a) de campo	Estagiário (a)	Coordenador (a) de Estágio
	13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários;		13 Promover em articulação com a Comissão de Estágio, em caráter permanente, curso de Capacitação de Supervisores (podendo ser oferecido como atividade de extensão) e a organização da agenda do Fórum de Supervisores da UFA;
	14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.		14 Atender as demandas dos Conselhos Regionais e garantir o cumprimento da documentação exigida pela resolução 533/2008 no que se refere às UFA;
			15 Fomentar, coordenar e articular o Fórum de Supervisores (da Unidade), em articulação com Fórum Estadual, caso exista, ou estimular a sua criação em articulação com o CRESS e as demais UFAs.

Fonte de dados: PNE (ABEPSS, 2010) organizado pela autora.